

DOSSIÊ REGISTRO PARA O IPHAN NO LIVRO DOS SABERES

– Ofício da Ourivesaria de Natividade - T0 –



Equipe

Dra. Sandra Maria Faleiros Lima – UFT – campus Arraias

Msc. Sonia Maria F. Neiva - UFT – campus Arraias

Msc. Valdirene Gomes dos Santos de Jesus – UFT – campus Arraias

Raphael Mendes – Fotógrafo

Marco Alencar - Cinegrafista/ Editor de vídeo

Vanesca Maria da Silva Matos – Equipe de cinegrafia

Celso Bastos – Áudio

Eunice dos Santos Moura – estagiário

Hueberson Veríssimo Ribeiro – estagiário

Consultoria

Dra. Deis Elucy Siqueira - UNB





Naquele tempo era tudo difícil, pra puxar o fio...ele era batido no martelo... pra puxar uma dificuldade. Derreter o ouro era no fole...tinha até o fole do mestre do meu mestre que ainda existe aqui. Quer dizer, esse fole tem mais de cem anos, instalado lá no lugar... tem mais de cem anos. Então derreteu todo o ouro da época do império pra cá, aqui na região, aonde a filigrana nasceu mesmo. Existe lá a casa que é do parente nosso, existe a casa lá e eu sempre falo pra ele conservar esse fole aí, que é um monumento de muito tempo... (Mestre ourives Jesumar Batista)



SUMÁRIO

● Introdução	01
● Metodologia	10
● Apresentação	12
- Cronologia dos principais eventos de Natividade (1.728 – 2.008)	25
● Natividade	28
- Serra Geral da Bahia. Natividade na rota do ouro: Caminho Real de ocupação da Colônia	28
- A Serra que acolhe Natividade e a importância histórica da cidade	37
● A ourivesaria em Natividade	51
- O ouro e a prata	51
- Ourivesaria no Brasil	52
- Ourivesaria em Natividade	53
- O ofício & os Mestres	55
- Qualidade e origem do ouro	61
- Economia & Cultura	63
● As principais peças	68
● O processo de trabalho: principais etapas e instrumentos	77
● Herança portuguesa & africana	95
- População negra	95
- Negros Sudaneses	97
- Portugal	99
● Religião & Religiosidade	105
- Religiosidade brasileira	107
- A festa do Divino – culto à Santíssima Trindade ou o Divino Pai Eterno	111
- A festa: espelho da complexidade social	113
- As Irmandades Religiosas e as festas	116
● Tradição & Modernidade; Permanência & Mudança	126

- Recuperação e Re-significação	130
- Memória e Identidade	137
● Desenho de Jóias	140
- Representação Gráfica	140
● Plano de Salvaguarda	151
● Considerações Finais	156
● Bibliografia Citada	162

Lista de anexos – (seguem em formato Digital)

Anexo 1 - Lista das entrevista

Anexo 2 - Levantamento Arquivo Histórico Ultramarino

Anexo 3 - Mapas históricos

Anexo 4- Levantamento bibliográfico

Anexo 5 - Preservação, Tombamento e Plano Diretor

Anexo 6 – fotos jóias

Anexo 7 - fotos Ourives

Anexo 8 - fotos Processo de trabalho oficina Wal fotos Raphael Mendes 2007

Anexo 9 - fotos ferramentas

Anexo 10 desenho das jóias

Introdução

A preocupação com os bens materiais no Brasil data dos primeiros momentos da República, a partir principalmente da década de 1.920, com a valorização de elementos nacionais, no sentido da identificação dos símbolos formadores da brasilidade. A política de preservação foi marcada durante muito tempo pelo resgate de edificações e de obras de arte, consolidando, assim, nos bens materiais as formas patrimoniais brasileiras. A constituição de 1.988 inaugura, nesta, a importância de uma outra dimensão do patrimônio: os bens culturais imateriais. As formas de expressão ganham, assim, uma característica fundamental que leva em conta uma tessitura cultural: o local, o regional e o nacional se fundem em determinadas expressões. As comunidades são chamadas a dizer quais os elementos significativos para sua construção identitária e os inventários são, portanto, o mapeamento dos valores que a coletividade elege como dela.

O texto que segue tem como objetivo principal o pedido de registro do ofício da ourivesaria nativitana no Livro de Registro dos Saberes, instrumento legal de reconhecimento e preservação deste ofício enquanto um bem cultural de natureza imaterial.

Este se ancora em um cuidadoso levantamento realizado, entre março e dezembro de 2.007, para a elaboração do INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais - Iphan, sobre Natividade, onde a atividade da ourivesaria foi trabalhada como uma prática tradicional daquela comunidade e uma expressão de sua identidade. A realização do INRC é uma das condições para o de registro da ourivesaria como patrimônio imaterial no Livro de Saberes. Nesse sentido, é recomendável a consulta ao extenso material que compõem este Inventário, sobretudo o Relatório Analítico. De resto, este material será indicado, em notas de rodapé, durante todo o texto (na referência das Fichas referentes ao Sítio e às cinco categorias do INRC; registros vídeo-gráficos; entrevistas e Relatório Analítico).

Para o INRC foram inventariados 90 *Bens Culturais*: 10 *Celebrações*, 07 *Edificações*, 22 *Formas de Expressão*, 33 *Lugares*, 18 *Ofícios ou Saberes*, que compõem o Anexo de Bens Culturais/INRC - Natividade. A equipe optou pela identificação (com preenchimento de Fichas de Identificação) de 23 destes Bens, elencando-os como os mais vinculados e portadores de sentido em relação à ourivesaria nativitana – objeto de estudo em que se ancora o presente pedido de Registro.

Durante o longo período desta pesquisa (março a dezembro de 2.007), foram efetivadas inúmeras viagens à cidade de Natividade, o treinamento da equipe, um amplo levantamento de dados, entrevistas e imagens (fotos e vídeos) que compõem o INRC. Foi realizada mais de uma centena de entrevistas formais e informais, sobretudo com habitantes considerados como “documentos vivos” em relação à memória da comunidade nativitana, tais como Sr. Alarico, Sr. Joaquim, Felisberta, Padre Joatan Bispo de Macedo, Simone Camelo Araújo e todos os Mestres ourives. Nestes momentos, foram feitos registros fotográficos e vídeo-gráficos.¹

Estas entrevistas² compõem parte significativa do conjunto documental utilizado para a realização do referido Inventário³. Elas, em geral, apontam sempre para o passado, especificamente o momento fundador da cidade, e a ourivesaria aparece para a comunidade como um aspecto tão fundador quanto a bateia (espécie de prato utilizado no garimpo) e os canais (de água ainda do período colonial) na Serra. Este ofício não está apartado de outros, tampouco de outras práticas culturais como a festa do Divino de Natividade, que é muito famosa e que recebe devotos de variados locais, além de constar do *site* de divulgação da cultura tocantinense, desenvolvido pela Fundação Cultural Estado do Tocantins⁴. Trata-se de um conjunto de bens culturais articulados entre si.

Além do aspecto fundador da mineração, Natividade apresenta características de comunidades tradicionais, tais como o exercício de determinados ofícios e técnicas praticados há gerações. Há ofícios, além do de ourives, como o de raizeira, o de boleira, o de ferreiro, o de parteira, o de benzedor, os quais partilham este universo da tradição. Mas a ourivesaria foi escolhida pela comunidade como sua principal referência. Daí seu pedido de registro.

As manifestações do patrimônio imaterial são preservadas pela coletividade, em especial aquelas que desempenham papéis diretamente relacionados à complexa relação existente entre passado & presente.

¹ Foram feitas mais de mil fotos e mais de vinte horas de filmagem, entre entrevistas e imagens, resultando em dois vídeos, um de 56' e outro de 15'.

² Sua listagem segue como Anexo 1. O áudio e transcrições destas entrevistas seguiram, na íntegra, em relatórios anteriores e nos arquivos de vídeo enviados ao Iphan/INRC - Natividade.

³ O Inventário nacional de Referências culturais de Natividade foi realizado no ano de 2007.

⁴ Disponível em < <http://to.gov.br/Festa+do+Divino+Esp%EDrito+Santo> > cosultado em abril de 2007 e maio de 2008.

Em Natividade, as festas que acontecem todos os anos, como as do Divino, da Padroeira e do Bonfim, têm a participação de praticamente toda a comunidade, além de pessoas vindas de fora, de muitos lugares. Ou seja, são famosas e concorridas. Mas a fama da joalheria nativitana é a maior delas.

As jóias executadas na atualidade em Natividade, tanto em ouro quanto em prata são várias: corações (sobretudo o português, o nativo, o menino), colares, cordões, corrente lantejoulas, relicários, pulseira escrava, anel escravo, brincos teta de moça, jóias criadas a partir da flor do capim dourado, brincos flor do campo, flor de maracujá, globo, pulseiras, colares, figas. Destacam-se, por sua articulação com a história da comunidade, as peças diretamente remetidas à religiosidade, com grande significado para a mesma, tais como os crucifixos, os pingentes Divininho, o anel e brincos do Divino, anel sete vidas. Das tradicionais, realçam o brinco cacho de uva, a “peixa”, os relicários. As inovações têm no modelo capim dourado (jóias que visam retratar o formato de sua flor) forte expressão. E a partir deste têm sido feitos, dentre outros, broche, anéis, brincos, pingentes, em modelos variados.

Os desenhos, a delicadeza, os nomes das peças, sobretudo a “peixa” atraem a curiosidade de todos aqueles que ouvem falar pela primeira vez da cidade. Elas informam traços específicos da arte daquela localidade. As jóias confeccionadas nas oficinas Mestre Juvenal onde trabalham os Mestre Wal, e o Mestre Bisa e a do Mestre Jesumar, apresentam-se como manifestações culturais específicas de uma cidade histórica, localizada em um Estado que, enquanto tal, Tocantins, tem menos de vinte anos de existência. E a ourivesaria foi selecionada pelos habitantes, pelos Mestres ourives e seus aprendizes, os quais são os principais sujeitos envolvidos no presente pedido de registro.

Não se trata de pensar os nativitanos como uma comunidade no sentido muitas vezes utilizado, ou seja, como uma realidade de certa forma “imaginada” onde as tramas sociais e os laços existentes entre as pessoas seriam sólidos, marcados pela solidariedade, pelo aconchego, pela quase ausência de conflitos. Mas,

Nas entrevistas, as diferentes formas de expressão deste ofício são uma constante; uma espécie de recorrência, em alguns momentos, silenciosa ...

Esta evocação, nos inúmeros encontros com os habitantes da cidade, pôde ser vista para além daquilo que os e as entrevistadas escolheram falar. O uso das jóias, no cotidiano e nas festas, a alusão ao ouro na localidade, a presença dos garimpos, a inserção dos ourives na comunidade, a imagem da serra e as ruínas que lá existem, a escolha do conjunto arquitetônico como concorrente a uma das “maravilhas do mundo moderno” dentre outros, são lugares de memória⁵ que participam da construção da identidade nativitana, no mosaico que é o Estado do Tocantins (IPHAN/Relatório Analítico/INRC – Natividade, 2008, pg. 08).

Portanto, o ofício da ourivesaria não pode ser visto de forma separada das festividades locais, bem como a saída da folia do Sítio Jacuba, de D. Romana, da confecção dos bolos e biscoitos de D. Naninha, do belo casario do período colonial. Vistas em conjunto, estas práticas, edificações, lugares, personagens e saberes identificam a cultura de Natividade.

Ainda que se esteja solicitando a inscrição do Bem – Ourivesaria como um “Saber”, ou seja, dentro da categoria Saberes ou conhecimentos e formas de fazer tradicionais: [...] *registro de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades* (IPHAN, 2.006, pg. 20), o texto que segue contempla, em boa medida, as demais categorias instituídas pelo Decreto no. 3551/00, quais sejam: Formas de expressão – literárias, musicais, plásticas, cênicas ou lúdicas; Festas e Celebrações; Lugares ou espaços de concentração de práticas culturais coletivas.

O processo de reconstituição de fatos históricos, característico do método de historia oral, no que se refere a historia da comunidade traz em si uma serie de expressões referencias e memórias ligadas ao ofício da ourivesaria, que teriam se originado já no início de seu passado colonial. A execução de jóias em Natividade está baseada em técnicas tradicionais de herança portuguesa e africana, aprendidas com Mestres ourives, tais como Mestre Cazuya (Jose Fernandes Belo), Antonio Nunes da Silva, Bernardino de Sena Fernandes, Leopoldo Hermano, Juvenal Rodrigues Pinto de Cerqueira, Altino Sena Fernandes. Estes grandes Mestres são os principais responsáveis pela existência da

⁵ Conceito ancorado em NORA, Pierre (1977).

ourivesaria na cidade. Mestre Juvenal Rodrigues Pinto de Cerqueira (falecido em 1.979), pode ser considerado personagem central da arte em Natividade, pois além de ser responsável pelo fabrico de muitas e belíssimas jóias, também teve muitos aprendizes, responsáveis pelos Mestres hoje em atividade na cidade.

Fotos⁶ cedida por Simone Camelo Araújo – acervo Asccuna



Mestre Antonio Nunes – Ourives Natividade



Mestre Leopoldo Hermano



Mestre Juvenal Rodrigues Cerqueira

Poucas informações acadêmicas existem sobre ourivesaria tradicional de Natividade, apesar de esta existir provavelmente desde o século XVIII e acredita-se que uma das razões de sua permanência seja a abundância de ouro na região, devido a um relativo isolamento cultural de Natividade e pelo hábito dos Mestres ourives transmitirem o ofício a aprendizes.

Destaque-se que os documentos existentes sobre Natividade são, em sua maioria, testamentos *post-mortem*, e se apóiam em um momento em que a mineração já havia se retraído. Contudo, indicam uma sociedade que tinha no ouro não só uma atividade econômica, mas também uma distinção de *status* social. Os objetos de adorno compõem um emblema do lugar social que os indivíduos ocupavam.

No que se refere a esta documentação, foram encontrados ainda vários inventários⁷ na cidade relativos ao período compreendido entre 1.765 a 1.900, divididos em séries: quinze

⁶ Ao longo da pesquisa não foram encontradas muitos registros iconográficos referentes aos ourives que viveram em Natividade.

inventários de 1.800 a 1.812; dez inventários e três testamentos, que perfazem o período de 1.812 a 1818; dezesseis inventários e nove testamentos relativos ao período de 1.822 a 1.830.

Uma parte do levantamento documental teve como objetivo principal uma coleta de dados sobre a construção do território onde se situa a cidade. O período investigado refere-se ao século XVIII e se centrou em torno de documentos do Arquivo Ultramarino, hoje digitalizados pelo Projeto Resgate⁸.

Quanto ao território, ponto de ligação importante para as referências culturais da comunidade nativitana, fez-se necessário o levantamento da cartografia referente à sua formação ao longo dos séculos XVIII e XIX⁹.

Ademais, para a compreensão dos aspectos de preservação e das transformações urbanas, bem como do significado do centro histórico e da Serra de Natividade para a coletividade, foi de suma importância o estudo do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico da Cidade de Natividade, finalizado em 1.987.¹⁰

⁷ Foi realizado por parte da equipe responsável pelo INRC – Natividade/Iphan, um levantamento dos documentos existentes no fórum da cidade, referentes principalmente ao século XIX. Os documentos referentes ao século XVIII, segundo relato de moradores, foram levados por uma pesquisadora goiana, para estudo e não foram devolvidos. Este fato mereceria uma investigação, posto que estes documentos todos podem ser caracterizados enquanto fonte inestimável para futuras pesquisas e produção de conhecimentos sobre a história da cidade. Referências mais precisas sobre esta documentação foram enviados ao Iphan em relatórios anteriores.

⁸ O AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) é composto por cerca de 250 mil documentos referentes à administração das 18 capitanias do Brasil entre os séculos XVI e XIX. O Arquivo Ultramarino possui uma importância crucial (e, principalmente, o acesso à documentação), visto que, a partir de 1642, quando Portugal se separou da Espanha, foi criado o Conselho Ultramarino, cujo papel era o de controlar as atividades da colônia. Por lá passaram todos os documentos despachados por reis, vice-reis, governadores gerais do Brasil e das capitanias. A pesquisa realizada no Arquivo Histórico Ultramarino, que segue como anexo 2 deste relatório, está ainda em formato de levantamento e não de reflexão e aprimoramento no que tange ao uso das categorias do INRC. A pesquisa se traduz no arrolamento dos documentos referentes ao que hoje é o estado do Tocantins, antiga parte de Goiás, e este, por sua vez, antiga Província de Goiás (Goiáz, Goiazes) e, anteriormente, Capitania de Vila Boa. Nos documentos pesquisados nota-se a interiorização do Brasil, o enfrentamento constante dos colonizadores com os índios, a descoberta do ouro e a organização da economia em torno da mineração.

⁹ Os mapas antigos seguem como anexo 3 e segundo informações contidas no relatório analítico / INRC-Natividade- 2008: “As informações constantes dos mapas variam de um conteúdo que pode ser chamado de “étnico” (com os nomes das populações indígenas qualificando os espaços nas cartas geográficas) para um outro mais referenciado na formação dos caminhos. Alguns mapas que constam do levantamento pertencem à série chamada Guia dos Caminhantes, de 1817, de autoria de Pardo, o Velho. Os mapas se encontram no acervo de cartografia histórica da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Neste relatório, estão os mapas do Guia dos Caminhantes, mas deve-se advertir que, apesar das inúmeras tentativas para aumentar a resolução das imagens, a impressão dos mapas implica a perda da visualização de informações. Assim, eles devem ser vistos no documento digital”.

¹⁰ Processo de tombamento do Iphan de nº 1.117-T 84/Sphan inscrito em 16/10/1987 e no Livro do Tombo Vol. 2 (folhas 05, nº 519) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (folhas 55, nº 14 inscrição nº 590). Lei nº 083 de 25 de setembro de 1992, que dispõe sobre o Código de Edificações da Cidade de Natividade. Lei nº 086/92 de 25 de setembro de 1992, que dispõe sobre o Zoneamento de Usos do solo Urbano. (Iphan 14ª Coordenação Regional - Natividade-TO).

A bibliografia consultada e indicada¹¹ serviu como instrumental analítico - reflexivo além de dar subsídios no sentido de se inserir Natividade em um contexto histórico mais amplo, ou seja, no conjunto de cidades que se formam na capitania de Goiás ou Goyases, e outras, tal como Minas Gerais.

Afinal, as formas de rememorar fatos e de armazenar informações sofreram mudanças com o surgimento da escrita. Diferente do homem primevo, que se sociabilizava e armazenava informações por meio de repetições, mitos, representações, o homem letrado foi capaz de reconstruir, de forma retrospectiva, o tempo da história. A memória apresenta-se disponível, catalogada e comparável. O saber não mais apenas enquanto utilidade para o cotidiano, o que nutre e constitui as pessoas como membro da comunidade: torna-se suscetível de análise e de exame.

E Natividade faz parte de uma formação territorial que aqui se denomina como “cultura aurífera”. Com esta expressão indica-se um conjunto de aspectos sociais e históricos que formam uma trama cultural específica, a partir de um território formado através da mineração e que, a partir do declínio desta, fechou-se, em boa medida, em si mesma e sobre a qual as fontes escritas são escassas. Esta formulação provém da matriz braudeliana sobre civilização material. Segundo Braudel (1.977, pg. 12):

[...] acontece que uma zona de opacidade, muitas vezes difícil de observar por falta de documentação histórica suficiente, se estende sob o mercado: é a atividade elementar de base que se encontra por toda a parte e cujo volume é simplesmente fantástico. À falta de termo melhor, denominei essa zona espessa, rente ao chão, de vida material ou civilização material. É evidente a ambigüidade da expressão. Mas, se a minha maneira de ver o passado for partilhada, como parece ser para o presente, por certos economistas, imagino que mais dia ou menos dia acabaremos por encontrar uma etiqueta mais adequada para designar esta infra-economia, esta outra metade informal da atividade econômica, a da auto-suficiência, da troca dos produtos e dos serviços num raio muito curto.

Antes de se adentrar na leitura, é importante destacar que a filigrana é a técnica de utilizar fios de ouro ou prata finos como fios de cabelo, que, entrelaçados e soldados,

¹¹ Sua listagem segue como Anexo 4

formam uma delicada renda, transformando-se em peças inteiras ou podendo ser aplicados como detalhes em outros objetos. Peças feitas em filigrana são características do trabalho desenvolvido em Natividade. Outras jóias como a “peixa”, o anel escravo, o crucifixo e o relicário são modelos maciços ou feitos com chapas trabalhadas, podendo ou não conter o trabalho em filigrana.

Com relação aos entrevistados que serão os mais citados no texto.

Simone Camelo Araújo é nativitana, graduada em Economia, tendo retornado à cidade em 1.990. Desde então vem trabalhado junto aos ourives no sentido do resgate da ourivesaria. É uma das articuladoras do projeto de criação do Centro de Artesanato de Natividade, do Museu Mestre Juvenal e da oficina Ourivesaria em filigrana. É a coordenadora da equipe técnica do Programa Monumenta¹² na cidade e uma das fundadoras da Associação Comunitária Cultural de Natividade – ASCCUNA.

Padre Joatan Bispo de Macedo é pároco da cidade desde o início da década de 1.980 e entusiasta da festa do Divino, além de ser uma espécie de memorialista de Natividade. Foi entrevistado inúmeras vezes.

Abisania Ferreira Gomes (Mestre Bisa): começou aprender o ofício de ourives com o Mestre Jesumar Batista Borges. Atualmente é um dos Mestres ourives de Natividade, trabalha juntamente com Mestre Wal na Oficina Mestre Juvenal, onde atuam nove aprendizes. Ele diz ser o primeiro mestre ourives negro a trabalhar em Natividade.

Jesumar Batista Borges, filho do Sr. Ezequiel Batista Borges, conhecido como Maroto. Parente e aprendiz do Mestre Juvenal Rodrigues de Cerqueira. Nasceu em 1.950 na cidade de Natividade e começou aprender o ofício de ourives aos doze anos de idade e ficou neste *status* de aprendiz por cerca de oito anos. Hoje é um Mestre-ourives e continua a orientar aprendizes. Teve como seus aprendizes os que são, na atualidade, Mestres: Wal e Bisa. Hoje tem três aprendizes em sua ourivesaria.

Joaquim Waldeides de Carvalho, conhecido como Mestre Wal nasceu em 1.960 Também começou aprender o ofício de ourives com o mestre Jesumar Batista Borges. E

¹² Programa do Ministério da Cultura que atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. Promove obras de restauração e recuperação de bens tombados e de edificações localizadas nas áreas do projeto, capacitação de mão-de-obra especializada, dentre outros. O município de Natividade passou a integrar o Programa em 1.999.

atualmente é um dos mestres ourives de Natividade, trabalha juntamente com o Mestre Bisa na Oficina Mestre Juvenal onde atuam nove aprendizes.

Sr. Alarico Lino Suarte, hoje com oitenta e cinco anos de idade, nasceu em dois de maio de 1.923. Escrivão aposentado de Natividade (trabalhou no cartório local entre 1.951 e 1.993). Atual Proprietário da casa que foi o Antigo Palácio do Ouvidor Theotônio Segurado, que lhe serviu de gabinete e residência no período compreendido entre 1.809/1.815. Trata-se de uma das grandes figuras mantenedora da memória de Natividade e que possui o respeito e a admiração por parte dos nativitanos.

Joaquim Rodrigues de Cerqueira, conhecido como seu Quincas Rodrigues. Nasceu em Natividade no dia dez de março 1.936. É uma figura representativa para a cultura de Natividade: ajuda na organização da festa do Divino; tem a função de Procurador da Sorte do Divino. Ou seja, o mesmo é um dos responsáveis pelo o sorteio do imperador do ano seguinte.

Romana Pereira da Silva, benzedeira, raizeira e escultora. Os nativitanos apontam que ela teria o dom da cura e da visão. Aos sessenta e seis anos, Dona Romana vive em Natividade. Mais precisamente, no Sítio Jacuba, onde fica o Centro Bom Jesus de Nazaré, povoado de seres mitológicos e “antenas”, esculturas aéreas de arame que servem de conexão com outros mundos que ela afirma ter visitado e desenhado. Enquanto guia espiritual, ela diz possuir um pacto com Deus e com a natureza. Ela se auto-define como uma mulher que aceitou o mistério, “mesmo sem saber o tamanho dele”.¹³

Felisberta Pereira da Silva, conhecida como Feliz, nasceu no dia vinte de agosto de 1.958. Coordena o Grupo de dança de Sússia¹⁴ Mãe Ana. É funcionária pública e sempre ajuda na organização da festa do Divino.

Adelmo Pereira Barros é presidente da Associação dos Garimpeiros da Chapada de Natividade e está na região desde 1.987. Foi entrevistado três vezes e nessas oportunidades sempre evidenciou a importância dos garimpos para a região e a relação dos garimpos atuais com os garimpos dos séculos XVIII e XIX, estabelecendo uma relação viva entre o passado e o presente.

¹³ À frente serão oferecidas mais informações sobre D. Romana.

¹⁴ Dança de influência negra que é típica da região, Para maiores informações consultar as Fichas/INRC-Natividade referente às formas de expressão - TO010007F4003 - Sússia

Flávio Pereira de Souza, nasceu 1.985. Ex-aprendiz dos Mestres-ourives Wal e Bisa. Conductor turístico de Natividade. Está sempre está presente nas organizações das festas tradicionais de Natividade.

Uardon Moreira da Cunha começou como aprendiz em 1.998, na oficina Mestre Juvenal, sob orientação dos Mestres Wal e Bisa.

Metodologia

Ainda que durante o texto, em alguns momentos, seja utilizado o termo informante, estes foram ouvidos e pensados como *intérpretes* de seu patrimônio cultural. Portanto, buscou-se manter um constante diálogo com os membros da comunidade, pois é importante que se reafirme: a identidade é construída em um processo dinâmico próprio das relações sociais. Assim, a metodologia utilizada apoiou-se nos princípios do diagnóstico participativo da história oral e análise das informações. Foi ainda realizada uma detida revisão bibliográfica, além de uma breve revisão iconográfica e documental.

Tal como pode ser conferido no Relatório final do Inventário Nacional de Referência Cultural - INRC de Natividade – TO (2.008), o processo de rememoração, característico do método da história oral, foi a base do trabalho, pois para a coletividade nativitana, de acordo com as entrevistas realizadas, há um conjunto de expressões e de significados que se remetem ao ofício da ourivesaria, e este, por sua vez, é relacionado a um passado bem distante e cuja memória urge salvaguardar.

Para a realização da investigação com vistas ao registro da ourivesaria no município de Natividade/TO, partiu-se da necessidade de se enfatizar a diversidade não só de sua produção material, mas também dos sentidos e valores, signos e símbolos atribuídos pelos diferentes atores, bens e práticas sociais. Desse modo foi importante um olhar amplo e complexo sobre as representações e interpretações que configuram a identidade do município de Natividade para seus habitantes: paisagem, edificações, objetos, fazeres, saberes, crenças, celebrações, tradições, entre outros. Mas sempre atentos para não se

reificar a categoria interpretação do nativo ou representação dos nativos. Ou seja, identificá-lo(s) em seus lugares de fala.

Não se buscou a “autenticidade” das jóias produzidas, ou as representações dos ourives sobre as mesmas, mas sim, [...] *a apreensão dos sentidos* que os ourives implícita e explicitamente atribuem à sua prática, assim como sugere Cecília Londres (2.006, pg. 92) . Ou como diria Geertz (2.006, pg. 89) cabe aos investigadores [...] *descobrir que diabos eles pensam que estão fazendo*.

A memória foi um instrumento basilar. Porque esta permite melhor dialogar com as fontes orais, compreendendo-as mais profundamente, uma vez que os narradores, de forma similar à subjetividade dos e das pesquisadoras, incluem valores e juízos para constituir uma memória, em última análise, co-responsável pelo resultado historiográfico, temporalmente circunscrito, da pesquisa.

No envolvimento com os narradores, preocupação com o diálogo com os domínios da micro-história: olhares moldados segundo a proximidade, os espaços de convivência e as expectativas de outrora dos recordadores & intérpretes, mas também as presentes.

Afinal, como afirma Hall (2.000, pg. 109):

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.

Neste sentido, também concordando com Chartier (1.991, pg. 190), que refletindo sobre as condições de recepção do leitor, amplia a margem de competência do conceito de memória, e lança mão do conceito de *apropriação*:

[...] a apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente,

sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas ...

Apresentação



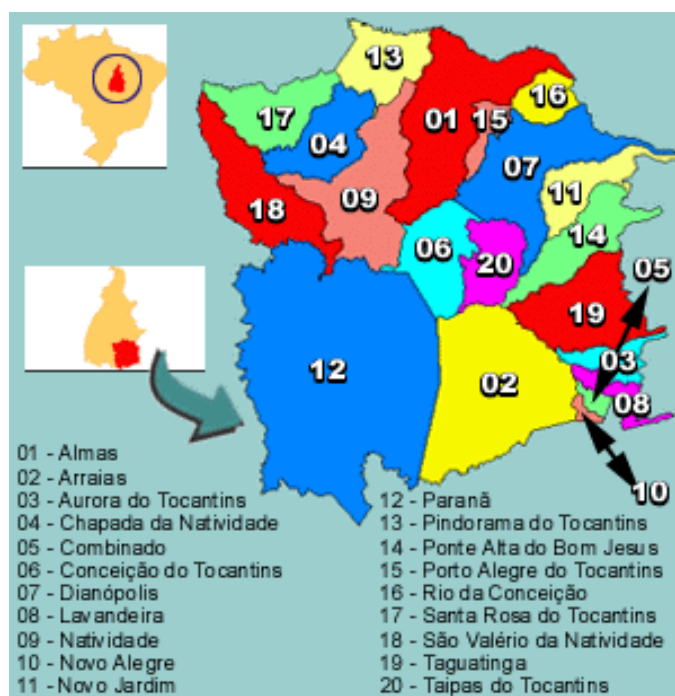
15

Localização. O município de Natividade está localizado na mesorregião oriental do Estado do Tocantins e na microrregião de Dianópolis ¹⁶. Esta é constituída por mais dezenove municípios, quais sejam: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Chapada da

¹⁵ As referencias do mapa seguem no anexo 3

¹⁶ Disponível em< <http://www.citybrazil.com.br/to/regioes/dianopolis/>> Último acesso em 16/06/2008

Natividade, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavadeira, Novo Alegre, Novo Jardim, Paraná, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa do Tocantins, São Valério da Natividade, Taguatinga e Taipas do Tocantins.



Área. O município possui uma área de 3.215,90 km². De acordo com o Censo Demográfico realizado em 2.000 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população total do município é de 8.867 habitantes. O Plano Diretor da cidade (2.005)¹⁷ indica que a densidade demográfica nativitana era de aproximadamente 3,0 hab. /km² no ano de 2.000, mostrando-se inferior à média do Estado de 4,17 hab. /km² e da região da qual faz parte, que é de 4,43 hab. /km².



18

¹⁷ Plano Diretor de Natividade (2.005): foi realizado em parceria entre o Governo do Estado de Tocantins e a Prefeitura Municipal de Natividade, tendo sido finalizado em maio de 2.005. Os Planos Diretores foram criados via Ministério das Cidades e estão baseados na Lei Federal 10.257/2.001, mais conhecida como Estatuto das Cidades, o qual diz respeito à regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal: estabelece parâmetros e diretrizes da Política e Gestão Urbana no Brasil.

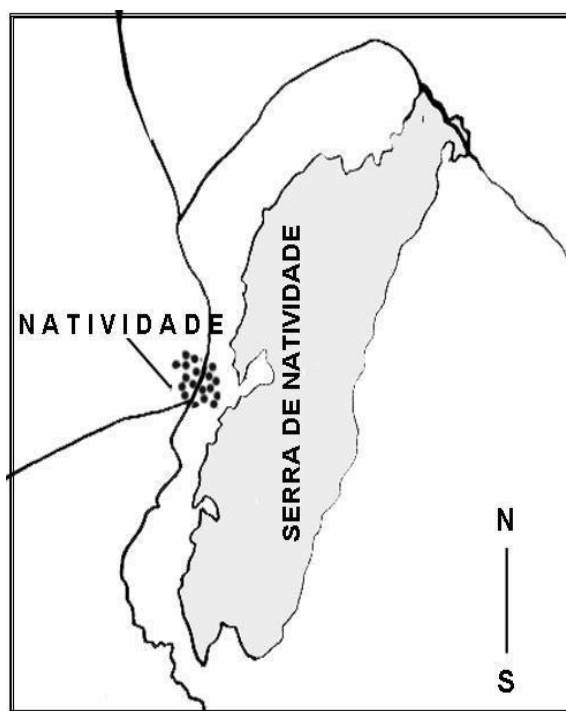
¹⁸ Mapa contido no texto de Raquel Nery retirados do site <http://www.altiplano.com.br/0711natividade.html> consultado em 03/05/2008

Distribuição da população por sexo. Ainda segundo os dados fornecidos pelo IBGE (2.000), em consonância com o padrão tocantinense da população segundo sexo, a relação existente é de 105 homens para 100 mulheres, padrão que se diferencia do nacional, ou seja, 97 homens para 100 mulheres. Assim, a população nativitana (urbana e rural), mostra-se em sua maioria, composta por homens, com aproximadamente 1,09 homem para cada mulher. A população total masculina de Natividade em 2.000, segundo o SNIU (Sistema Nacional de Indicadores Urbanos), era de 4.498, enquanto a feminina de 4.369. Ainda que o padrão nativitano se diferencie do nacional, tal como demonstrou Berquó (1986), no Brasil há inúmeras situações semelhantes a esta, a depender da atividade principal, dentre outros fatores, existentes a nível local ou regional. A “disparidade” entre sexos deu origem a uma expressão já clássica no Brasil, isto é, a de “pirâmide da solidão”.

Importância histórica no Estado. Natividade é uma importante cidade dentro do conjunto formado por oito cidades históricas localizadas em Tocantins, a maioria delas ligada à atividade da mineração: é a mais antiga, tendo seu marco de fundação no ano de 1.734. As demais são: Arraias (1.739); Dianópolis (Antigo Arraial de São José do Duro - 1.750); Monte do Carmo (1.746); Paranã (foi sede da Comarca do Norte, e há indicações de que na década de 1.740 já exista povoamento); Porto Nacional (importante ligação fluvial entre as cidades auríferas Pontal e Monte do Carmo); Tocantínia (1.738); Tocantinópolis (1.818). Esta última seria a única cidade do conjunto, cuja fundação não se atribui diretamente à mineração e sim à catequização. Localiza-se bem ao norte do estado, próxima aos estados do Maranhão e do Pará.

Natividade e São Luiz: mineração e urbanização. As informações disponíveis indicam que a cidade de Natividade, a qual foi fundada por Antonio Ferraz de Araújo, localizada ao pé da Serra de mesmo nome, em seu momento inicial ligava-se ao Arraial de São Luiz, no alto da Serra. Este nome foi colocado no Arraial em homenagem ao governador da Capitania de São Luiz e fundador de Vila Boa de Goiás (Goiás na atualidade), D. Luis de Mascarenhas. Entre 1.733 e 1.734, provavelmente passou a se chamar Natividade, em honra a Nossa Senhora de Natividade. Neste momento, teria havido um deslocamento do núcleo urbano realizado por Manoel Rodrigues de Araújo do alto para o sopé da Serra, e, marca-se, assim, a fundação da cidade onde se encontra até hoje.

Do Arraial de São Luiz, ao qual Natividade ficou ligada provavelmente entre 1.728 e 1.734, hoje restam apenas ruínas. As entrevistas realizadas para esta pesquisa¹⁹ revelam versões distintas quanto à fundação da cidade, em especial devido à existência daquelas. Não se pode afirmar, com segurança, se São Luiz foi um local de mineração apenas ou também um núcleo urbano. Por um lado, documentos indicam o ano de 1.734 como o marco fundador de Natividade. Por outro, os textos existentes de autoria dos viajantes são posteriores a esta data e se remetem ao novo núcleo, ou seja, Natividade. De qualquer forma, os habitantes têm a serra como marco significativo para a cidade, enfatizando a ligação fundante da mesma com a mineração.



20

O naturalista Gardner (1.975, pg. 159) escreveu sobre Natividade, em 1.840:

¹⁹ Consultar, em particular, as Entrevistas/ Relatório Analítico/INRC – Natividade, 2008 : TO010007F1A2A Nº34A1, TO010007F1A2A Nº34A3, TO010007F1A2A Nº34A4, TO010007F1A2A Nº34A8, TO010007F1A2A Nº34A14, TO010007F1A2A Nº34A26, TO010007F1A2A Nº34A27, TO010007F1A2A Nº34A30, TO010007F1A2A Nº34A36, TO010007F1A2A Nº34A40, TO010007F1A2A Nº34A50, TO010007F1A2A Nº34A69, TO010007F1A2A Nº34A70, TO010007F1A2A Nº34A77 E ENTREVISTAS VÍDEOS TO010007F1A2 Nº41 OURIVESARIA / NATIVIDADE TOCANTINS, TO010007F1A2 Nº42, TO010007F1A2 Nº43, TO010007F1A2 Nº44, TO010007F1A2 Nº45

²⁰ Mapa contido no texto de Raquel Nery retirados do site <http://www.altiplano.com.br/0711natividade.html> consultado em 03/05/2008

Seguindo as margens de um pequeno regato que corre da Serra e que, passando perto do extremo norte da vila, constantemente a abastece de água clara e fresca, chegamos ao sopé da serra e logo depois, em ascensão gradual, alcançamos o topo de baixa ramificação, onde encontramos um grande e pouco fundo vale, de solo inteiramente escavado em busca de ouro; e, perto do centro dele, demos com as ruínas do que nos disseram ter sido o sítio primitivo da vila.

Fora fundada pelos que primeiro se aventuraram nestas longínquas regiões à procura de ouro e fora abandonada, fazia agora sessenta ou setenta anos, quando este metal foi rareando e as fazendas de criação de gado se tornaram mais rendosas que as minas

Segundo Napoleão Araújo de Aquino (2.008), a urbanização do Tocantins deu-se em dois grandes momentos. O primeiro, no período colonial, ancorado em uma urbanização mineradora e o segundo, mais recente, considerado como mais moderno, identificado, sobretudo, com a própria política de modernização do Estado brasileiro, espelhado, entre outros, no projeto da construção da rodovia Belém-Brasília.²¹ O emblema proposto, segundo este informante, para os dois momentos da urbanização centra-se em torno das fronteiras entre o tradicional e o moderno²², que, em Natividade, estão amalgamados nas falas da maioria dos habitantes.

Segundo dados do Plano Diretor (2.005), a cidade de Natividade cresceu em direção oposta à Serra, ultrapassando a rodovia TO-050, no sentido Brasília - Gurupi.

Organização da cidade. O centro histórico da atual Natividade abriga casarios, praças, ruas, becos, igrejas e ruínas e a organização da cidade de Natividade é descrita pelo Plano Diretor (2.005) da seguinte forma:

[...] os vestígios de canalização e de abrigos, localizados na Serra de Natividade, remanescentes da atividade aurífera; a estrutura urbana do núcleo original, que se encontra praticamente íntegra; e uma área de ocupação mais recente (fins da década de 1.960), que não interfere no núcleo original. Entre o Centro Histórico e a ocupação da segunda metade do século XX, há uma área

²¹ BR 010 – Rodovia Bernardo Sayão. Sua construção teve início em 1.960 e foi concluída em 1.974.

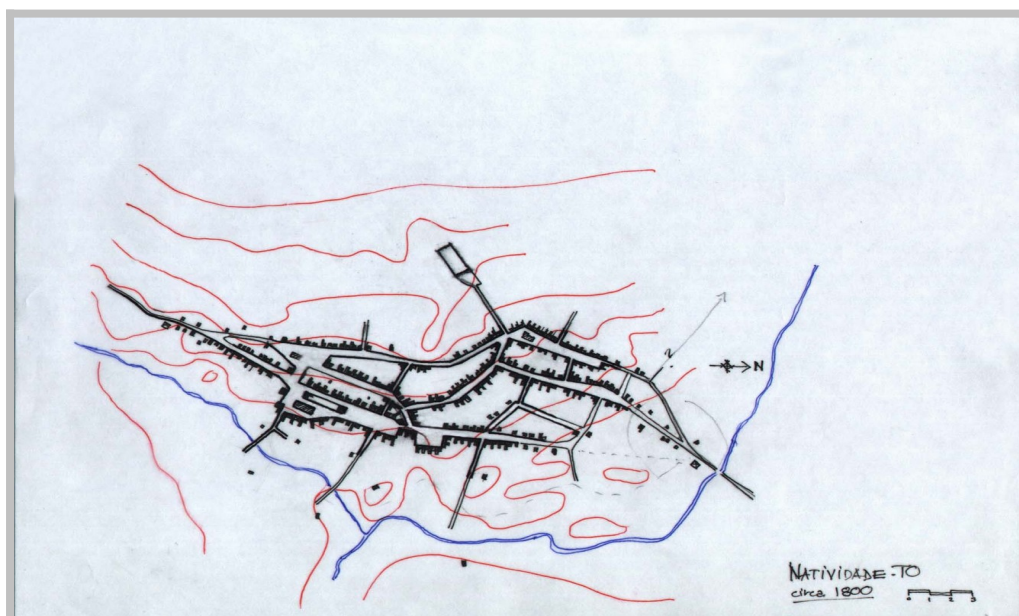
²² http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA428-05032006-211835.DOC.
acesso: 03/05/2008.

Último

remanescente, não ocupada e sem qualquer trato paisagístico, com ruínas de uma edificação inacabada, onde deveria ter funcionado um clube; os restos do velho cemitério; conjuntos de lotes previstos, mas não implantados.

A cidade possui em seu núcleo histórico um conjunto arquitetônico que data de dois momentos principais: o momento da mineração, atividade totalmente ligada a São Luiz e ao momento em que era na Serra, e aquele a partir de 1.734, quando é transferida para o sopé da Serra. Seu centro histórico se caracterizando pelo estilo colonial, e as edificações deste núcleo antigo pertencem a dois períodos históricos: a mineração e a pecuária. A mineração refere-se à fundação da cidade, e as fachadas dos casarios típicos deste momento são mais despojadas. O segundo período, o da pecuária, indica fachadas mais ornamentadas. No centro histórico se encontram as principais referências do casario, e os prédios públicos, como a Casa de Cultura Amália Armando Teixeira, a antiga Cadeia Pública, a Antiga Prefeitura.

Abaixo, a estrutura urbana por volta de 1800, quadro que consta do Plano Diretor.



In: Plano Diretor, p. 58

Marcos edificados. ²³ Tal como indicando anteriormente, 1.734 é a data oficial de fundação de Natividade, quando o núcleo urbano teria se deslocado para o sopé da serra. Isto é, entre 1.728 e aquela data, o ponto inicial da cidade teria sido o Arraial de São Luiz, situado no alto da mesma. Neste local, encontram-se vários vestígios da atividade mineradora, tais como os canais que serviam à extração de ouro. Há, portanto, três conjuntos históricos identificados, os quais, embora separados espacialmente, estão articulados na construção do território: a) o centro histórico da cidade; b) as ruínas de São Luis e c) a Serra de Natividade, propriamente dita, onde se originam os caminhos das folhas do Divino ²⁴, as localidades de Bonfim ²⁵ e o Quilombo Redenção. ²⁶

No casario²⁷ que compõe o conjunto arquitetônico destacam-se as seguintes construções: Antigo Palácio do Ouvidor; Antiga Cadeia Pública; Antiga Prefeitura; Casarão da Tia Quininha; Casarão dos Viana, o qual pertenceu ao Mestre Antonio Nunes; casarão onde funciona o Iphan; casarão que pertenceu ao Mestre Juvenal; casarão que pertenceu ao Mestre Bernardino de Sena Fernandes; casarão da Tia Naninha; Casa de Cultura Amália Hermano; ruína da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos²⁸; Igreja Nossa Senhora da Natividade ou Igreja da Matriz; Igreja de São Benedito, entre outras.

As principais praças, ruas e becos de Natividade localizam-se no Centro Histórico e são²⁹: Praça da Bandeira, Praça São Benedito, Praça da Matriz, Praça Leopoldo de Bulhões, Praça do Rosário.

Algumas ruas de Natividade apesar de terem sofrido algumas alterações, ainda se remetem às construções que datam do período da mineração. Destacam-se: rua da Contagem, hoje denominada de Rua Rafael Xavier; rua do Meio como era identificada no período da mineração e conhecida, na atualidade, como Rua Modestina; a Rua do Terço, hoje conhecida como Rua União; a Rua da Praça, depois Praça do Governo e hoje Praça Senador Leopoldo de Bulhões; Rua dos Fuzis, depois Rua Formosa e hoje Rua Major Júlio

²³ Para maior detalhamento, consultar as Fichas/INRC-Natividade: Sítio TO010007F1001 – Sítio; Lugar TO010007F5000 e Edificações TO010007F3000.

²⁴ Para maior detalhamento consultar Ficha Formas de Expressão/INRC-Natividade 2008 - TO010007F4001 - Folia do Divino.

²⁵ Para maior detalhamento consultar Ficha celebrações/ INRC-Natividade 2008 - TO010007F2002 - Romaria do Bonfim.

²⁶ Para maior detalhamento consultar Ficha Lugares/ INRC-Natividade 2008 - TO010007F5006 - Quilombo da Redenção.

²⁷ Para maior detalhamento consultar Ficha Edificações/ INRC-Natividade 2008 - TO010007F3002 – Casario.

²⁸ Em 2.007 a Revista *Caras* promoveu um concurso, sobre as “Sete Maravilhas do Mundo” e Natividade participou do mesmo apresentando esta ruína. Para maior detalhamento consultar Ficha Edificações/ INRC-Natividade 2008 - TO010007F3001 - Ruína de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

²⁹ Consultar Ficha /INRC-Natividade – TO010007F5002 – Praças, ruas e Becos.

Nunes; a Rua da Direita, depois Rua 15 de Novembro, hoje Rua Coronel Deocleciano Nunes; a Rua Nova, atualmente denominada Rua 7 de Setembro; a Rua dos Cruzeiros, depois Rua do Rosário.³⁰

Os Becos têm o papel de tornar os caminhos mais curtos, e servem também como ligação secundária entre os vários setores da cidade. São eles: Beco de Cambech; Beco da Jaqueira; Beco da tia Hozana ou Beco da tia Cota; Beco Inocêncio Costa ou Beco João Araújo; Beco de Cemitério Velho; Beco Joaquim Costa; Beco da Dona Naninha (Beco da Prainha; Beco da Escola Nossa Senhora de Fátima; Beco da Matriz ou Beco de Dona Naninha,

Arquitetura. A pecuária foi a principal atividade em Natividade no século XIX, assim como para tantas outras cidades fundadas a partir da mineração. Neste sentido, as fachadas das construções que compõem o núcleo histórico tombado pelo Iphan são de dois tipos, espelhando os dois ciclos econômicos da cidade: as mais despojadas correspondem ao período da mineração e as mais ricas e ornamentadas, à fase da pecuária.

Segundo o documento intitulado Pedido de Tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Natividade/Goiás (IPHAN, 1.985, pg. 139):

As edificações do núcleo antigo, todas térreas, podem ser classificadas, basicamente, em dois tipos que pertencem ou repetem a tipologia de arquitetura residencial correspondente a dois períodos econômicos importantes pelos quais passou a cidade: – ao primeiro período, relativo à época de fundação da Cidade (século XVIII), correspondem as fachadas mais ornamentadas.

Segundo várias entrevistas realizadas, muitas casas mantêm as características originais, sendo que as maiores foram sendo divididas, de acordo com o crescimento das famílias. Alguns exemplos deste tipo de organização das casas são: Casa do Ouvidor, hoje Casa do seu Alarico e a casa da tia Belita, a qual foi, anteriormente, a casa do Mestre Juvenal, sendo que esta ainda apresenta ladrilhos originais.

³⁰ Consultar Ficha /INRC-Natividade – TO010007F5002 – Praças, ruas e Becos.



Casa do Ouvidor, hoje Casa do seu Alarico Foto Raphael Mendes 2007



CASA DE TIA BELITA (ESPOSA DE MESTRE JUVENAL)

Várias das novas casas foram edificadas sobre os alicerces de antigas moradias, enquanto outras permaneceram, ainda que alteradas. Devido a essas alterações, não se pode caracterizar como estritamente colonial a arquitetura que hoje o núcleo histórico apresenta. Além deste estilo, há outros que se encontram mesclados, e, entre eles estão: *art déco*, neoclássico e eclético. O prédio da prefeitura, por exemplo, apresenta detalhes *art déco*, fachada neoclássica e um invólucro colonial.

Segundo Maria Diva A. C. Vaz, escritora, aponta que:

Essas misturas fazem singular a arquitetura nativitana. Que faz suas paredes, telhados, o conjunto urbano, as ruínas do alto da serra refletirem toda a história vivida por seus moradores, desde a descoberta das primeiras minas de ouro. Cada detalhe do centro histórico forma ... um conjunto complexo, mas capaz de exprimir as etapas de desenvolvimento, os estilos de vida dessa sociedade. Pode-se dizer que as edificações do centro histórico de Natividade formam um conjunto relevante para a arquitetura brasileira do período colonial, na sua vertente vernacular – com técnicas e materiais locais e através da expressão de um conhecimento tradicional e empírico³¹.

Uma das principais características do casario do conjunto colonial diz respeito ao mesmo ser composto por construções simples de pavimento térreo, edificadas no limite do

³¹ Para maior detalhamento consultar Ficha Edificações/ INRC-Natividade- 2008 - TO010007F3002 – Casario.

lote. Segundo o site Arquitetura no Brasil, Nireu Cavalcanti ³², foi a partir do século XIX e começo do XX, que o casario passa a sofrer intervenções principalmente nas fachadas,

[...] através da sobreposição de ornamentos nas fachadas coloniais, que no sentido estrito e formal, nem podem ser considerados como "eccléticos", pois são uma apropriação popular de elementos da sintaxe do estilo eclético, introduzido no Brasil a partir da Independência.

E segundo o Programa Monumenta (Ministério da Cultura – Programa Monumenta, 2.005), elemento decorativos, tais como:

[...] molduras, falsas colunas, faixas com desenhos de motivos geométricos, arabescos e motivos florais ... De estrutura urbana colonial, com ruas irregulares, o Sítio destaca-se pela simplicidade do casario e pela ausência de monumentalidade das construções públicas, resultando em um conjunto harmônico. As fachadas são basicamente de dois tipos, correspondendo aos ciclos econômicos pelos quais passou a cidade. As fachadas mais despojadas são do período relativo a mineração do século XVIII; e as fachadas mais ornamentadas, do segundo período, ligado à pecuária, a partir do século XIX.

Outros referencias importantes para Natividade.

a) **A cova de mãe Ana** ³³. Esta se localiza na região de expansão urbana mais recente. Foi relativamente abandonada, mas ainda é um lugar onde as pessoas vão prestar homenagens à personagem, depositando junto a ela um ramo verde.

³² <http://catalogos.bn.br/redememoria/arquitetura.html>. Último acesso: abril 2008.

³³ Sua história é contada na Ficha Lugares/INRC – Natividade - TO010007F5004 e também pode ser vista nas entrevistas de Felisberta Pereira da Silva - TO010007F1A2Anº34A77 ou no vídeo, Flávio Pereira de Souza (Condutor Turístico) - TO010007F1A2A nº34A3. Ademais, Simone Camelo Araujo - TO010007F1A4 nº 78; Teodoro Nunes da Silva - TO010007F1A4 nº 70.

b) **Os garimpos** ³⁴. A garimpagem é uma atividade de extração mineral. Sua importância é grande para os habitantes. Afinal, Natividade no século XVIII foi um dos mais importantes núcleos de garimpo do período colonial. E, na atualidade, continua a ser uma atividade fundamental para a vida econômica da cidade, pois a ourivesaria aí praticada é a maior consumidora do ouro extraído desses garimpos. Três são os principais garimpos da região: O Garimpo da Chapada de Natividade, o Garimpo do Príncipe e o Garimpo de Conceição.

c) D. Romana. ³⁵ Poderia ser mais uma benzedeira ³⁶, mas ela, sem dúvida, se diferencia por seu trabalho. Vive com alguns de seus “filhos espirituais” em um sítio de nome Jacuba, o qual pode ser considerado como uma pequena comunidade. Este se localiza no município de Natividade e pode ser identificado como “único”, em razão de suas características bastante particulares. O aprendizado desta benzedeira, raizeira e escultora se deu de modo muito particular. Ela começou a apresentar o dom da cura no final da década de 1.970, e registra como o início de seu trabalho o ano de 1.983 ³⁷.

Autodidata e intuitiva, de acordo com seu depoimento, em suas andanças pela mata, encontrava plantas e tinha o pressentimento de que aquela erva seria benéfica. D. Romana, contudo, não pode ser identificada apenas como benzedeira e raizeira. O sítio onde vive, o Jacuba, na saída para Dianópolis, está repleto de esculturas de caráter místico, erguidas por ela. No sítio Jacuba está o Centro Bom Jesus, onde D. Romana recebe os visitantes e realiza uma celebração do Divino Espírito Santo independente da que acontece na cidade.

O sincretismo característico de suas crenças e práticas religiosas espelham-se em cada pequeno canto ou parede do Centro Bom Jesus: nas paredes pintadas, com imagens de santos, entidades espirituais ou extraterrestres; esculturas, com as mais variadas formas, distribuídas ao longo de centenas de metros de seu quintal, com representações de anjos,

³⁴ Ficha INRC – Natividade - TO010007F5005 - Garimpos

³⁵ Consultar Ficha Oficinas/INRC- Natividade - TO010007F6003 - Benzedora, escultora e raizeira.

³⁶ A mística é também raizeira: prepara garrafadas e chás com as plantas da região, acolhendo pessoas de todos os lugares em busca de cura para os mais diversos males. A tradicional prática da cura pelas ervas, em Natividade, não está associada apenas com D. Romana. O Sr. Cazimiro, benzedor e raizeiro, por exemplo, é famoso. Planta muitas das ervas que usa para o preparo de seus remédios e coleta outras na Serra de Natividade. Consultar detalhes para maiores, o Relatório Analítico/INRC – Natividade, 2008.

³⁷ Tal como descrito na Ficha Oficinas/INRC – Natividade - TO010007F6003.

guardiões, as estrelas de Davi, pombas do Divino, animais, Orixás, entre outras; no barracão onde armazena água e alimentos e que está repleto de objetos como carros e aviões do futuro, os quais traduzem suas crenças no processo de transformação do mundo; no altar colorido (representante máximo de seu sincretismo) e repleto de imagens e de símbolos que remetem às mais variadas crenças; em suas palavras ricas de significados espirituais profundos, por ela proferidas ao longo de todas as longas conversas realizadas ³⁸.

Nesse espaço, D. Romana realiza seu trabalho vinculado a um cotidiano totalmente dedicado ao seu compromisso espiritual: vive e exerce suas atividades mediúnicas e de orientação espiritual. Ela e o sítio Jacuba são exemplos de um amálgama de tradições místicas que atravessam várias matrizes culturais, incluindo-se aí a crença em seres extraterrestres e cataclismas que irão tirar a Terra de seu eixo. D. Romana vive, portanto, um tempo próprio, esperando por este acontecimento, o qual destruirá “tudo”. E ela crê que o seu sítio será o local onde haverá estabilidade, um lugar fundamental para o realinhamento do planeta, após esta catástrofe, caracterizando-se então, como uma forma de guardião da vida.

d) O Quilombo da Redenção ³⁹. Também possui um significativo espaço diante da vida nativitana, pois é um dos marcos da presença negra na região. E este quilombo é um dos últimos remanescentes da cultura negra da região. Foi reconhecido como tal em 2.004. Localiza-se na Serra denominada de Jacubinha, sendo o local também conhecido como Bacabeira, fazendo parte da Serra Geral.

Esta comunidade constituiu-se a partir de afro-descendentes os quais, ainda na atualidade, buscam manter a sua memória, o que os caracteriza enquanto sujeitos que foram expropriados de direitos e que o seu reconhecimento como tal, se constitui como uma medida ou política Compensatória e Afirmativa, a qual visa possibilitar aos sujeitos o convívio com a coletividade e a ancestralidade. Esta comunidade possui cerca de vinte e cinco famílias, com uma área aproximada de quinze alqueires. Entretanto, segundo vários depoimentos orais, esta área foi bem maior no passado. O quilombo não possui escola e os estudantes da comunidade deslocam-se por meio de ônibus, cedido pela Prefeitura

³⁸ DIVERSAS FORAM AS CONVERSAS COM ELA REALIZADAS, MAS NEM TODAS ELA PERMITIU QUE FOSSEM GRAVADAS. CONSULTAR ENTREVISTAS

TO010007F1A2A Nº 34A71, TO010007F1A2A Nº 34A06. CONSULTAR EM PARTICULAR - Ficha de Ofícios - TO010007F6003 - Benzedora, escultora e raizeira

³⁹ Consultar Ficha/INRC – Natividade 2008 - TO010007F5006 - Quilombo da Redenção

Municipal, para a escola Jacubinha, localizada em um assentamento existente ao lado do quilombo. A comunidade sobrevive da agricultura de subsistência, ancorada, sobretudo, no cultivo de arroz, milho, banana, hortaliças e mandioca, sendo esta base de sua alimentação. Esta comunidade ainda mantém vivas práticas religiosas com heranças africanas bem marcadas, com práticas semelhantes às que ocorrem nos trabalhos espirituais do Centro Bom Jesus de D. Romana.

Cronologia dos principais eventos de Natividade (1.728 a 2.008)

Data	Eventos
Séc.XIX e séc.XX	Presença dos ourives mais tradicionais em Natividade tais como: Mestre Cazuza (José Fernandes Belo, ourives já em Portugal), Antônio Nunes da Silva, Bernardino de Sena Fernandes, Leopoldo Hermano, Altino Sena Fernandes, Juvenal Rodrigues Cerqueira. Foram grandes Mestres que repassaram a arte de ourives a outros mais jovens.
1.728-1.740	Surgem dezenas de arraiais em Goiás.
1.728-1.734	S. Luiz ou Arraial de S. Luiz – início de Natividade.
1.734-1.738	Estabelecimento de diversos garimpos na Serra de Natividade.
1.734	Data reconhecida como a da fundação de Natividade.
1.740-1.750	Anos de melhor captação de ouro da Capitania de Goiás.
1.770	Até esta data, Natividade era considerada o quarto arraial com maior captação de ouro da Capitania de Goiás.
Final do Século XVIII	Os principais arraiais ainda permanecem com razoável condição econômica, mas já se podia sinalizar a decadência ou estagnação da extensa rede urbana existente. Paulatinamente, as diversas fábricas de mineração foram abandonadas e a atividade agropastoril se espalhou pela região.
1.805-1.815	Natividade foi sede de Julgado, sede da Comarca do Norte da Província de Goiás e residência do Ouvidor Joaquim Teotônio Segurado.
1.920	Recebeu a 4ª Companhia da Força Pública, responsável pelo massacre histórico ocorrido em São José do Duro (Dianópolis).
1.925	Foi ocupada pela Coluna Prestes, com seu estado-maior.
1.930	A comarca foi suprimida e depois recriada, como Município, com o mesmo nome.

1.950	Natividade sofre adaptações, em suas vias internas, para automóveis e novos conceitos de espaço público nas praças e largos.
Data	Descrição
Séc.XIX e séc.XX	Presença dos ourives mais tradicionais em Natividade tais como: Mestre Cazuzza (José Fernandes Belo, ourives já em Portugal), Antônio Nunes da Silva, Bernardino de Sena Fernandes, Leopoldo Hermano, Altino Sena Fernandes, Juvenal Rodrigues Cerqueira. Foram grandes Mestres que repassaram a arte de ourives a outros mais jovens.
1.979	Morte de Mestre Juvenal.
1.981	O processo de preservação através da administração pública municipal e estadual, teve início em 1.981, com a execução das obras de restauração dos prédios da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Natividade e da Capela de São Benedito tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Cultural do Estado de Goiás.
1.987	É RECONHECIDA PELO IPHAN COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL - TOMBAMENTO (NÚMERO 1.117-T-84). CONCLUÍDO E INSCRITO NOS LIVROS DE TOMBO HISTÓRICO DO GOVERNO FEDERAL EM 16/10/1.987 (VOL. 2, FOLHAS 05, nº 519); ARQUEOLÓGICO, ETNOGRÁFICO E PAISAGÍSTICO (FOLHAS 55, nº 14 nº 590);, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (fls 55, nº 102), Livro do Tombo das Belas Artes, vol 2, flh 14, sob nº 590.
1.979/ 1.990	Período de refluxo da ourivesaria em filigrana na cidade de Natividade.
1.990	Retorno dos Mestres Wal, Bisa e Simone Camelo Araújo à cidade – início do resgate das práticas e técnicas da filigrana.
Início da década de 1.990.	Retorno do Mestre Jesumar.
1.998	foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica para a execução do Programa Monumenta entre o Ministério da Cultura e a Unesco.
1.992	Fundação da ASCCUNA trazendo contribuição fundamental para o processo de resgate da ourivesaria, sobretudo da prática da filigrana.
1.996	Primeira oficina de treinamento para jovens ourives: projeto “Ourivesaria Mestre Juvenal”, em parceria da ASCCUNA com a ULBRA/Palmas, em ação paralela com os projetos de restauração patrimonial em curso na cidade.
1.998	A Ourivesaria Mestre Juvenal ganhou impulso com a elaboração e aprovação do projeto que consiste na montagem da oficina educacional com seis bancadas de aprendizes, aquisição das ferramentas, máquinas e equipamentos necessários, em parceria com a Embaixada Britânica no Brasil (R\$ 18.981,00 liberados - HTTP://WWW.INSTITUTOMEIO.ORG/COMUNIDADES/COMU_MAPA_NTV.HTML). Com a oficina montada, foi elaborado um breve histórico das jóias artesanais de Natividade pela parceria da ASCCUNA com o SEBRAE Tocantins e o Governo do Tocantins/

	SETAS – Secretaria de Trabalho e Ação Social e com a participação dos Mestres, foi elaborado o conteúdo dos cursos do projeto.
1.999-2.000	Agosto/1.999 a jul/2.000: doze aprendizes, dentre eles, cinco participantes do curso de noções fundamentais, avançaram técnicas tradicionais. Não só os alunos, como também os Mestres, tiveram oportunidade de conhecer novas tecnologias. Ao adquirir os equipamentos, um dos Mestres participou de um curso de fundição em março de 1.999 em São Paulo, sob a parceria da ASCCUNA com o SEBRAE Tocantins e o Governo do Tocantins/ SETAS – Secretaria de Trabalho e Ação Social.
2.002	Através da ACINA – Associação Comercial, Industrial e Prestacional de Natividade e da FACIET – Federação do Comércio e Indústria do Estado do Tocantins, foi realizado de 20 a 30 de maio de 2.002 o contato com a cidade de Gondomar, Portugal – terra das jóias de ouro em filigrana: visita realizada por uma comitiva de empresários e presidentes de Associações Comerciais do Estado do Tocantins. Esta visita foi retribuída em 25 de outubro do mesmo ano, à cidade de Natividade por representantes da Associação de Gondomar para possíveis parcerias. Foi entregue pela ASCCUNA um projeto de intercâmbio na confecção e pesquisa da arte das jóias em estilo português aos representantes do país.
2.004	O Programa Monumenta aprovou um projeto de apoio às jóias artesanais de Natividade . Projeto com a responsabilidade de execução da Fundação Cultural do Estado do Tocantins , em ação paralela com os projetos de restauração patrimonial que estavam em curso na cidade.
2.005	Conclusão da elaboração do Plano Diretor da cidade.
2.006 a 2.008	Amplia-se a prática da ourivesaria na cidade de Natividade, com o crescimento da demanda por seus produtos.
2.008	Conclusão do INRC – Inventário Nacional de Referência Cultural para solicitação de Registro do Ofício da Ourivesaria nativitana no Livro de Registro dos Saberes, instrumento legal de reconhecimento e preservação deste ofício enquanto um bem cultural de natureza imaterial.

Natividade

Serra Geral da Bahia. Natividade na rota do ouro: caminho real de ocupação da Colônia.

[...] *deve-se considerar que Natividade era parte de uma das rotas (caminho real) sul-norte da Capitania, conectada à chapada da Serra Geral na Bahia, bastante próxima a Porto Real (atual Porto Nacional), e, sendo pólo de uma região aurífera, chegou a ser o segundo maior arraial da Capitania de Goiás na captação de ouro* (Plano Diretor, pg. 26).

No século XVII identificam-se as primeiras incursões rumo a Goiás, quando da descoberta de ouro nestas terras. Assim, em 1.725 já existiam várias trilhas nesta direção. Segundo Lucila Reis Brioschi [...] *a antiga ligação dos paulistas com as terras dos índios goiases ganhou foros de Estrada ou Caminho* A estrada do Anhanguera saíra de São Paulo [...] *em direção a Jundiá, dirigindo-se em seguida para Mojimirim, Mojiguaçu e Casa Branca. Depois desse percurso feito no sentido sul-norte, o caminho tomava a direção noroeste* (BRIOSCHI, 1.999, pg. 46).

É bem verdade que a conquista do território deu-se a partir não só da atividade mineradora, mas a formação de povoados esteve ligada, sobretudo, a esta. Algumas incursões ao interior do Brasil, ainda no século XVII, eram destinadas ao apresamento de índios. O embate com as populações nativas esteve sempre presente nas cartas enviadas à Coroa, e as ações de contenção dos indígenas deram-se pela guerra justa e pela criação de aldeamentos, fazendo, assim, com que a autoridade religiosa detivesse a ação dos grupos indígenas da região ⁴⁰.

Quando Bartolomeu Bueno da Silva, em 1.722, pôs-se a caminho em direção ao norte da Capitania de São Paulo, não teve maiores dificuldades em chegar ao rio Grande e, em 1.726, o descobridor de ouro em Goiás e seu genro receberam uma sesmaria no Caminho de Goiás. A possibilidade de enriquecimento através do ouro provocou uma rápida conquista do território, e, segundo Lucila R. Brioschi, entre 1.727 e 1.736,

⁴⁰ Consultar Ficha Sítio/INRC – Natividade - TO010007F1001

[...] foram feitos cerca de 69 registros de sesmarias ao longo do Caminho, além das concessões feitas aos descobridores das minas de Goiás. No momento em que a ocupação se acelerava, posseiros de longa data também tratavam de legalizar o uso de suas terras, como Marta de Miranda del Rey, que em 1726 solicitava uma sesmaria no Caminho de Goiás, declarando cultivar as mesmas terras 'havia dezanove anos'. A maioria simplesmente alegava já se encontrar no local plantando roças e criando gado, na qualidade de novos moradores. Todos buscavam situar suas atividades em algum ponto do trajeto dos viajantes, da circulação do ouro e da possibilidade de algum comércio. (BRIOSCHI, L. R., 1.999, pg. 47)

Considerando-se a mineração como fator de interiorização do Brasil ⁴¹, pode-se afirmar que há uma imensa linha que vai de Minas Gerais até o Norte do antigo estado de Goiás, onde se situa Natividade. Isto, mesmo que apenas referenciados em sua dimensão produtora. Se pensada a economia mineradora, incluem-se os caminhos Velho e Novo, chegando-se a Parati, no Rio de Janeiro. Neste movimento, há três momentos a serem considerados: o primeiro, entre 1.700 e 1.725, quando se formam as Minas Gerais, e, como cidades principais desta atividade: São João del Rei, Vila Rica, Sabará, Arraial do Tejuco.

O território que consistiu na Capitania de Mato Grosso significou o segundo momento, e data de 1.718. As cidades que se destacam nesta capitania são Caxipó-Mirim, Cuiabá e Vila Bela.

O terceiro momento diz respeito à parte do território de Goiás, no qual se destacam as cidades de Vila Boa e Natividade. Em São Félix (na atualidade, pequeno distrito de Cavalcante) havia, inclusive, uma casa de fundição ⁴². Durante os séculos XVII e XVIII essa região, correspondente a este último momento, foi [...] *devassada por sertanistas, missionários e criadores de gado, vindos do nordeste, especialmente do sul de Pernambuco, Bahia e Piauí e por fim, pelas levadas de aventureiros em busca de descobrirem minas auríferas* (APOLINÁRIO, 2.007, pg. 49) .

Assim, nas primeiras décadas dos setecentos deu-se a fundação de vários núcleos urbanos: Arraial da Barra (1.726), Arraial de Nossa Senhora de Santana (1.727), Arraial de

⁴¹ Consultar Ficha Sítio/INRC – Natividade - TO010007F1001

⁴² Disponível em< <http://www.imprimis.arteblog.com.br/375/Aspectos-Gerais-da-Mineracao-no-Brasil-Colonia>. Último acesso em 08/06/2008.

Meia-Ponte (atual Pirenópolis-1.729). Ademais, podem ser citados: Anta, Dias da Cruz, Ouro Fino, Santa Rita, Flores. Além de Santa Cruz, Jaraguá, Crixás, Traíras, São José, Arraias, São Félix, Pilar, Cavalcante, Natividade (São Luiz), Carmo, Almas, Porto Real, Pontal Corumbá, Bonfim, Santa Luzia, Santo Antônio ⁴³.

Nas décadas de 1.730 e 1.740, a partir das descobertas auríferas no norte de Goiás e, logo, a formação dos primeiros arraiais no território, onde hoje se situa o Estado do Tocantins, sobressaem: Natividade e Almas (1.734), Arraias e Chapada (1.736), Pontal e Porto Real (1.738). Na década de 1.940 surgiram Conceição, Carmo e Taboca, e, mais tarde, Príncipe (1.770). Alguns foram extintos, tais como Pontal, Taboca e Príncipe. Os outros resistiram à decadência da mineração e, no século XIX ascenderam ao *status* de Vilas e, posteriormente, Cidades.

Neste conjunto, a importância histórica e econômica de Natividade é indicada por várias fontes. Citando Parente (2.007, pg. 67):

Na Serra de Natividade há diversos garimpos fundados entre 1734 e 1738, por Antônio Ferraz de Araújo, sobrinho de Bartolomeu Bueno da Silva, filho de Anhanguera, que saiu do Arraial de Santana, depois Vila Boa de Goiás. Independentemente da instalação do arraial que hoje remanesce, o ano de 1734 tem sido reconhecido, inclusive pelo IPHAN, como o da fundação de Natividade ⁴⁴. Natividade era, ainda, durante a Colônia, parte de uma das rotas sul-norte da Capitania ⁴⁵, conectada à Chapada da Serra Geral da Bahia ⁴⁶, próxima a Porto Real (atual Porto Nacional). Foi considerada um pólo da região aurífera da Capitania de Goiás, chegando a ser o segundo mais expressivo arraial em captação de ouro. Nesta Capitania, chegou-se a extrair 10 toneladas de ouro por ano, ficando os melhores anos

⁴³ <http://www.horizontecientifico.propp.ufu.br/include/getdoc.php?id=364&article=131&mode=pdf>. Último acesso: 06/05/2008. Uma lista mais abrangente das cidades surgidas com a extração do ouro no século XVIII consta do Relatório que apresenta as Fichas do INRC. Consultar Ficha Sítio TO010007F1001.

⁴⁴ Consultar “Critérios e Procedimentos ...”. Norma/IPHAN para regulamentação das áreas de tombamento e entorno do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Natividade.

⁴⁵ Rotas identificadas como Caminho Real, que unia as áreas de mineração e diamantes com as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro.

⁴⁶ A conexão da área de Natividade à Serra Geral da Bahia se deve às duas atividades econômicas principais da Colônia: mineração e pecuária. O Caminho real fazia as ligações entre as Minas Gerais, São Paulo e Paraty, bem como a região dos diamantes, que, por sua vez, mantinha ligação com a Bahia. Antonio Guedes de Brito no século XVII ainda expandiu seus currais até as nascentes do rio das Velhas, em Minas. Tal fato mostra uma verdadeira rede que se forma no interior do território, provocando, assim, uma identidade cultural entre as áreas de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e também Bahia (principalmente seu interior).

entre 1740 e 1750, com um declínio da mineração gradativo ao longo da segunda metade do século XVIII. Como aponta Bertran ⁴⁷ a extração do minério decaiu em todo o território a partir dos anos 1770, chegando rapidamente a níveis mínimos. A mineração na região não significou uma atividade comercial intensa, mas houve, no momento mais expressivo da atividade no Julgado de Natividade um crescimento representativo de um fluxo comercial.

Segundo Apolinário (2.007, pg. 49-50 e pg. 61),

Natividade, durante um século, foi um Arraial; em 1833 foi alçada à categoria de Vila e, por pequeno período, sede do Governo Provisório da Província do Norte no primeiro império. No início desse período havia, segundo Saint Hilaire, “umas 300 casas, todas térreas, construídas com adobe, cobertas com telhas e dispostas umas contíguas às outras”. ⁴⁸ A partir de 1750, as minas da região do norte Goiás começam a entrar em declínio; a explicação encontra-se no fato de a atividade mineradora daquelas terras ser aluvional. [...] com exceção, para esta época, de Arraiais e Natividade, que vencem, de certa forma, as retrações com alternativas à extração do ouro de aluvião, mantendo um número de habitantes um pouco mais constante que outras localidades. Agricultura e pecuária, atividades não estranhas ao contexto da mineração, são as grandes responsáveis pela estabilidade populacional. Muitas cidades são criadas, após o declínio da mineração, a partir de pousos de boiadeiros, e os pedidos de sesmarias mostram essas atividades como suas finalidades

Os destinos a partir de São Paulo e o território que seria Goiás foram traçados, de certa forma, desde a administração de Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus, quem governara a capitania entre 1.765 e 1.775. Ao longo destes dez anos este restabeleceu a capitania ⁴⁹, tendo sido responsável pela fundação de cerca de vinte cidades. A fundação de cidades e arraiais encontrava-se no rastro da estrada do Anhanguera, iniciada em 1.725, a qual cumpria um importante papel de articulação entre a bacia do rio Paraná e a das minas de Goiás.

⁴⁷ O autor refere-se a BERTRAN, Paulo. Notícia Geral da Capitania de Goiás. Goiânia: UCG-UFG, 1996.

⁴⁸ St. Hilaire, Auguste. Viagens às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz. In: APOLINÁRIO, Juciene Ricarte (2.007).

⁴⁹ São Paulo perdeu sua autonomia em 1.748, passando a fazer parte da jurisdição do Rio de Janeiro. Em 1.765, D. José I nomeou, então, Morgado de Mateus para administrar a Capitania.

Portanto, na segunda metade do século XVIII a Capitania de Goyases já havia sido fundada, individualizando-se do território confuso em relação às terras paulistas. As viagens pelas terras da Amazônia e de Mato Grosso palmilharam por cerca de dez anos o que circundava Goiás⁵⁰.

Segundo Chuva (1.985), houve atritos ensejados pela riqueza que o ouro propiciava e em 1.744 foi criada a Capitania de Goiás:

*O ouro produzido no norte de Goiás (com minas mais produtivas que ao sul) era muito cobiçado pelos governos das Capitanias de Grão-Pará e Maranhão, que, além de disputarem a posse daquele território, cobravam ilegalmente os quintos⁵¹ reais, papel que cabia ao Governo da Capitania de São Vicente. Em 1744, por decisão régia, cria-se a Capitania de Goiás, dando autonomia a mesma e, desta forma, Natividade e os outros arraiais da região tornam-se sua jurisdição. A capitania de Goiás fica, então, subdividida em duas comarcas: a do Sul ou Vila Boa de Goiás, e a do Norte, ou vila de São João da Palma ou ainda Duas Barras (CHUVA, Márcia R. Romeiro. **Estudo para o tombamento de Natividade**. DCT/SPHAN, 1.985)*

Neste contexto, destacam-se outros tipos de viagens, as quais cumpriam um papel importante na administração colonial, neste momento pós-pombalino. Por exemplo, a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira pelas terras do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e

⁵⁰ Em carta régia de 11/02/1.736: *Dom João, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África senhor de Guiné, etc. Faço saber a vós conde de Sarzedas, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, que eu servido por resolução de 7 deste mês presente e ano, em consulta do meu Conselho Ultramarino passeis às Minas dos Goiás e nelas determineis o sítio mais a propósito para uma vila e procureis que seja o que parecer mais saudável, e com provimento de boa água e lenha e perto de um arraial que se ache já estabelecido, para que os moradores dele possam com mais comodidade mudar a sua habitação para a vila e logo determineis nela o competente número de fregueses ainda que a povoação se aumente, e que façais delinear por linhas retas a área para as casas com seus quintais, e se designe o lugar para se edificarem a casa da Câmara e das Audiências e cadeia exterior sejam todas no mesmo perfil, ainda no interior as fará cada um dos moradores à sua eleição de sorte que em todo o tempo se conserve a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas, e junto da vila fique bastante terreno para logradouro público, e para nele se poderem edificar novas casas, que serão feitas com a mesma ordem e concerto com que se mandam fazer as primeiras e deste terreno se não poderá em nenhum tempo dar de sesmaria ou aforamento parte alguma sem ordem minha que derogue esta, e os governadores poderão repartir de sesmaria toda a mais terra com as cláusulas e condições com que se dão as mais do Brasil, exceto na extensão de terra que se costuma dar a cada morador. História Geral da civilização brasileira. Apud: SANTOS, Paulo (2.001, pg. 57).*

⁵¹ Quinto: pagamento em ouro sobre a produção. *Captação*: cobrança de uma taxa de imposto sobre cada escravo utilizado.

Cuiabá visava à preparação de produtos dessas terras para que fossem conhecidos na Metrópole, e que fariam parte do acervo do Real Museu de Lisboa. Esta tinha ainda como objetivo o conhecimento e ocupação do território, para que o mesmo fosse definitivamente incorporado à América Portuguesa. Desta forma, o princípio do *utis possidetis* estaria garantido, para as terras amazônicas, e para as terras auríferas de Mato Grosso e Cuiabá. O território, assim, ganhava forma e uso, e a América Portuguesa ganhava seus contornos. A produção de conhecimento do território incluía a formação de mapas, além da produção de informações corográficas que permitiam a expansão e futura prospecção do território.

As pessoas que circulam nesse espaço de certa forma trazem em suas bagagens mais do que aventuras; trazem marcas feitas no tempo. Colonizadores e nativos vivenciaram conflitos e permitiram o surgimento de uma cultura híbrida, característica do Novo Mundo. Europa e América se reorganizaram, entre aproximações e distanciamentos. Traços de identidade organizam semelhanças e individualidades, e o Brasil se forma sob o signo da diferença.

As terras brasílicas, em seus primeiros momentos, eram, como lembra Capistrano de Abreu, parte orgânica de Portugal. À medida que o território ganha forma, através do povoamento, sua característica transoceânica dá lugar àquelas que marcarão os traços da economia, ainda ligada à metrópole portuguesa. Havia um mundo, onde mares, praias, margens de rios eram o palco de trocas. A procura do ouro fez com que essas trocas se renovassem, e o conhecimento da ourivesaria venceu espaços e ligou terras que, encimadas pelo mando português, reformularam e reinventaram parte da economia-mundo naquele momento.

Sobre a construção do território e, em particular, da cidade de Natividade, os documentos vêm à luz de diversas formas. Além das narrativas, destaca-se o registro oral neste conjunto documental. Perpassado por leituras próprias, narrativas ficcionais, com um tom literário, estão os relatos do escrivão aposentado (trabalhou no cartório local entre 1.951 e 1.993) Sr. Alarico Lino Suarte, com 84 anos, ano em que foi realizada a entrevista, parte da qual transcrita abaixo, afirma ter consultado documentos hoje não localizáveis, os quais informariam datas anteriores para a fundação de Natividade, ou seja, anteriores a 1.734. Segundo este informante:

E ficou essa marcação, que eu encontrei num arquivo em 1.720. Em 1.720, Natividade despedia provisões, quer dizer, em 1.720 Natividade era adulta, e a história de Natividade, ela é muito mais velha do que o que dizem.

No Plano Diretor da cidade de Natividade, é referido um caminho para a construção do território onde esta se encontra, o qual estaria relacionado ao processo de extração de ouro, abrangendo as cidades surgidas com a extração do ouro no século XVIII. Na lista de arraiais indicada no texto abaixo, parte do Plano Diretor de Natividade (2.005, pg. 25), pode-se perceber quão rapidamente deu-se a conquista daquela parte da Colônia.

Entre 1728 e 1740, pouco mais de uma década, foram fundadas algumas dezenas de arraiais, sendo que, pelo menos, a localização da maioria ainda remanesce. Além dos pioneiros Santana, Barra, Ferreiro e Ouro Fino, surgiram, na Capitania e posterior província de Goiás, Santa Rita, Anta, Santa Cruz, Meia Ponte, córrego de Jaraguá, Crixás, Traíras, São José, Arraias, São Félix, Pilar, Cavalcante, Natividade (São Luiz), Carmo, Almas, Porto Real, Pontal Corumbá, Bomfim, Santa Luzia, Santo Antonio, Flores, entre outros de menor porte e muitas fábricas ao longo das nascentes e córregos da famosa Serra Geral.

O amálgama entre a mineração e a conquista colonizadora do referido espaço evidencia-se na documentação, principalmente naquela relativa ao Arquivo Histórico Ultramarino. Em uma carta enviada de Santa Ana ao Rei D. João V, em 18 de maio de 1.738, o superintendente das minas de Goiás, Agostinho Pacheco Teles, fala a respeito da devassa ocorrida nas minas do Tocantins pelo seu antecessor, Gregório Dias da Silva, além das inquietações dos habitantes das ditas minas, devido ao valor da captação e da obrigação de captarem em Vila Boa. A resolução, então, teria sido a de igualar o valor da captação para as minas de Goiás, a partir da ordem expedida pelo governador e capitão-geral de

São Paulo, o conde de Bobadela, para que se ocupasse da diligência das minas do Tocantins, e passasse às de São Félix.

Neste período áureo da mineração, as minas localizadas ao norte da Capitania de Goiás eram consideradas mais ricas do que as do centro-sul. Mas sua arrecadação de impostos era inferior. Por isso, a cobrança do quinto sobre a produção foi substituída pela captação, que passou a cobrar uma taxa de imposto sobre cada escravo utilizado, acrescido de uma sobretaxa para as minas do norte. Essa diferenciação fiscal teve como justificativa o alto índice existente de contrabando na região em função do seu isolamento.

Segundo Parente (1.999), o ouro propiciou um grande fluxo de pessoas de todas as partes e de todos os tipos, o que veio gerando uma composição social da população dos arraiais bastante heterogênea. O objetivo deste contingente humano era trabalhar, enriquecer e regressar ao lugar de origem, pois se dirigiam para as minas como um período de passagem. Em sua maioria a população era composta por homens brancos, solteiros ou desacompanhados da família o que muito contribuiu para os nascimentos de mestiços, frutos da mistura de brancos com índias e negras. No final do século XVIII, estes já eram grande parte da população e, posteriormente, foram absorvidos no comércio e no serviço militar. A afro-descendência continua, ainda hoje, a ser uma característica bastante significativa para a grande maioria da população de Natividade.

Ainda para Parente (1.999), ser mineiro significava ser dono de lavras e de escravos. Era o ideal de todos os habitantes das minas, um título de honra e praticamente acessível a quase todos os brancos. O escravo podia ser comprado a crédito, sua posse dava o direito de requerer uma data, ou seja, um lote no terreno de mineração. E o ouro era de fácil exploração, do tipo aluvional, acumulado no fundo e nas margens dos rios.

Todos, uns com mais e outros com menos ações, participavam da “bolsa do ouro”. Grandes comerciantes e contratadores que residiam em Lisboa ou no Rio de Janeiro mantinham seus administradores na Colônia. Escravos, mulatos e forros também praticavam a faiscagem, ou seja, procura de faíscas de ouro em terras já anteriormente lavradas. Alguns, pela própria legislação, tinham muito mais vantagens.

Entretanto, ainda nos setecentos se inicia a decadência da exploração, tal como descrito no Relatório Analítico/INRC (2.008).

O ouro encontrado no Norte de Goiás, no início século XVIII, era aluvional, e teve um rápido esgotamento, fazendo com que a região sofresse uma retração econômica a partir já do final dos setecentos. O ouro aluvional é mais superficial, sendo encontrado nas areias e cascalhos dos rios, em uma pequena profundidade. Os historiadores que tratam da formação deste território ⁵² citam o trabalho de extração do minério através da imagem de um número expressivo de escravos mergulhados nos rios, retirando enormes volumes de areia dos leitos. O esgotamento se deveu principalmente à falta de técnicas de prospecção capazes de encontrar os veios mais profundos que hoje são conhecidos na região.

Na segunda década do século XIX, com o declínio da mineração, os aglomerados urbanos estacionaram ou desapareceram e grande parte da população abandonou a região. Os que permaneceram foram para a zona rural e dedicaram-se à criação de gado e à agricultura, produzindo apenas algum excedente para a aquisição de gêneros essenciais (PALACIN, 1.989, pg. 46).

Toda a capitania entrou num processo de estagnação econômica. Na região norte desta, o quadro de abandono, de despovoamento, de pobreza e de miséria foi descrito por muitos viajantes e autoridades que passaram pela região nas primeiras décadas do século XIX.

Natividade foi um dos poucos arraiais que se mantiveram vivos neste período. Mesmo com a diminuição da atividade de mineração e do volume do ouro obtido, o ofício de ourives permaneceu na cidade, sendo o ouro necessário para sua execução, obtido nos garimpos locais, os quais se mantiveram ativos.

A Serra que acolhe Natividade e a importância histórica da cidade

52

A origem dela é da bandeira dos portugueses, que adentraram aqui em busca das minas de ouro ... isso aqui foi uma das principais jazidas de ouro da região...(da serra)⁵³

Alarico Suarte - antigo morador de Natividade

A cidade de Natividade é uma das cidades mais antigas da região e sua fundação se remete, tal como já indicado, aos caminhos do ouro, os quais entrelaçaram e entrelaçam pessoas, objetos, peças, imagens, símbolos. Nasceu na Serra de Natividade, de onde teria “descido” e crescido ao longo do tempo. Segundo o Plano Diretor (2.005, pg. 26), tudo indica que em um curtíssimo espaço de tempo,

[...] várias pequenas aglomerações foram fundadas, desde as nascentes na serra até os locais de concentração do ouro aluvionar, no bloqueio do vale. Dessa forma, exploraram tanto o ouro mais fácil, bateiado no cascalho do leito dos córregos como aquele que exigiu maior engenharia, no âmago do solo onde se acumula o ouro em concreção. Daí resultam não apenas a atual cidade de Natividade, mas também um grande número de ruínas que demonstram a extensão do esforço e da engenharia de mineração da época, inclusive o povoado de São Luiz, ao qual muitos atribuem a origem efetiva dos arraiais daquela serra. A falta de registros históricos mais precisos impõe indeterminações de nomes e cronologia, o que impossibilita o esclarecimento das especulações quanto a ser São Luiz um assentamento à parte ou mesmo um primeiro nome para a Natividade atual.

A Serra pode ser vista de qualquer ponto da cidade. É uma espécie de grande moldura para a cidade que cresceu praticamente a seus pés. É como se a cidade fosse dela um braço, aproveitando-se das nascentes que lá existem. A água, sempre fundamental não só para a manutenção da vida, mas para a produção de riquezas da coletividade. Vale destacar a importância desta no processo hegemônico de lavagem do ouro aluvionar. Assim, o conjunto arquitetônico primitivo composto pelas ruínas de São Luiz, os diques e os canais constituem o que se pode denominar como primeira expressão da cultura aurífera nativitana.

⁵³ Ver Entrevista – vídeo - INRC-Natividade – Ficha áudios visuais TO010007F1A2 n° 42.



Alto da Serra - Foto Fundação Aroeira 2005



Cidade aos pés da Serra - Foto Fundação Aroeira 2005

Natividade, no presente é fortemente marcada pela herança do século XVIII. Tanto que, mais do que uma origem, as ruínas de São Luiz, localizadas na Serra, por exemplo, marcam o sentido daquela coletividade no presente, pois o ouro do passado faz parte, ainda hoje, do “horizonte de expectativas” ⁵⁴ dos nativitanos: a importância do ouro é constantemente anunciada por estes, o que pode ser confirmado por vários estudos recentes ⁵⁵.

⁵⁴ Aqui se utiliza a idéia de Reinhardt Koselleck sobre o campo de experiências e horizonte de expectativas. O autor as especifica em Futuro Passado (2006).

⁵⁵ Consultar, por exemplo, Estado do Tocantins. Informe de Recursos Minerais produzido pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Diretoria de Geologia e Recursos Minerais. Departamento de Recursos Minerais/Superintendência Regional de Goiânia (2.000).



Serra emoldurando a cidade – foto Raphael Mendes 2007

E a associação entre quadro ecológico e sistema cultural é inevitável, como lembra Castells (2.006): as diversas unidades residenciais (aldeia, vizinhança, vila, bairro, cidade) são formas espaciais que podem influenciar certos sistemas de comportamento, juntamente com a interação dos componentes sociais que se combinam, eles mesmos, dentro do próprio quadro ecológico.

A integração da cidade com a serra é incontestável. Tanto assim que segundo Raquel da Costa Nery (2.008, p.01), se esta tivesse feito parte do núcleo tombado, teria significado um avanço em relação ao processo de preservação. Para a autora,

O processo de tombamento, na década de 1980, prometia ser um modelo de como a preservação de interesse arquitetônico e histórico poderia estar integrada à preservação da paisagem natural, ao indicar a proteção da Serra de Natividade, fator de origem da cidade. Seu vínculo com o núcleo histórico é evidente: lá estão os vestígios das primeiras atividades de extração de ouro como ruínas de diques, canais e de abrigos residenciais ... A proteção da vertente ocidental da Serra acenava como uma revigorante expressão do conceito de patrimônio, que prometia integrar a paisagem construída à paisagem natural. Entretanto, por questões que fogem ao interesse preservacionista, foi excluída, o que foi sem dúvida uma perda para a cidade e para a compreensão do processo histórico de ocupação do interior do Brasil.

A Serra é mais do que um ponto de referência geográfico para a população; é o seu momento fundador. Em Natividade, a cartografia dos bens culturais une tempo e espaço; história e geografia. A serra é seu núcleo inicial e o caminho do ouro e da ourivesaria passou

por este local. A memória e os vestígios das construções primeiras informam e formam imaginários, representações sociais, subjetividades.

Assim, paisagem natural se transforma em paisagem construída. Porque os significados dos lugares e dos objetos são atribuídos por agentes sociais. As investigações aí realizadas indicam que os nativitanos se referem às suas práticas sociais como identidades construídas na “duração” (com períodos de retração de algumas destas práticas, como foi o caso do ofício de ourives, após 1.979).

A presença da serra na representação social dos nativitanos traduz a comunhão de uma comunidade com seu lugar, evidenciando referências e elementos simbólicos no que se refere ao surgimento da cidade a partir das ruínas de São Luiz. Neste sentido são ilustrativas algumas falas de nativitanos. Segundo Felisberta, que se identifica como cidadã nativitana, afro-descendente e dançarina de sùssia:



Felisberta – Foto Raphael Mendes 2007

A serra de são Luiz é onde tudo começou, a primeira cidade foi começada em cima da serra, a importância da quantidade de ouro que tinha, a quantidade de escravos era 40 mil, vieram senhores de várias partes para cá ... Eu acho que a serra é onde começou a nossa história de ... Natividade ⁵⁶

Depoimento que é confirmado por Flávio, condutor turístico:

Flavio – foto Sandra Lima 2007

⁵⁶ Ver Entrevista – vídeo - INRC-Natividade – Ficha áudios visuais TO010007F1A2 n° 42



A cidade nasceu nas ruínas (na serra) ... da primeira cidade chamada antigo Arraial de São Luiz em homenagem a dom Luiz de Mascarenhas, antigo governador de São Paulo, então vieram diversos bandeirantes para cá em busca do ouro ... faz mais de 300 anos... existem outras ruínas na serra, mas esta da cidade é a maior e a mais preservada ... Conforme o ouro foi se esgotando eles descenderam para a encosta ocidental que lá recebeu o nome de Natividade. ⁵⁷

Joaquim Cerqueira, “Procurador da sorte do Divino” ⁵⁸ afirma:

foto Sandra Lima 2007



⁵⁷ Ver Entrevista – vídeo - INRC-Natividade – Ficha áudios visuais TO010007F1A2 nº 42.

⁵⁸ Existem três “Procuradores da Sorte do Divino”, os quais são escolhidos por sorteio pela população. Eles são os responsáveis pelo sorteio dos novos participantes – responsáveis pela festa do Divino (imperador, capitão do mastro), no ano seguinte.

*Natividade foi uma cidade que foi originária através do ouro ... os escravos lá em cima dessa serra ... eles extraíam o ouro manualmente.*⁵⁹

Em meados do século XVIII teve início a crise da mineração e um correspondente decréscimo da população. Ainda assim, segundo o Plano Diretor (2.005), em 1.770, Natividade foi considerada o [...] *quarto arraial com maior captação de ouro*.

E a cidade continuou se destacando. Segundo o material que compõe o processo de tombamento, a importância de Natividade durante o século XIX permitiu a ela que solicitasse sediar o governo, já que se destacara como Governo Provisório da Comarca do Norte, à época do conflito entre o norte e o sul da Província. A cidade [...] *era o segundo arraial em grau de importância da Província, estando o de Meia-Ponte* (atual cidade de Pirenópolis, ao Sul de Goiás) *em primeiro lugar* (IPHAN, 1.987, pg. 07).

E as jóias produzidas na cidade, e sua história vinculada à mineração são, ainda na atualidade, mais do que uma atividade econômica; é um símbolo do lugar. No Brasil, Natividade é uma das poucas cidades que possui uma produção artesanal de jóias em filigrana feita em ouro e prata.



Coração em filigrana – prata – Foto Raphael Mendes 2007



Coração em filigrana – ouro – Foto Raphael Mendes 2007

⁵⁹ Ver Entrevista – vídeo - INRC-Natividade – Ficha áudios visuais TO010007F1A2 n° 42

Natividade participa da cultura do ouro no Brasil, estabelecendo uma relação de aproximações e de afastamentos com as outras cidades destes mesmos caminhos. A malha de caminhos formada pelo interior do Brasil dá a conhecer um fundo cultural comum, mas a cidade fez suas escolhas e construiu traços próprios, que a individualizam.

No coração do Brasil, Natividade atualiza e fortalece sua relação de pertencimento à cultura do ouro. E se destaque que a partir da década de 1.980, os nativitanos re-instauram a produção de jóias que resgatam o saber da ourivesaria: formas, técnicas, ferramentas e Mestres que vem realizando um caminho que os leva, de forma renovada, ao início da história da comunidade. Na cidade tem-se retomado a técnica da artesanaria do ouro e, em especial, a da filigrana. Além do que, trata-se de um dos poucos lugares do Brasil que, na atualidade, tem nesta técnica sua expressão mais importante. Processo que alia saberes tradicionais a uma demanda que impõe a modernização das oficinas e das obras. Tal como se afirma no Relatório Analítico/INRC – Natividade (2.008):

Pepita de ouro– Foto Raphael Mendes 2007



A tradição de extração do ouro parece indicar mais um caminho explicativo para a importância do ouro e sua extração para a cidade de Natividade e a região do entorno. Mesmo a atividade mais intensa ter declinado ainda no século XVIII, ao longo dos três séculos seguintes, locais de extração foram descobertos, acompanhando dois movimentos. Um deles, pode-se pensar, mais ligado à tradição cultural da região – o caminho do sonho do enriquecimento rápido, na garimpagem aluvional, que levara um contingente expressivo para esta região, no período colonial. O outro movimento, mais contemporâneo, refere-se à evolução das técnicas de prospecção e extração. As descobertas vêm acontecendo e impulsionando a prática extrativa da região..

Reafirmando: Natividade foi reconhecida como Patrimônio Histórico Nacional em 1.987, quando ainda pertencia ao Estado Goiás. Ela é a única cidade no Estado que foi tombada em instância nacional. Faz parte do Programa Monumenta, que tem como fundamento a preservação do Patrimônio Histórico Urbano Brasileiro.

Ao lado da história oral e da história de vidas, o pedido de registro da ourivesaria nativitana no Livro dos Saberes vai ao encontro dos estudos patrimoniais, os quais podem, em boa medida, serem remetidos aos estudos da história cultural.

Natividade, diferentemente das demais cidades fundadas a partir das descobertas das minas, não se identifica apenas com a extração do minério. Ali, houve a elaboração de uma ourivesaria em ouro e prata caracterizada pela fabricação de peças que aliam o tradicional, herdado de Portugal, como a filigrana, e o moderno, com a introdução, por exemplo, de desenhos que se remetem ao formato da flor do capim-dourado. Tanto a confecção de jóias, quanto seu uso faz parte da tradição cultural da cidade. Tal característica pode ser observada nas ruas da cidade, pois as jóias são usadas pelos habitantes dos variados estratos sociais.



Relicário – jóia tradicional de Natividade – Foto Raphael Mendes 2007

A ourivesaria é parte presente e marcante na vida dos nativitanos, assinalando o cotidiano e momentos rituais há longa data, possivelmente desde os momentos iniciais da cidade. Essa arte tem sido re-vivida e recriada ao longo do tempo pelos ourives que transmitiram o ofício do ouro através das gerações, e pelo uso das jóias pela população, que

a elas atribuem valores e significados religiosos, econômicos, sociais e culturais. A tradição cultural é construída de forma complexa, costurada a partir de fios da história, da memória e do cotidiano.



Peixa – jóia tradicional de Natividade – Foto Raphael Mendes 2007

A ourivesaria nativitana na expressão da filigrana não é apenas uma forma da joalheria brasileira; é uma manifestação de forças culturais complexas, que se aprofundam no tempo, remetendo-se aos caminhos do ouro e à sociedade setecentista. O uso de determinadas peças em conexão com a devoção ao Divino remete a uma cultura maior, do Brasil interiorano, nos caminhos que foram abertos pelo ouro. Caminhos traçados nas ruas e becos da cidade, pelas ruínas, pela igreja, nos vários momentos de celebração, esses objetos de cultura são os fios que unem o passado e o presente.

Formas como a pombinha do Divino, a flor de maracujá, o globo e o coração não são apenas desenhos de jóias, mas expressões que vêm sendo forjadas na história nativitana desde a primeira metade do século XVIII. Estes desenhos, estes objetos, não são um contato direto com o momento de fundação da cidade, mas nestas peças estão os “fios” que seguem sendo forjados, puxados, tecidos.



Pombinha do Divino – Foto Raphael Mendes 2007



Globo – Foto Raphael Mendes 2007

Brinco flor de maracujá – Foto Raphael Mendes 2007



Coração em filigrana – Foto Raphael Mendes 2007

Na conceituação de Arantes (2.001, pg. 132) de patrimônio imaterial, é central a noção de signo: [...] *significados e sentidos não pairam no vazio, estes possuem sempre uma contrapartida material da qual são indissociáveis*. As peças, como uma expressão do patrimônio imaterial, desempenham uma comunicação das dimensões temporais. A ourivesaria em filigrana de Natividade como patrimônio imaterial é justamente a artesanaria do mosaico identitário: elas evocam as [...] *forças culturais complexas e dinâmicas onde elas emergiram* (GONÇALVES, 2.005, pg. 20).

E como informa, em entrevista, o Padre Joatan Bispo de Macedo, o uso de jóias na cidade e região é uma tradição:

Padre Joatan Bispo de Macedo - Foto Raphael Mendes 2007



Eu conheci na minha terra, Almas. Olha, coisas que meus olhos não viram mais, olha quanto eu era menino lá, dia do Divino ... O povo de Almas toda vida era negro, mas olha, dia do Divino, dia do Senhor São Miguel tinha um talha, não sei como se chama ... para prender o cabelo desta largura ... Para prender o cabelo, de ouro maciço, toda bordada e nos braceletes e no pescoço. Aqui, esse povo aqui já tirou mais de mil quilos de ouro, toneladas ... Todo mundo tinha aquelas grandonas ... Aqui tem uma família, os Borges ... eles têm muitas coisas de ouro lá de Almas. Eles tomaram de pretas velhas. Por isso que você falou assim que filigrana tanto o pobre quanto o rico usava. Porque naquele tempo, minha filha, não tinha pobre não, miserável. Não tinha, não tinha pobre, porque todo mundo tinha gado, tinha animal ia para Barreiras buscar as coisas. Tinha dinheiro, não é? E olha, aquelas pontas bonitas pequenas e grandes e ai logo fazia um cordão com umas pedras pretas, vermelha e azul tinha aqui, era lindo. Brinco, brinco de flor, brinco... (Padre Joatan Bispo de Macedo, entrevista realizada em 14/03/2.007).

Por sua vez, ao serem caracterizados, de forma entrelaçada, a dimensão religiosa e civil, evidencia-se o entrecruzamento dos vários elementos da vida nativitana. Segundo ainda depoimento do Padre Joatan, em entrevista realizada no dia 18 de maio de 2.007:

A filigrana. A filigrana, você pode trabalhar em cima desse conceito. Os pobres puxaram ouro na bateia para fazer uma jóia para filha que tinha ... Botou ouro no pescoço dela com filigrana, casou com um bandido desse e pegou o ouro daqui e encheu ela de filhos, arrancou o colar do pescoço ... A filigrana: sonho de família

para ataviar sua prole e a sua dependência. Foi instrumento também porque ela é atraente, não é? Instrumento também de injustiça, porque é um bem material que entra pelos olhos e ... Santo Tomaz de Aquino: 'Belo O belo é aquilo que visto vislumbra'. A filigrana. Muita gente teve, mais muita gente não tem mais ... Eu não sei, que na minha impressão, a filigrana está relacionada com o princípio de elite. Não sei se você concorda. O quê que é princípio de elite? Eu não estou dizendo que é gente que quer ser bom não, eu estou dizendo o seguinte: as pessoas no passado, todo mundo usava as jóias. Eu nasci em Almas, eu era menino ... Lá tem umas festas do Divino que não é no dia daqui, é no dia trinta e um de julho. Meu Deus! O povão vindo do sertão, vindo do outro lado do rio, todo mundo morrendo, mais eu lembro o povo lá tinha umas peças de ouro que era da largura de uma mão ... Mas eu nunca vi coisa tão linda, placas de diademas de ouro, o povo que usava ouro. Olha dia do Divino, dia de senhor São Miguel que era padroeiro ... todo mundo com seus colares. Minha mãe, o pai dela era elite, o pai dela fez um colar de ouro com mais de três metros. Quantas voltas não se davam no pescoço, não é? ... Então a filigrana ... Agora você vê, o do simples era um trabalho no ouro liso, não é? Singelo e tudo. Quando era uma pessoa, como o povo fala de posição, já tinha a filigrana, a filigrana era uma marca de uma estratificação social.

Ou seja, os objetos informam sobre seus proprietários, assim como sobre os lugares onde são produzidos e onde circulam. As formas de produção e circulação desses objetos estão presentes nessa tessitura intrincada entre passado e presente, memória e história. As pessoas em Natividade circulam, também no cotidiano, com as jóias em momentos que vão além das festas.



Pessoas usando Jóias – fotos Sandra Lima 2007



Pessoas usando Jóias – festividades - fotos Sandra Lima 2007

As peças feitas em filigrana remetem à expressão de formas características do trabalho da ourivesaria nativitana, como é o caso do colar de lantejola, do coração, da pombinha ou mesmo da pulseira escrava, a qual une as duas técnicas. Outras jóias como a “peixa”, o anel escravo, o crucifixo e o relicário são modelos maciços ou feitos com chapas trabalhadas, podendo ou não conter o trabalho em filigrana. Estas peças são elaboradas com técnicas que unem as influências africanas e portuguesas, mas com a história construída em ambiente americano e, mais precisamente, nativitano.



colar de lantejola – Foto Raphael Mendes 2007



pulseira escrava - Foto Raphael Mendes 2007



anel escravo - Foto Raphael Mendes 2007



crucifixo antigo - - Foto Raphael Mendes 2007

A tessitura da jóia extrapola os limites do artefato, do coração, da “peixa” e indica os lugares onde são usados, onde estão a inspiração e os artífices: as edificações, os lugares, os ofícios, a nobreza, o poder, as celebrações, a alegria, a natureza, incorporadas nos rituais, que, segundo a comunidade, define o que é ser nativitano. O aspecto político, cultural e social e o sentido da vida neste contexto evidenciam a relação da vida com a ourivesaria. No constante jogo cultural, as peças são verdadeiros feixes dos sentidos político, econômico e social de Natividade.

A ourivesaria em Natividade

O ouro e a prata

Um dos desafios para se mergulhar no universo da ourivesaria diz respeito à tentativa de se compreender as razões que se ocultam por trás da mística de se possuir uma jóia de ouro. A raridade desse metal ou a dificuldade de se obtê-lo são algumas das razões que explicam sua procura, vontade de possuí-lo ou de ostentá-lo, tornando-o o alvo de cobiça e

de símbolo de poder em muitos lugares do planeta. Afinal, na natureza, raros são os metais que podem ser encontrados em sua forma pura, como é o caso do ouro e da prata.

A transformação da natureza em artefatos e utensílios sempre foi de grande relevância para as pessoas e as comunidades. O uso de elementos naturais tais como o ouro e a prata, constitui uma marca evidente e constante nas denominadas artes e ofícios tradicionais.

A ourivesaria é uma arte antiga, tendo sido encontrados sítios arqueológicos no mar Egeu, que são datados em torno de 2.500 anos a.C. nos quais se encontraram várias jóias feitas de ouro. No Egito antigo já se produzia trabalhos altamente detalhados. É uma arte de grande aceitação em todo o mundo. Os ourives, na Idade Média eram profissionais de inegável prestígio perante os reis e toda a Corte.

Ela exige procedimentos muito especiais, cujo objetivo é produzir a jóia. Para isso é importante destacar que são exigidas técnicas e criatividade por parte de quem a produz. O manejo, a criatividade e a habilidade de trabalhar com as ferramentas é requisito essencial de um bom ourives. Nesse sentido identifica-se uma busca pelas melhores formas de se criar a jóia (organizar, dar forma). A técnica então diz respeito à capacidade de se confeccionar os modelos de jóias, os quais são criados em função do conhecimento que se detém, aliado este às condições do contexto em que se vive.

No Brasil, não se pode circunscrever somente ao século XVIII a importância do artefato em ouro e prata. Os metais são de importância perene, haja vista a importância histórico-econômica do padrão ouro, o qual ancorou a formulação de vários sistemas monetários, devido ao seu valor intrínseco.

Ourivesaria no Brasil

O início da ourivesaria no Brasil está marcado por certo silêncio. As fontes escritas sobre a mesma são escassas. Mas seu rastro está impresso no constante esforço de anexação de terras pela Coroa portuguesa. A necessidade metropolitana de ouro como matéria-prima vigiava a Colônia para que não se perdesse a produção aurífera em caminhos outros que não a viagem para Além-Mar.

Várias medidas foram tomadas no sentido de se coibir qualquer atividade que propiciasse permanecer o ouro em terras brasileiras. Em 1.621, por exemplo, proibiu-se,

através de alvará, que mulatos, negros ou índios exercitassem a ourivesaria. O sentido da proibição era claro: os escravos de origem sudanesa conheciam a metalurgia e, em particular na cidade de Salvador, no século XVII, a circulação de objetos de uso pessoal era relativamente importante. Objetos tais como cuias, esporas, arreios e penças de balangandãs ornavam os habitantes da Colônia. Várias ordens régias estabeleceram o controle do ouro, entre elas, o estabelecimento das Casas de Fundição para conter o problema do desvio da “rota natural”, que era a Metrópole. As Casas de Fundição são estabelecidas na Colônia para que fosse organizada a produção e tivesse sucesso o envio legítimo do ouro para a Metrópole:

[...] os mais antigos órgãos encarregados dos tributos sobre a mineração. A primeira casa de fundição foi estabelecida em São Paulo, por volta de 1580, para fundir o ouro extraído das minas de Jaraguá e outros arredores da vila. As Casas de Fundição recolhiam o ouro extraído pelos mineiros, purificavam-no e o transformavam em barras, nas quais era apostado um cunho que a identificava como “ouro quintado”, isto é, do qual já fora deduzido o tributo do quinto .⁶⁰

A necessidade da Metrópole era de ouro em estado de matéria-prima, sendo então a ourivesaria proibida na Colônia por cartas régias datadas de 1.684, 1.698 e 1.703. A ordenação de 1.730, contudo, tornou a permiti-la. Outra carta-régia, de 1.766, fez com que os negros e os pardos ourives fossem distribuídos pelas milícias, tendo, mais uma vez, a ourivesaria na Colônia sofrido perdas. Desta forma, por exemplo, estabeleceu-se no Rio de Janeiro uma rua só para os ourives, para melhor se controlar e se garantir o recolhimento dos impostos. Apenas em 1.815 o referido Alvará de 1.766 foi revogado. O importante a se destacar é que a prática da ourivesaria persistiu no país, apesar do controle e da proibição real.

⁶⁰ In: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/casadefundicao>. Consulta realizada em maio de 2008.

Ourivesaria em Natividade

Nos documentos arrolados no fórum da cidade de Natividade o ouro e a prata encontram-se em diversas peças de uso geral, tais como garfos, colheres, castiçais, esporas. No que toca aos objetos de adorno: fivelas, botões, cordões. Nos inventários encontram-se referências também a objetos de atividade mineratória, como foi o caso de uma balança de pesar ouro (avaliada em três oitavas de ouro).

Não se sabe com exatidão desde quando começou a se desenvolver a ourivesaria em Natividade, mas tem-se certeza de que é uma arte secular, sendo que aí grandes ourives viveram e desenvolveram este ofício. E, destaque-se, a maioria da população porta ou possui uma jóia nativiana. Ademais, a circulação de pessoas sempre foi intensa na região.

Eduardo França Paiva, apoiado em testamentos e inventários *post-mortem*, na investigação sobre a escravidão em Minas Gerais e a diversidade de origens dos habitantes que compuseram esta região mineradora, afirma que havia uma significativa imigração no interior da Colônia. Segundo Paiva (2.001, pg. 59)

Bem, é preciso lembrar que os limites territoriais dessa Comarca (do Rio das Velhas) eram, predominantemente, oriundos de regiões localizadas ao norte, principalmente da Bahia e de Pernambuco ... tanto o Rio São Francisco (navegável em boa extensão), que cruza todo esse território, quanto o Caminho dos Currais ⁶¹, que vinha da Bahia em direção à região mineradora central das Minas, facilitavam bastante o movimento populacional e comercial.

⁶¹ O Caminho dos currais ou Caminho da Bahia pode ser conferido in: http://pt.wikipedia.org/wiki/caminho_da_Bahia. Última consulta: dezembro de 2.007.

A circulação de pessoas significa trânsito cultural: objetos, hábitos, valores, técnicas, conhecimentos, crenças viajaram o mundo atlântico: identificam-se figas em Portugal e na Bahia, em Minas Gerais e em Natividade, afora em outras localidades do país.

Assim, por um lado, pode-se pensar em um universo relacionado à mineração, que organiza uma extensa trama de relações e que transcende os limites espaciais de Natividade. Por outro lado, neste município são evidentes as relações de pertencimento estabelecidas pela comunidade, tendo como ponto fundamental o ofício da ourivesaria, principalmente a técnica da filigrana em ouro e prata. O valor que esta técnica tem para a cidade está vinculado a um saber tradicional. Embora se tratem de objetos, os produtos do ofício, ou seja, as jóias, essas extrapolam sua condição material, pois se trata de um bem coletivo.

Afirmar que os nativitanos têm orgulho de sua ourivesaria é reduzir o papel que esta prática possui para e entre eles. Pode-se afirmar que a mineração, mais do que a pecuária, é o eixo fundamental de construção da identidade nativitana. Porque para além de um resgate dos desenhos tradicionais, dá-se, atualmente, o resgate de um traço da formação do lugar. Impressos em ouro e prata, os corações, as pulseiras escravas, os globos, a peixa, as figas, as flores de maracujá, são emblemas de escolhas que os nativitanos enquanto coletivo realizaram para sua marca no tempo e sua construção identitária. Neste sentido, o depoimento do prefeito da cidade (em 2.008) Albany Nunes Cerqueira é bastante ilustrativo:

[...] a criança quando nasce ... um recebe um Divino, a menina ... recebe um brinco de cachinho de uva, de flor de maracujá ... e a menina quando faz quinze anos recebe o coração de filigrana ... recebe uma pulseira escrava ... Então são peças que já identificam, que estão no cotidiano da sociedade nativitana e independente do poder aquisitivo ... desde as pessoas mais humildes até as pessoas de melhor situação econômica, todas elas têm esse vínculo com essas peças ...



figa antiga - Foto Raphael Mendes 2007



Divininho - Foto Raphael Mendes 2007



cachinho de uva e a peixa - Foto Raphael Mendes

O ofício & os Mestres

E no centro da arte encontra-se o ofício, domínio dos Mestres.

Segundo Márcia Sant’Anna, coordenadora do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (IPHAN, 2.006, pg. 17), apesar das dificuldades de definições precisas de conceitos tais como patrimônio material e imaterial, este último pretende ressaltar a importância que têm os processos de criação e de manutenção do conhecimento sobre o produto, seja a festa, a dança, a peça de cerâmica. Isto é, procura-se enfatizar o que interessa mais como patrimônio: [...] *o conhecimento, o processo de criação e o modelo, do que o resultado, embora este seja sua expressão indubitavelmente material*. Ainda, vale reafirmar que se parte da definição de patrimônio cultural brasileiro [...] *como o conjunto de bens culturais de natureza material e imaterial que se referem à ação, à memória e à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira*.

Em seu trabalho sobre o programa francês de preservação dos ofícios tradicionais Regina Abreu (2.003, pg. 85) define os Mestres desses ofícios: [...] *como artesãos de arte reconhecidos pela excelência e raridade de suas competências. Este título é concedido a um mestre que esteja capacitado a transmitir sua técnica a um aluno escolhido, na busca de perenização do seu ofício*.

O termo ofício remete à idéia de artífice: fazer qualificado, profissional. Os ofícios dizem respeito a um coletivo de trabalhadores qualificados. Mestres de um ofício: o que só eles sabem fazer, que lhes pertence, porque eles aprenderam seus segredos, seus saberes, sua arte.

Entretanto, é necessário que exista um reconhecimento, uma respeitabilidade, do ofício junto à comunidade, para que esse se apresente enquanto uma identidade respeitada e reconhecida socialmente, que tenha traços bem definidos. Assim, os Mestres de ofício carregam o orgulho de sua maestria. É neste contexto que se coloca o ofício da ourivesaria nativitana: existe um reconhecimento por parte da comunidade quanto à arte destes Mestres que lá viveram, bem como em relação ao trabalho desenvolvido pelos atuais.

Com relação aos antigos Mestres de Natividade, tem-se informação, através da história oral, sobre Mestre Cazuza (José Fernandes Belo, ourives já em Portugal), Antônio Nunes da Silva, Bernardino de Sena Fernandes, Leopoldo Hermano, Altino Sena Fernandes, Juvenal Rodrigues Cerqueira, entre outros. São reconhecidos e reverenciados como grandes Mestres que repassaram a arte de ourives a outros mais jovens.

Segundo o Sr. Alfredo Batista Borges, aprendiz do Mestre Juvenal e ex-ourives, em entrevista realizada no dia 09 de agosto de 2.007, informação confirmada por diversos membros das famílias dos ourives entrevistados, quem teria ensinado o ofício ao Mestre Juvenal teria sido Antônio Nunes. E quando lhe foi perguntado sobre o processo da ourivesaria, o informante relatou que:

[...] Esses ourives velhos que fizeram as coroas de santo, foi tudo na lavragem. Que coisa que é arte, não é mesmo? Tem dia que eu sonho com a lavragem ... Você empurra para lá e vira para cá, para não travar. É um negócio muito bonito, hoje em dia o artesão é bonito, é mais bem maneira de trabalhar. Falar nesses Mestres dos Mestres é que calcula como eram os negócios ... É o trabalho manual, o desenho. É o que dá a forma, o desenho, olho, a boca, os braços, os músculos, o Cristo, tudo direitinho.

E sobre como o Mestre Juvenal trabalhava, afirmou:

Começou lá e lá terminou, ficou lá naquele quarto. Não deviam ter desmanchado o quarto dele lá, não é? Eu só não fiquei com os paus do fole ... Esses, com a mudança da casa, arrancaram e jogaram fora e acabou ... O fole era o que derretia, o maçarico era o de sopro. Era na mão ... está tudo com Simone, ela disse que vai montar tudo direitinho. E eu vou até ajudar ela a montar, aí vai ficar bacana a oficina. Eu trouxe as mesas que estavam lá na fazenda, eu trouxe tudo e vendi para ela, montar a oficina é muito bonito. Até uma cadeira, não sei para onde foi essa cadeira, rapaz. A cadeira de botar o cliente para sentar. Tem tamborete de mil oitocentos e tanto.

Assim, o passado recente da ourivesaria nativitana se entrelaça com a biografia do Mestre ourives Juvenal. O aprendiz há quase dez anos, Uardom, evidencia a importância do Mestre e do seu trabalho, o qual [...] *era não só mais artesanal, mas mais artístico*. Segundo Uardom, em entrevista concedida em 2.007:

Foi uma pessoa... não ... não sei muito não. A gente conhece assim por falar não é? As pessoas que falaram que ele tinha muita dedicação no que ele fazia ... para a época que ele trabalhava, para as máquinas que ele utilizava na época, para o que a gente tem hoje ... Por isso eu considero um grande Mestre, porque hoje tem muitas coisas que se a gente não usar, a gente não trabalha ... Ele não. E na época ele trabalhava com ausência de tudo, não tinha ...

Entrevistadora: *Tantas novidades...*

É ... na bancada nossa por exemplo, tem uma luminária em cima, tem uma luz em cima, no dia que essa luz falta, a gente pára de trabalhar, e ele não. Ele não tinha, na época, não tinha energia, energia elétrica. Eles trabalhavam basicamente na luz que entrava na janela lá da sala dele, então as dificuldades para ele eram muitas. Maçarico ... ele não usava maçarico para fazer soldas. Hoje a gente tem que ter um maçarico de grande pressão ... então, para a forma que ele trabalhava para que a gente trabalha hoje, então é para ser um artista mesmo ...

Os ourives, por meio do desenvolvimento de seu trabalho com as jóias tradicionais são de alguma forma, sujeitos que dinamizam a relação da memória e da história através das peças que fabricam. Pensar em cultura imaterial, especialmente vinculada à ourivesaria que se produz em Natividade, é ir além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes que re-visitam as suas memórias e revelam os costumes, os sabores e os saberes da cultura local. E assim, a palavra transversalidade ganha novos tons e significados diante da riqueza dos conhecimentos e das tradições das pessoas simples que compõem o cotidiano do nativitano, em especial por meio da ourivesaria, com foco na filigrana.

Ademais, arte que congrega sensibilidade e trabalho duro, como informa o Sr. Alfredo Batista Borges, aprendiz de Mestre Juvenal e ex-ourives em entrevista realizada no dia 09 de agosto de 2.007:

A peixa ... o que eu achava mais difícil e mais bonitinho era fazer o piau, redondinho. É muito delicado, o cabra tem que ter uma sensibilidade muito, muito grande.

Este ex-ourives afirma ainda na mesma entrevista, que fazia *de tudo que se podia imaginar, colar, brinco, peixinha*. Diz também que *não sabe mais como fazer, mas que antes sabia*.

Não sei mais (risos), até mesmo a latinha de molde que eu herdei do Mestre jogou fora, acabou ... Tudo era feito, puxado, derretido. Você pegava o ouro e transformava em fio. Rapaz, era complicado demais! O processo era derreter ouro em pó. Ouro 22, esses extraídos de garimpo mesmo. Aí você botava o salitre.

Tal como já foi adiantado na Cronologia de Natividade, no início deste texto, deu-se um lapso na produção depois da morte do Mestre Juvenal em 1.979, sendo que a partir do final da década de 1.980 identifica-se um movimento de recuperação da ourivesaria em Natividade.

Neste processo de recuperação, aprendizes vêm sendo treinados nas duas oficinas existentes (a dos Mestres Wal e Bisa e a do Mestre Juvenal). Atualmente, conforme apontado anteriormente, ocupam-se e se dedicam ao ofício da ourivesaria em Natividade os Mestres Jesumar Batista Borges, Joaquim Waldeídes Carvalho (Wal), Abisania Ferreira Gama (Bisa), João Bosco Nascimento e os doze ourives aprendizes das duas oficinas existentes na cidade.

Os mestre ourives hoje:



Mestre Jesumar - Foto Raphael Mendes 2007



Mestre Wal - Foto Raphael Mendes 2007



Mestre Bisa - Foto Raphael Mendes 2007

Os aprendizes hoje:



Aprendizes Oficina Mestre Juvenal - Foto Raphael Mendes 2007



Aprendiz Oficina Mestre Jesumar - Foto Raphael Mendes 2007

Mestre Wal, em entrevista realizada em 2.007, oferece algumas informações sobre a relação existente entre o Mestre e os aprendizes:

Olha, nós temos nove aprendizes. O povo não tem noção das coisas (do processo e do trabalho da ourivesaria). Os garotos têm um pouquinho, porque eles têm um maior desenvolvimento e foi isso que a gente procurou aproveitar aqui, então eles ganham uma oficina meio que de graça que é muito caro e vão ganhar o seu dinheiro, porque aqui é assim, se ele faz. Quando faz uma peça, o dinheiro é dele, é que ele tem que ajudar a pagar, por exemplo, a energia, o oxigênio, o gás, a manutenção no sentido a limpeza, até hoje está tudo bem, pois essa é uma turma legal.

Entrevistadora: *Você sente que alguns deles têm uma vocação mais especial?*

Porque é assim, eu fico até com pena quando vem algum garoto que tem aquela dificuldade, que não está dando pra ele, ou seja, eu vejo que ele tem muita vontade, mas não tem o dom, não tem nenhum dom pra moldar qualquer peça.

Por meio de seus aprendizes os Mestres dizem acreditar que agora a arte nativiana possa de fato ter continuidade na cidade.

Qualidade e origem do ouro

Na filigrana, é necessário que o ouro seja de qualidade. No geral, o ouro utilizado é adquirido na região. Por sua vez, as pedras utilizadas nas jóias são obtidas, geralmente, em São Valério, cidade próxima, que possui uma mina de granada e rodolita, mas a lapidação tem de ser feita fora, na maioria das vezes em Goiânia. Outras pedras são obtidas em outras localidades.

Aponta o Mestre Wal que a maior dificuldade da filigrana está em conseguir o ouro mil, para que a filigrana não se quebre quando da confecção da jóia, e também para ter uma qualidade melhor de queima, garantindo, assim, uma maior durabilidade. O ouro tradicionalmente utilizado na filigrana é o ouro mil, mas em Natividade os ourives fazem uso também do ouro 22 ou 24, diretamente extraídos da terra.

Quanto à origem, a maior parte do ouro trabalhado em Natividade é adquirida em garimpos locais. São eles: Garimpo da Chapada de Natividade, Garimpo do Príncipe e Garimpo de Conceição. Segundo informações do nativitano Adelmo Pereira Barros, conhecido como Adelmo Garimpeiro⁶²:

O Garimpo da Chapada de Natividade. Localiza-se a aproximadamente dez quilômetros de Natividade e é um garimpo que se encontra em uma área urbana. Possui uma única lavra de cerca de dois quilômetros, que se divide em pontos, denominados, pelos garimpeiros de pontos fortes. Trata-se de um garimpo de filão, onde o ouro é retirado e trabalhado no subterrâneo. No caso de Chapada de Natividade são escavações alinhadas, possuindo aproximadamente vinte metros na vertical, e lá são inseridas as caixas (conforme foto abaixo). No sentido horizontal, é uma lavra de cerca de dois quilômetros que possui diversos pontos fortes. Para que o ouro possa ser encontrado é necessário descer a “caixa” até que ela chegue ao foco do minério e fazer grutas, galerias em forma de linha. Sobre esta questão o garimpeiro Adelmo diz que: *o material, o ouro aqui é nesse em alinhamento, né. Você trabalha então em alinhamento, na verdade você acompanha ... o veio do ouro.*

Garimpo do Príncipe - Localiza-se a aproximadamente a cinquenta quilômetros de Natividade, isto é, trata-se de um garimpo da zona rural, também do tipo de filão, porém não de forma alinhada, possuindo diversas lavras ou filões. É deste garimpo que vem a maior quantidade de ouro utilizado na ourivesaria local.

⁶² Adelmo Garimpeiro, presidente da associação dos garimpeiros de Chapada de Natividade. Ver ficha de lugar INRC/Natividade 2008 - To010007F1A4 n° 4.

Garimpo de Conceição - Localiza-se a aproximadamente cem quilômetros de natividade. Apesar de possuir o garimpo de filão, a forma de extração que prevalece é a aluvionar. Informa Adelmo: [...] *em forma de 'casqueiro'*.



Garimpo de Chapada de Natividade - caixa – Foto Sandra Lima



Adelmo Pereira Barros – Garimpeiro - caixa – Foto Sandra Lima

O garimpo também pode ser tratado como um “lugar de memória” (NORA, 1.977): Evoca uma permanência, através da economia e, ao mesmo tempo, uma expectativa de futuro. Em entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2.007, o garimpeiro Adelmo Pereira Barros afirma, ao discorrer sobre os garimpos da região de Natividade.

Ele é centenário porque quando nós já chegamos aqui, eu que já tenho quinze anos aqui. Quando nós chegamos, ele já era um garimpo, quando você chega, você vê essas lavras, essas lavras de garimpeiros que na época dos bandeirantes, então a serviços dos antigos. Hoje você usa a linguagem ... os antigos, esses antigos que eles falam são os bandeirantes, então você anda nesse veio, a gente chama de veio, que é esse alinhamento, que é uma lavra. Você chega a ver profundidade de vinte metros, mas você vê que são serviços antigos, serviços de bandeirantes na época. Eles vinham até uma certa profundidade, chegavam até uma certa profundidade, questão da época, tecnologias, enfim não tinha um avanço, eles chegavam, se batiam em cima de um problema vamos supor água por exemplo ... bombas não tinham.

Nos garimpos de Príncipe e Chapada de Natividade tem o mesmo tipo de trabalho, é exploração subterrânea, desce-se um chafiti, uma caixa, acha o filão, e aí você vai extrair esse material ...

Conceição também tem filão, mas existe muito trabalho aluvianário. Quê que é aluvianário? É um ouro que está. Isso, está sobre a terra em forma de casqueiro, do barro, na terra, mas existe também filão. Mas hoje ... vamos dizer o que mais tem, principalmente, é um trabalho muito aluvianário lá, mas hoje já existem algumas cavas em filão, mas hoje o dominante, o forte lá é ouro de casqueiro.

A prata usada na filigrana, muitas vezes é extraída do próprio ouro, que nem sempre é puro, e é originária também da região da chapada de Natividade. Os garimpos de prata de Chapada de Natividade hoje são considerados escassos.

Economia & cultura

Parte-se do conceito de referência cultural em sua íntima associação com o de identidade social. A ourivesaria representa, realimenta e modifica a identidade dos nativitanos, além de localizar sua territorialidade:

[...] é com referências que se constrói tanto proximidades quanto distância social, a continuidade da tradição assim como a ruptura com uma condição passada ou a diferença em relação a outrem ... o valor patrimonial desse repertório resulta, portanto, do processo de construção de sentidos de identidade (Arantes, 2.001, pg. 133).

Por sua vez, a ourivesaria como patrimônio cultural apresenta uma dupla natureza: o valor econômico e o valor cultural. Os dois confluindo para o coletivo, como uma referência do mesmo. Destaque-se que políticas de preservação da atividade podem ser desenhadas tendo como referência seja o fomento da prática tradicional, seja via reorientações de objetivos, tais como a ampliação do mercado. Ainda que ancoradas na certeza de que os envolvidos com a dinâmica da produção são os legítimos detentores tanto de um “saber-fazer”, quanto do destino de sua própria cultura (LONDRES, 2.006, pg. 94).

Assim, parte-se também da noção de referência cultural, a qual apresenta uma característica semelhante à que Braudel (1.996) formaliza, visto que na filigrana nativitana

há, além do valor artístico, histórico, simbólico, também o valor econômico, que, no presente, se mostra como um dos pilares da coletividade.

Afora o processo recente de recuperação do ofício, registre-se que a ourivesaria tem se fortalecido como a principal fonte de renda para quinze ourives, incluindo os Mestres e os aprendizes do ofício em atividade. Do total de vendas efetuado na Oficina Mestre Juvenal e pelo Mestre Jesumar Batista, cerca de 80.0% são para turistas e demais pessoas não residentes em Natividade.

Por sua vez, o preço do ouro é uma das razões que tem dificultado o acesso dos próprios nativitanos às jóias. Muitos deles, principalmente as mulheres, desejam possuir pelo menos um dos modelos típicos das jóias, mesmo porque esta posse, no geral, é uma tradição familiar. O coração de filigrana é o mais citado pelas entrevistadas. Assim, alternativas são criadas pelos moradores para aproximarem de si estes signos, tão importantes aos nativitanos. Uma delas tem sido adquirir as jóias em prata.

Segundo Simone Camelo Araújo, em entrevista concedida em 16 de janeiro de 2007:



Simone Camelo Araújo e Padre Joatan Bispo – foto Sandra Lima 2007

É, de mercado, de novas linhas, de se trabalhar um novo mercado, você tem a linha tradicional, que é a linha que você confecciona maior quantidade de ouro, é mais tempo. É, mas que você vai trabalhar um mercado, trabalhar a prata. Natividade hoje ... a prata entrou no mercado realmente certo. Então tem muita gente usando jóias de prata e abriu o mercado realmente. Então o que nós queremos: formar uma turma que vai trabalhar principalmente com a prata, porque esses aí não querem trabalhar com prata, porque ganha muito menos, dá até mais trabalho.

Pergunta: Mas a prata na ourivesaria, a filigrana em prata já era também uma tradição?

Resposta: *Exato, já se trabalhava com prata, só que a prata era para quem não tinha dinheiro para comprar o ouro, então era meio*

que discriminado, certo? O ouro é o carro chefe, nós conseguimos inserir bastante a prata, os colares de prata. Se vê, fica bonito, as pessoas ficam, o negro usando a prata brilha, não é? Então fica muito bacana e abriu bastante o mercado.

Cláudia Santos em seu trabalho de conclusão de curso (SANTOS, 2.006) e Flavio Pereira de Souza⁶³, condutor turístico da cidade, em entrevista realizada em 2.007, afirmam que o turismo tem ajudado a manter viva a joalheria tradicional. Isto porque sem os compradores externos, talvez apenas os Mestres Wal, Bisa e Jesumar estivessem trabalhando, já que Uaci (antigo aprendiz do Mestre Juvenal) mudou-se para Palmas e não pratica mais a joalheria em Natividade.

Com relação ao turismo e as novas configurações da circulação de pessoas que este implica. Castells (2.000) identifica como uma das tensões da atualidade a existente entre a tendência homogeneizadora social global e a diversidade cultural local. O espaço, antes mais fixo vai, crescentemente, se transformando em espaços de fluxos e o tempo, antes de caráter mais seqüencial, em tempo intemporal. As novas articulações entre as dimensões locais e globais indicam uma maior interdependência e mesmo vulnerabilidade entre ambas, na medida em que vai se configurando uma rede fluida de intercâmbios entre sistema, símbolos e sujeitos. Os espaços de fluxos indicam o surgimento e a consolidação de novas formas e processos espaciais que moldam a sociedade em rede: diferenciação de atores e de seus papéis sociais. O crescimento do turismo, certamente, pode ser lido como um destes fluxos, pois se estrutura em torno de redes, as quais articulam esferas interpessoais, micro-sociais e macro-sociais de esfera global.

Entretanto, como lembra o autor, ainda que os espaços de fluxos tendam a romper com as condições de proximidade e de similitude, comunidades tradicionais coexistem com os espaços de lugares: espaços localizados, sentidos e vivenciados por pessoas; cultura e história simbolicamente articuladas, proporcionando condições de compartilhamento de sentido. Estes espaços de lugares sobrevivem de certa forma, contrapondo-se à idéia de

⁶³ Informações fornecidas em entrevista concedida a Sandra Lima/Natividade 2.007.

globalização e os espaços de fluxos que esta produz. Em Natividade coexistem a dimensão de fluxos (diferenciação social) e a dimensão de espaço de lugares (homogeneidade social).

Assim, vale lembrar o destaque que faz Londres (1.998, pg. 29), ao se referir ao Inventário Geral: *Gostaríamos que o Inventário Geral assim desenvolvido aparecesse como a obra de uma vitalidade intelectual, aguçada pelo sentido das realidades presentes, o que significa, sem dúvida, em última análise, a referência metódica ao espaço-tempo, que é a dimensão de nossas existências como berço de todo o valor do patrimônio.* (Chastel apud Londres, 1.998, pg. 29).

Vale ainda lembrar, apoiando-se em Mauss (1.984), que o patrimônio cultural pode ser lido como um fato social total. Porque se trata de uma arena onde se cruzam várias dimensões: simbólica, política, econômica. Portanto, apesar das práticas patrimoniais também serem apropriadas pela sociedade de consumo, pelo movimento de mercantilização geral de bens e serviços, aquelas têm valores simbólicos os quais contêm densidade e profundidade que lhe permite transcender a condição de uma mercadoria qualquer, uma redução à troca de valores. Afinal, as manifestações do patrimônio cultural fazem sentido porque evidenciam seu próprio sentido e estão ancoradas nas referências culturais, as quais, por sua vez, se ancoram em um universo simbólico que é compartilhado pelo coletivo do qual fazem parte. Ademais, a capacidade adaptativa frente às contingências históricas garante a continuidade de uma manifestação cultural.

Elias (1.994) também nos auxilia nesta reflexão, a partir dos conceitos de civilização e cultura ⁶⁴. O aumento do fluxo de pessoas externas, sobretudo de turistas, desenha um movimento no qual se pode observar a assimilação da civilização pela cultura, assim como a valorização desta pela civilização. Elementos externos que se introduzem, modificando a realidade local e reforço dos elementos que identificam para os nativitanos, o que é local – tradicional. Neste movimento se dá uma tendência de as pessoas observarem o comportamento de si e dos outros, fortalecendo os elementos que caracterizam o local, o tradicional. Os códigos de comportamentos são transformados, propiciando mudanças nos

⁶⁴ Contraposição de sentidos entre *civilização* e cultura. Tensão entre a perspectiva de transformações sociais marcadas pelo processo civilizador (processo ou seu resultado, que é comum a todos e que se ainda não o é, deveria ser) e a perspectiva de proteção à cultura (ênfase nas diferenças nacionais, identidades de grupos, refletindo a consciência de si mesmo) como marca identitária de raízes. Ou seja, tendência colonizadora continuamente expansionista, o qual impõe padrões morais e busca de construção de fronteiras a partir das identidades sociais.

mecanismos de controle das emoções e de relações humanas, surgindo novas práticas sociais e individuais. Diferentes percepções do eu e do outro se encontram em um jogo de idealização, de distinção e também de assimilação.

O conflito entre a modernidade & civilização e a tradição & cultura pode ser pensado não como luta no sentido de anulação mútua, mas no sentido inverso. Assim, por exemplo, rural e urbano, ainda que expressem perspectivas distintas no que se refere, por exemplo, às atitudes emocionais, também indicam complementaridade (Willians, 1.989).

Em Natividade o trabalho realiza-se basicamente em duas oficinas que dispõem de espaços pequenos e sem a devida adequação para o exercício de ofício tão delicado. As mesas são desordenadas, evidenciando intenso trabalho e o uso diversificado de equipamentos e de materiais, representando a característica peculiar de cada artesão. Principalmente em razão da falta de espaço, a presença de visitantes e de clientes interfere no processo de trabalho, pois esta dificulta concentração por parte dos ourives.



Oficina Mestre Jesumar - Foto Raphael Mendes 2007



Oficina Mestre Juvenal - Foto Raphael Mendes 2007

O mercado se apresenta restrito e com certa sazonalidade, tendo um aquecimento em torno do mês de julho em razão das férias escolares do calendário nacional, e também durante as festividades locais, o que caracteriza a produção como tendo uma certa irregularidade.

A ourivesaria vem sendo veiculada através de publicações em periódicos, de calendários, de cartões telefônicos, de documentários, de matérias televisivas. Há ainda um *site* de divulgação da Ourivesaria Mestre Juvenal e também tem se efetivado uma

consultoria, por parte de um designer de jóias, com o objetivo de se definir coleções e de se elaborar novos modelos.

Afinal, como afirma Castells (2.000, pg. 38),

[...] processos de geração de conhecimentos, produtividade econômica, poder político/militar e a comunicação via mídia já estão profundamente transformados pelo paradigma informacional e conectados às redes globais de riqueza, poder e símbolos que funcionam sob essa lógica.

Na verdade, neste processo, o que se constata é a viabilidade do empreendimento em razão de alguns elementos fundamentais: o fácil acesso à matéria-prima, a competência dos artesãos, as jóias com alto valor agregado a partir de técnicas quase esquecidas e pouco difundidas no Brasil. Soma-se a isso o fato de ser um produto que tem um mercado próprio, com alcance sócio-econômico.

As principais peças

Ultimamente o problema da preservação do patrimônio cultural tem se deslocado no sentido da superação da suposta dicotomia existente entre patrimônio material e patrimônio imaterial. As orientações mais recentes apontam para a necessidade de tratamento desses dois aspectos de modo global e simultâneo, ancorando-se as manifestações da cultura tradicional e popular aos seus espaços e contextos sociais de produção e reprodução. Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (IPHAN, 2.006, pg. 129).

As peças são espécies de ícones da identidade de Natividade, constituindo um elo entre o passado e o presente. Apresentam traços da criatividade e do talento de cada um dos ourives ao recriar os modelos tradicionais e realizar novas produções, e sobretudo, de cada nativitano que guarda uma jóia de família, que faz o uso das peças para expressar, entre outros, sua religiosidade, seus momentos especiais, ou sua simples inserção nessa comunidade, impregnada no cotidiano.

Na representação social local, as peças mais tradicionais de Natividade são as que eram elaboradas pelo Mestre Juvenal, as quais ainda podem ser encontradas. Em geral, articuladas diretamente à religiosidade cristã e, em particular, com a festa do Divino. É o caso da peixa. O peixe, *ictes*, em grego, por exemplo, tem um forte simbolismo cristão. As letras da palavra em grego formam as iniciais de Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador.



Peixa - Foto Raphael Mendes 2007

A peixa desempenha um papel importante na demarcação identitária dos nativitanos. É comumente presenteada às meninas quando saem da cidade para estudar fora, ou ao nascerem, constituindo-se numa espécie de marca de que são desse lugar e da importância que essa referência possui para cada indivíduo. A peixa atuava e atua como um cartão de identificação nativitana. Os homens ganhavam o “Divino”, as mulheres a “Peixa”, conforme lembra o Padre Joatan Bispo de Macedo em entrevista (04/03/2.007):

Em Natividade, todas as mulheres daqui tinham peixa. Elas ficavam mocinha, o pai mandava fazer uma peixa e um colar para botar no pescoço, para casar ... andava com uma peixa no pescoço. Os homens o Divino. As mulheres, é a peixa. Em Natividade, todas as mulheres daqui tinham peixa. E o prefeito, tem um anel muito bonito feito aqui. Todos os homens tinham este anelão grosso para vestir. Só botava no dia do Divino e na festa do padroeiro e uma hora assim (para) representar. Depois guardavam as jóias ... O Divino é velho. O rapaz ia crescendo, a mãe dava o Divino para ele para ter juízo, não é? É porque as mães falavam assim, porque o Divino é rapaz, então um rapazinho tem que trazer um Divino porque ele é rapaz também não é? Bandeira do Divino, mulher não pegava. Só homem carregava o Divino Espírito Santo para os matos, para as folias, para giro, todo de terno, gravata, bota, punhal bonito, uma

mula ou um cavalo lindo, sela toda linda de pelego vermelho carregando um mastro do Divino, com temor e tremor não é? Caminhava pelo sertão quarenta dias.

A cruz ou o crucifixo por sua vez, também parece ter ocupado ao longo da história um espaço importante dentre as preferências populares. Tal como aponta Sousa (2.000, pg. 54), enquanto instrumento de fé, ele é um dos motivos mais difundidos em todas as artes decorativas, eternamente associada à paixão e à morte de Cristo e, ao mesmo tempo, símbolo de salvação. Na ourivesaria popular, este fato evidencia-se na diversidade de tipologias existentes e na competitividade que, de alguma forma, se estabelece com o coração, ambos pleiteando o lugar de honra no colo da mulher nativitana, o qual também pode assumir formas diversas e ser confeccionado de diversos materiais ou por técnicas variadas.



Crucifixo antigo – fotos Raphael Mendes 2007 Crucifixo antigo – fotos Raphael Mendes 2007 Desenho moderno – fotos Raphael Mendes 2007

Mestre Juvenal, segundo informações de um de seus aprendizes e ex-ourives, Alfredo Batista Borges, em geral fazia um único tipo de crucifixo, o qual variava de tamanho conforme a quantidade de ouro (entrevista realizada em 09/08/2.007):

Ai a quantidade de gramas. Tem o crucifixo de quinze gramas, que é grande e pesado, para gente que tem dinheiro. A peça completa teria quinze gramas. E tinha o outro que pesando com o Cristo, já pregado na cruz, dava doze gramas, certinho.

Os anéis também têm grande importância na ourivesaria nativitana, além do Divino, comentado acima pelo Padre Joatan Bispo de Macedo, podendo assumir variados formatos,

em razão de seu uso. Entre as jóias de mão destacam-se aquelas que simbolizam elos de ligação, namoro ou matrimônio, sinal de entrega e de código social. Jóias tais como o anel de mãozinha ou o anel escravo são muitas vezes usados ou ofertados em sinal de compromisso. Anéis, tal como aponta Souza (2.000), reportam ao sentido de união voluntária a um indivíduo, crença, comunidade ou ideal. Eles também podem, enquanto peça individual, reunir múltiplos segredos e constituir provas materiais de ligações que podem ter se rompido.



Anéis – fotos Raphael Mendes 2007

No que toca ao relicário, *aquela pecinha que você abre e põe uma fotografia dentro*, como é referenciada por nativitanas e nativitanos, parece se tratar de um dos exemplos de conhecimento que só resta na memória. Afinal, essa arte teria morrido junto com o Mestre Juvenal. Este é, pelo menos, o relato do Sr. Alfredo Batista Borges, ex- ourives e aprendiz do *Mestre dos Mestres*, o Mestre Juvenal (entrevista: 09/08/2.007):

Fazia também, mas só o Juvenal fazia. Porque você tem que fazer um e colocar dentro de uma caixinha de segredo ... Era de chapa. Mas se você quiser, pode soldar a filigrana por cima para embelezar. Mas quanto mais ouro, mais pesa. Juvenal fazia também um crucifixo de segredo, no tempo em que aquele povo rico mandava mensagem, não é? Fazia nas costas e botava o bilhete dentro. Mas isso levava muito ouro e é somente os Mestres dos Mestres que faziam ...



Relicário – fotos Raphael Mendes 2007

A pombinha: símbolo máximo do Divino. Trata-se de uma peça religiosa-cristã que se destaca no conjunto das jóias de Natividade, presente em diversas pencas de balangandãs.

A pombinha sagrada sempre foi muito querida no mundo cristão, graças aos símbolos litúrgicos que carregava. Terceira pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, que descia dos céus sob a forma de línguas de fogo, ‘espíritos de raios e luz de quentura’, sobre as cabeças dos apóstolos e fiéis, estava ligado ao renascimento espiritual através da distribuição de seus inúmeros dons e graças – amor de Deus, sabedoria, paz, santificação, bondade, abundância, alegria, proteção contra pragas e doenças – aos verdadeiros devotos (ABREU, 1.999, pg. 42).

E segundo o aprendiz de ourives Uardom, as jóias na figura de pombinha, simbolizando o Divino, são uma das mais importantes formas produzidas em Natividade sendo, também, das mais vendidas pelas oficinas locais.



Pombinha do Divino em filigrana – fotos Raphael Mendes 2007

O coração. Para Sousa (2.000), este se constitui num dos ornamentos mais freqüentes no mundo artístico. O coração na ourivesaria é fabricado em materiais diversos, desde metais sem valor econômico, até a prata, o ouro, a platina, com incrustações simples de pedras preciosas ou formando um só corpo de pedras preciosas, tais como águas marinhas, diamantes, como verdadeiros refletores de luz no colo, nas orelhas, nos braços e nas mãos. Em termos técnicos podem ser modelados em chapas, filigrana; fabricados por fusão ou lapidados. Tanto em Natividade quanto em Portugal os corações mais populares são os de filigrana de uma ou de duas faces, conforme aponta esta autora, preenchidos com arabescos de fio; de chapa muito fina, simples, ou em chama. Algumas vezes de chapa dupla ou ocos.

As raízes do emprego do coração como motivo decorativo, como amuleto ou em sentido simbólico, por parte do homem se perdem no tempo. Órgão vital do funcionamento do corpo humano, o coração é a fonte da vida e, por isso, cedo foi tomado como um símbolo sede da alma, de retrato da vida interior do homem, de seus pensamentos, de sua coragem e vontade e, sobretudo, de sua afetividade. Além de símbolo de amor, também de fé. Afinal, se trata de um forte símbolo religioso – Sagrado Coração: ações retrospectivas a Deus pela fé. E Cristo viveria no coração do homem. (LURKER, 1.974, pg. 71 apud SOUSA, 2.000, pg. 92). Segundo Simone Camelo de Araújo, em entrevista realizada em 09/08/2.007:

É, aí há essa relação também. Há essa relação com ... dentro dessa questão da religiosidade das peças. Entra aí a questão não só do Sagrado Coração de Jesus mas levando um pouco mais adiante, a questão do amor entre os irmãos ... da fraternidade. Dessa relação de amor entre os irmãos. O coração simboliza isso. Daí vem a questão do crucifixo não é? Vem do ... do peixe, o cacho de uva não é? Nos brinquinhos ... todos são símbolos, que retratam aí a

religiosidade de nosso povo ... Eu sei que a uva é o que produz o vinho não é? E o vinho, é o sangue do Cristo. Tanto é essa relação que você vê, nas ornamentações e tudo sempre tem o cacho de uva, que daí extrai o vinho. Essa relação ...



Corações em filigrana – fotos Raphael Mendes 2007

A arte de Mestre Juvenal também se articula, na memória, com os tradicionais corações e com a filigrana, segundo o Sr. Alfredo Batista Borges, aprendiz daquele e ex-ourives (entrevista concedida em 09 de agosto de 2.007):

Ele fazia coração de filigrana. Você completava em volta. Fazia o oco ou fazia o chato. O chato é para quem não tinha dinheiro de comprar duas bandas, não é? O coração de filigrana é muito bom, é a única maneira do ourives ganhar mais é fazendo o que se faz rápido.

O coração como símbolo do amor vem seguido, em termos religiosos, além dos relicários, dos cachinhos de uva. Desta se produz o vinho. E este simboliza o sangue de Cristo. Ademais, compõem o conjunto de peças impregnadas de religiosidade, as medalhas milagrosas, os amuletos, tais como a figa, em uso desde o período colonial.

A pulseira nativitana é uma das jóias tradicionais e que vem sendo resgatada pelos ourives atuais. Conhecida como pulseira escrava, uma de suas características é que ela combina o trabalho de filigrana ao uso da chapa. O número de voltas das pulseiras estaria relacionado ao número de filhos de sua portadora.



Pulseiras – fotos Raphael Mendes 2007

Souza (2000, pgs. 60-61) evidencia que em Portugal também era bastante difundido o uso das pulseiras e dentre elas a escrava, como podemos verificar em sua fala:

Nos braços surgem as pulseiras, espécies de miniaturas dos fios que pendem do peito, de onde suspendem algumas vezes pequenos pendentes ou berloques. Entre elas as escravas assumiram um lugar especial e podiam ser escolhidas antes do cordão. Circulares e rígidas, abrindo a meio para facilitar a colocação no pulso, estas jóias davam a impressão de serem muito pesadas e portanto bastante procuradas.

Os brincos também têm um espaço significativo ante a ourivesaria nativitana e são confeccionados ao longo do tempo em vários formatos e tamanhos. Eles tanto eram oferecidos por pais, padrinhos e noivos, quanto comprados pelas próprias moças com o fruto

das pequenas economias domésticas acumuladas. Eles apresentam uma grande variedade técnica, de estilo e também de temática. Sendo que alguns dos mais tradicionais são: cacho de uvas com as peixa, o flor de maracujá, pedra rendada, entre tantos outros.



Brincos – fotos Raphael Mendes 2007

Padre Joatan Bispo de Macedo estabelece uma relação entre a importância das jóias, dos ourives e as questões religiosas nesta sua fala, em entrevista concedida em (18/05/2.007):

Mais do que os pescoços e os pulsos das pessoas, os ourives, eles ganharam fama quando conseguiram colocar na cabeça de um santo de uma imagem da padroeira ou da coroa do Divino Espírito Santo ... uma peça de ouro para que chamasse a atenção ... a fama deles cresceu a partir do momento que eles fizeram uma peça ... para ficar à vista de todo mundo.

As jóias se constituíam em um bem precioso e eram armazenadas, formando verdadeiros tesouros das famílias mais abastadas, tradição ao que parece também herdada dos colonizadores portugueses.

O processo de trabalho: principais etapas e instrumentos

A ourivesaria é uma atividade ou ofício de cunho artesanal, composto por um processo bastante complexo. É através dos instrumentos de trabalho que se gera a comunicação entre os artífices e a matéria. As ferramentas, unidas à tecnologia, permitem que a sensibilidade do artífice se revele. Ao longo do tempo, alguns instrumentos e ferramentas pouco se alteraram, mas mesmo sendo iguais acabam por serem únicos. [...] *verdade é que o utensílio só existe realmente no gesto que o torna tecnicamente eficaz.* (LEROI-GOURHAN, s/d, pg. 118-119).

O processo de fabrico consiste na separação do ouro e dele se retiram as impurezas, pois o ouro para se transmutar em filigrana deve ser muito puro. É através da fundição que a arte dos metais se envolve de toda uma aura mágica ou alquímica: a uma dada temperatura os metais isolados ou associados liquidificam-se para um novo solidificar, renascendo com novas formas. Tecnicamente, a filigrana consiste na arte de torcer dois fios muito finos e achatados, de ouro ou de prata, e a partir daí utilizá-los na confecção de jóias ou objetos de arte. Para a feitura do fio os artesãos vertem o metal fundido sobre uma rilheira de fio, através da qual obtêm uma peça arredondada. Desta peça ainda espessa e atendendo a ductibilidade do ouro e da prata, os ourives conseguem fios muito finos que se transformam em filigrana.



Foto Raphael Mendes 2007

A filigrana. Inicialmente é batida a frio ou aquecida no fogo para torná-la mais maleável. O fio, primitivamente martelado e rolado entre dois seixos para lhe dar forma, constituem os elementos basilares de qualquer trabalho de ourivesaria. Os ourives criam-nos, moldam-nos e os transformam em chapas quase translúcidas ou em fios de espessura ínfimas, semelhantes a cabelo de ouro fino ou a finos cabelos de prata (SOUSA, 2.000, pg. 24).

Foto Raphael Mendes 2007



Com relação às ligas usadas no tempo de Mestre Juvenal, segundo as palavras de Alfredo Batista Borges, ex-ourives (entrevista concedida em 09/08/2.007):

Só a prata e o cobre só. Para cada cinco gramas de ouro, uma grama de cobre e a metade de prata. Para dar liga, flexibilidade. Porque o ouro derretendo fica igual você dobra assim e fica. Se você não botar o cobre, não tem flexibilidade. Quando você apurava, cinco gramas, dava, cinco gramas e um décimo ou o tamanho da quantidade de acréscimo que tinha. Porque, quando você quer transformar de cinco gramas para ouro dezoito, de cinco gramas você fazia dez. Ai o ouro já estava avermelhado totalmente, já não esta completo.

Entrevistadora: Então derretiam...

Derretiam ... embarrava e puxava no ... até fazer a fieira⁶⁵. Na fieira você enrolava no fio redondo e cortava aquilo tudo para bater até fazer lantejoulas. Igual às lantejoulas, direitinho ... Têm correntes, mas tudo envolvido em chapas fazendo o formato, não é? Uma parte menor e maior, diferente.

⁶⁵ Trata-se de uma peça redonda com buraquinhos que vão de 0,150 mm até 0,25mm.

A filigrana exige ouro de excelente qualidade, mas quando não se consegue o ouro mil, lança-se mão do ouro 22 ou 24, o qual é sem purificação. O pior inimigo do outro é o chumbo. Para ser usado na filigrana o ouro deve ser purificado, o que gera um aumento no volume de trabalho, e, muitas vezes, a perda de alguns gramas de ouro, pó este motivo o ouro deve ser bem puro. Não pode estar misturado a cobre e a ferro, pois estes provocam rachadura na filigrana.

Processo de purificação: fervê-lo (podem ser necessárias três fervuras), banhá-lo em álcool até que se purifique, e laminá-lo, para que chegue ao ponto de elaborar a filigrana. Exigência que é atestada por Jesumar Batista Borges – ourives, em entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2007.

[...] para fazer uma jóia em filigrana. Tem que ser um ouro de 750 ou ouro 22, sabe? O ouro bem leve, bem maleável sabe, que ai fica um ouro que funciona, você pode dobrar, deixar ele fininho, que se for ouro ruim não puxa fino, é qualidade, tem que ter qualidade, tem que ser um ouro puro mesmo.



Foto Raphael Mendes 2007

O primeiro momento é o da decisão de qual peça se vai fazer, do desenho, do traço que esta jóia terá. A seguir, o próximo passo, é o de serrar a chapa, depois do modelo desenhado. Neste processo os ourives muitas vezes dizem que o desenho foi “vazado”. Obtém-se assim o esqueleto, a estrutura, ou a armação da peça.

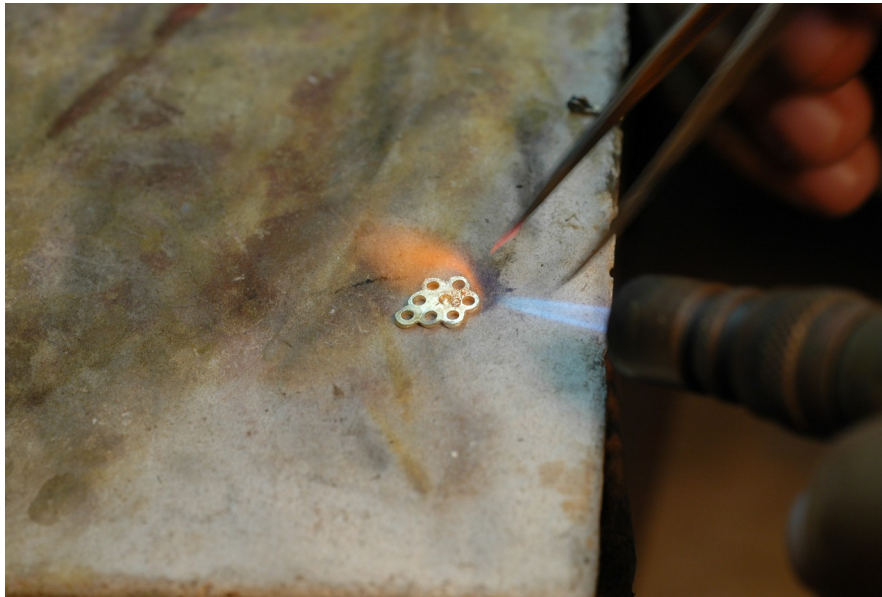


Foto Raphael Mendes 2007

Para puxar o fio (forma para que seja feita a filigrana), o ouro já é fundido em uma “rilheira” (2 cm). Daí ele é despejado em uma calha maior da própria rilheira, onde assumirá uma forma mais próxima da final. Depois, o processo que antes era feito na bigorna, martelo e marreta, atualmente, passa por “laminadores”. Vai-se puxando, puxando, e apertando devagar, até se completar um quarto de volta no laminador, para não se produzir uma “rebarba”. O fio é puxado até se chegar ao ponto desejado e segue o movimento de “puxar, puxar” o fio até ele chegar onde se deseja.

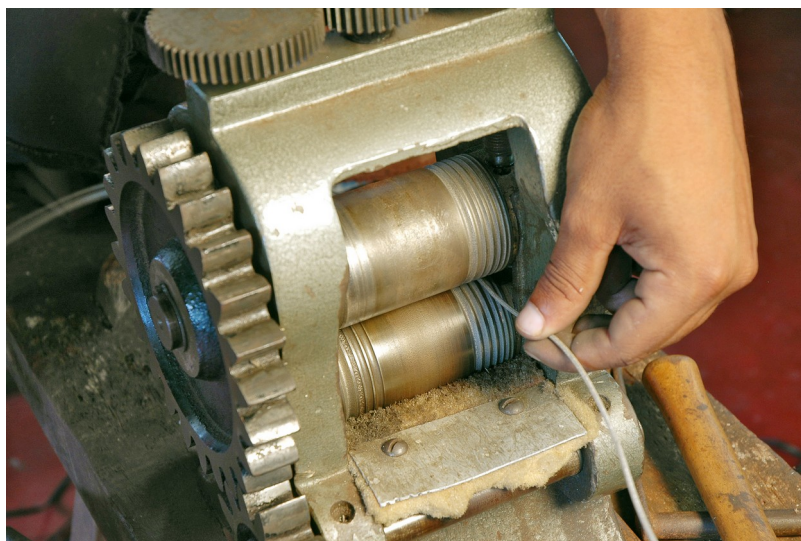


Foto Raphael Mendes

Depois ele vai passar pelas “fieiras”, pelas “bilhas” e vai puxando, vai puxando, refazendo quando é necessário. A medida dos fios é conseguida a partir de dois medidores, que são o parquímetro e o micrômetro, os quais permitem a precisão. A escolha da medida do fio depende da peça que se vai executar. Por exemplo, se a medida for 0,20mm, quando o fio chegar a esta medida é torcido, para que se transforme em dois; quando ele chegar a 0,40mm, torna-se a achatá-lo para deixá-lo na forma da filigrana até chegar a 0,16mm e aí poder ser usado.



Foto Raphael Mendes

Nas palavras de Jesumar Batista Borges, em entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2.007:

Primeiro a gente derrete o ouro, puxa na fieira de fiozinhos finos, de 0 a 25, de 100 a 0 a 25, aí quando você puxa o fio, você traça ele fininho, da grossura de um fio de cabelo você traça ele, aí você vai fazer o trabalho, aí já é parte de criação sua, os fiozinhos estando traçados, aí você vai fazer o que você quer. No modelo do coração, aí coloca os fiozinhos dentro. A mesma coisa, faz no modelo da pulseira escrava ... coloca os fiozinhos dentro, em cada peça grande que fica dentro da pulseira escrava ... O processo de você colocar a filigrana, cada um tem o seu processo sabe? Mas, em geral, a filigrana, você coloca torcendo, torce ela e vai, coloca na parte que você quer colocar e vai contornando sabe? Vai contornando. É um sistema muito de paciência. Acabou de contornar, encheu aquela parte que você quer encher, você cortou e passa para outro passo, para outra parte. Tem também a flor de maracujá, o brinco flor de maracujá também que é muito tradicional e também o bico de bule,

o tampa de bule que é muito antigo e o brinco de peixe. Da filigrana ... O ouro tem que ser de qualidade. Ai você faz o desenho que você quer fazer e coloca filigrana dentro do desenho, ai solda. E o brinco de peixe também. Agora o peixe não é da filigrana não, o peixe é na chapa.

Ai, quando não é filigrana, já é processo mesmo tradicional, é um processo comum. É só derreter o ouro, por exemplo, em chapa, em fio, mas não é traçado, ai é a diferença, da filigrana tem que ser um fiozinho bem traçado. É como o mesmo de trabalhar, tiver mesmo uma boa vista, se não tiver uma boa vista, tem que ter, usar lupa. Se você vê soldar ... nossa, muito pequeno viu? Muito detalhado.

Do fio virão formas, e existem várias delas. Mas, pode-se tomar como exemplo, o rococó. Com este se faz os brincos da pedra rendada, a armação com o qual se fará os brincos flor de maracujá, flor do cerrado, coração nativo, coração de filigrana, coração português e outros. Já para se fazer outras peças, tal como a peixinha, utiliza-se o processo de chapa, um molde, o qual também demanda ouro de boa qualidade, mas pode ser um ouro 750, ouro 18 quilates.

A articulação do peixe é cabeça, meio, meio, meio e rabo. Deve-se deixar um espaço entre a cabeça e a segunda parte do corpo para dar um “joguinho” (movimento) no corpo. Enfim, o trabalho é basicamente artístico e artesanal.

Da peça obtida na rilheira aos novelos de fio, há as seguintes etapas: da rilheira para o cilindro de fio, do cilindro para o banco de estirar, passando pelas fieiras que trabalham o fio para que ele possa atingir a espessura desejada. Disposto em mesadas, o fio é depois sujeito à tarefa mais delicada: a de torcer dois fios, operação realizada normalmente pelo ourives que entrança o fio e tradicionalmente por um aprendiz que o sustenta para que ele não se parta. Processo bem artesanal que possibilita a criação de verdadeiras obras-primas. Obtido o torçal (assim se designa o fio em Portugal e também no Brasil), este vai para o cilindro de chapa, onde é batido, tornando-se achatado e não mais redondo.



Foto Raphael Mendes

Em geral, o fio depois de preparado, é enrolado na apanhadeira ou na mão, dependendo do seu tamanho. As meadas são recozidas e depois branqueadas. A partir daí, o fio se transforma em múltiplas formas, dependendo da habilidade e da arte do ourives. Este processo se dá a partir da armação que é realizada, muitas vezes a partir de um fio chato mais forte e resistente do que o da filigrana, seguindo os contornos dos desenhos propostos. Na verdade, a armação seria como o esqueleto ou a estrutura interna e externa da peça, preparada para receber os adornos, os arabescos da filigrana. Passa-se, então, a tecer, a fazer e desfazer a teia de fios de ouro e prata.

Em Natividade, diferentemente de Gondomar em Portugal ⁶⁶, o trabalho é todo feito no interior das oficinas e cabe ao ourives a tarefa de encher e decorar as jóias com os delicados fios trançados. Finalmente, depois de preenchidas, as peças são soldadas, moldadas ou montadas. O ourives coloca a peça sobre uma superfície, em geral a piúca ou sobre a tábua de amianto, polvilha-as com solda e água e pelo reverso, através do maçarico, projeta fogo para que as pecinhas se soldem. Este é um momento quase mágico e exige muita atenção por parte do ourives, pois a solda pode romper a peça, colocando todo seu trabalho a perder. Enfim, recozer, montar as estruturas, moldar as partes, branquear são algumas das múltiplas facetas que se seguem até a obtenção da jóia reluzente.

Os Mestres Wal e Jesumar apontam que as ferramentas utilizadas no processo de trabalho em geral são caras e importadas, normalmente da Inglaterra ou França. Segundo Mestre Wal, em entrevista realizada em 2.007, principalmente a manutenção das mesmas é

⁶⁶ Em Gondomar, o trabalho de “encher” é entregue às “enchadeiras”, ou seja, mulheres que intercalam o trabalho da casa com o da filigrana em busca de uma renda complementar (CARDOSO, 2.001).

muito dispendiosa. Além de serem muito caras, pelo fato de serem importadas. Mas segundo ele, as nacionais não são de boa qualidade.

As ferramentas atuais são muito distintas das utilizadas antigamente, as quais são consideradas como bastante rústicas e exigiam grande esforço físico por parte dos ourives. Entre elas se pode apontar o cadinho, onde se coloca o ouro puro, o maçarico, o gás de oxigênio usado para derreter o ouro, o laminador elétrico, o laminador manual, a fieira. Além disso, no processo de purificação do ouro e limpeza das peças usa-se também o ácido amoníaco, a politriz que é uma ferramenta utilizada no processo de polimento e limpeza das jóias, a escova de pano, a escova de cabelo, água com amônia e sabão.



Foto Raphael Mendes

Segundo os ourives as ferramentas necessárias ao processo são:



Foto Raphael Mendes

Alicates- Utilizado para cortar, fazer dobra, fazer argola, para segurar, para firmar, puxar fios. Temos: alicates do bico chato, alicate do bico longo, alicate do bico redondo, alicate meia cana. Todos são fundamentais, como a pinças também para pegar soldas, empurrar solda.



Foto Raphael Mendes

Arco de serra - instrumento cortante, com lâmina dentada de aço.



Foto Raphael Mendes

Cadinho - Pequeno recipiente de barro refratário utilizado para derreter o ouro, a prata, para que sejam fundidos. Ele suporta altíssimas temperaturas quando vai à forja e pode ser de diversos tamanhos e formas.



Foto Raphael Mendes

Cabo de chicote - Ferramenta que possui diversas utilidades tais como: enrolar fios, lixar, polir, perfurar pequenas peças.



Foto Raphael Mendes

Compasso - Ferramenta para medir o tamanho dos fios para se fazer uma peça, ou mesmo para estabelecer medida.



Foto Raphael Mendes

Escovas – usadas para varrer pó de ouro, para juntar os fragmentos e também para limpar as peças no final do processo.



Foto Raphael Mendes

Fieiras - Pequenas barras de ferro ou de aço, de tamanhos diversos, com pequenos orifícios graduados dispostos em ordem decrescente. Elas também podem ser redondinhas e servem para puxar os fios.



Foto Raphael Mendes

Forja - Serve para derreter o metal e extrair as impurezas dele

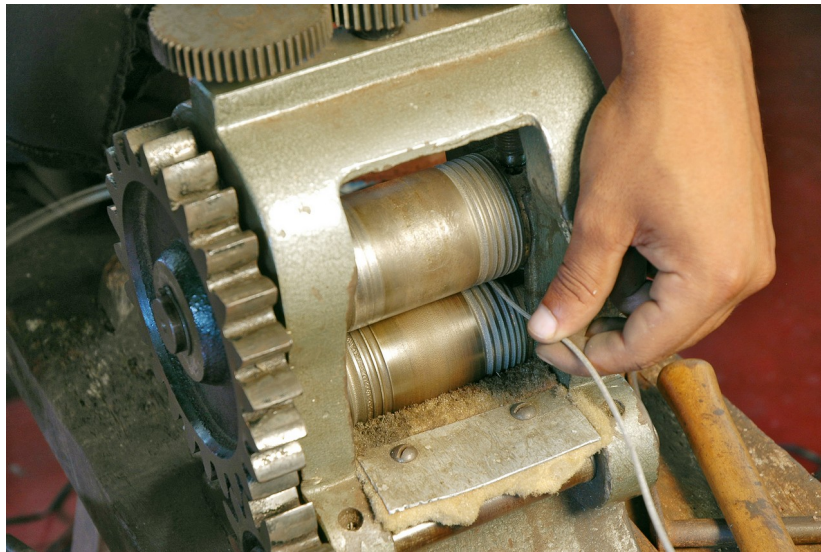


Foto Raphael Mendes

Laminador - Ferramenta composta de dois cilindros ou rolos sobrepostos que ao puxar os fios de ouro ou prata os deixam na espessura desejada. O laminador apresenta sulcos na forma quadrada ou de meia cana, com larguras variadas ordenadas em decrescente e destinam-se a produzir fio.



Foto Raphael Mendes

Martelos - Tem martelos de vários tamanhos e formatos, martelos de madeiras (para fazer as bolinhas), de borracha (diversos usos), de chifre (geralmente usados para desempenar alianças e anéis, para não amassar). Dependendo da necessidade você bate com o martelo de ferro, dependendo você bate com o martelo de chifre, dependendo você bate com outro martelo de borracha, tem peça que não pode amassar.



Foto Raphael Mendes

Micrômetro – Usada para medir a espessura dos fios, mede-se o fio por micra. Ou também pode-se dividir a medida por milímetros.



Foto Raphael Mendes

Morsas- Existem vários tipos de morsas - morsa de mão, morsa de mesa. Em geral são usadas para sustentar o fio, uma peça dura para laminar, para firmar a peça.



Foto Raphael Mendes

Paquímetro – usado para medir a largura. Por exemplo, a largura de uma aliança, a largura de um bracelete. O paquímetro é dividido em milímetros.



Foto Raphael Mendes

Pau de medida –aneleira - Servem para desentortar e medir anéis e alianças. O **Tribulet** – este mais comprido e escuro serve para desempenar aliança, algum anel, para colocar na medida, moldar a caixinha de anel. – dar a forma, oval, quadrado, triangular, quadrado com quina, Quadrado sem quina - porém todos tem a função de desentortar, medir. Diz o aprendiz: *você dá a volta com alicate então vai, leva no tribulet para dá uma forma bem arredondada.*



Foto Raphael Mendes

Pinças- Existem basicamente dois tipos de pinças que servem para segurar uma peça, que vai ao fogo e a outra que é usada para soldar as peças. A Pinça da ponta mais grossa que é para segurar elos e a pinça fina para pegar solda.



Foto Raphael Mendes

Rilheira -Peça de ferro usada como molde que recebe o ouro enquanto está em forma líquida é onde se funde a chapa.



Foto Raphael Mendes

Tesoura - Cortar fios, cortar soldas e cortar chapas. Algumas delas são também usadas para cortar o fio que vai encher a peça.



Foto Raphael Mendes

A mesa do ourives – A mesa ou bancada do ourives forma um mobiliário complexo, composto por um conjunto de elementos fundamentais para o trabalho do artífice, é onde também se expressa sua identidade. As mesas em geral possuem a mesma estrutura, mas cada mesa é única, é onde o artesão executa seu trabalho, guarda suas ferramentas e seus objetos pessoais que lhes possibilita dar o seu toque pessoal a peça realizada.

É importante registrar que apesar das inovações introduzidas nos últimos séculos, o processo na atualidade ainda se parece muito com a ourivesaria realizada nos séculos anteriores.

Herança portuguesa & africana

Tal como já afirmado, a atividade escravista mineradora foi a predominante no antigo norte de Goiás e de acordo com Santana (2.008), com a valorização financeira dos escravos nas zonas auríferas, o comércio dos mesmos aumentou significativamente, ainda que os escravos e as escravas não trabalhassem apenas na atividade mineradora.

Como no período não havia interesse na plantação para subsistência local, esta era estimulada pelas autoridades, preocupadas com a produtividade das minas e, sobretudo para que a mão-de-obra escrava não fosse dividida. Contudo, segundo Apolinário (2.000, pg. 35), quando o ouro foi se tornando escasso, o escravo passou a ser indicado como estratégica para a crise: *Com o declínio da economia aurífera da capitania de Goiás, os escravos negros que quase não eram citados nas correspondências oficiais dos capitães-generais passam a ser referendados como instrumentos salvacionistas de uma realidade econômica em declínio.*

População negra

Parente (1.999) destaca que o negro teve uma importância fundamental nas regiões mineiras. Pois além de ser a mão-de-obra básica em todas as atividades, da extração do ouro ao carregamento nos portos, era também uma mercadoria de grande valor. Primeiro, a quantidade de negros cativos foi condição determinante para se conseguir concessões de lavras e, portanto, condição para que um branco se tornasse mineiro. Depois, com a instituição da captação no lugar do quinto, o escravo tornou-se referência de valor para o pagamento do imposto. Neste, era a quantidade de escravos matriculados que determinava o quanto o mineiro iria pagar em ouro para a Coroa.

Mas no que toca às informações sobre esta população, como afirma Apolinário (2.000, pg. 50) [...] *os dados para se analisar, mais profundamente a demografia da população escrava, não só no norte goiano, mas de toda a capitania de Goiás, são fragmentários e descontínuos.*

E, por sua vez, as narrativas das e dos nativitanos são marcadas pela história oral, por muitos mitos, lendas, estórias, por suas próprias formas de construir sua história, ancorados em vários dados de realidade. E parecem não confiar na legitimidade daqueles que são fornecidos pela história oficial. Neste sentido, afirma-se, por exemplo, que no auge da mineração, no século XVIII, deslocaram-se para a cidade um número muito maior do que o registrado, cerca de 40.000, como pode ser observado na fala de Simone Camelo Araújo (entrevista em 18/05/2.007):

Então essa questão dos escravos, às vezes eu fico imaginado que realmente tinha que ter muita gente, porque Natividade não era só aqui, então nós temos que pensar quarenta mil na região ... então se você pensar, se você vai numa região lá no Morro de São João, quase lá na divisa Silvanópolis, você pega ai, você vem para região de cá para o lado de Conceição, você vai quase a Dianópolis, você pega uma grande região e vê que eles deixaram vestígios em várias localidades, então tem vestígios de exploração e essa exploração era manual. Ai as pessoas falam na fazenda tal tem lá uns muros de pedra, tem ali escavações que você vê que tem muito cascalho lavado, então como era braçal pode ser que existiu. A gente ... nos registros oficiais não existe essa quantidade, no ano de mil setecentos quarenta e poucos e cinquenta que seria o apogeu do ouro, não existia registros de que existia essa quantidade de escravos de toda a capitania, então você analisa o que tem hoje, esses vestígios tinha que ter muita gente. Aquela quantidade que tem registrada, eu acho que era muito mais até porque os números oficiais naquela região que vinha para cá quem ia ficar, não é? A pessoa que pegou lá uma carta de autorização para explorar determinada mina e espaço, pegou e falou: olha, eu estou indo com cem escravos mais ai na realidade chegava com duzentos, entendeu? Porque às vezes tinham locais que a tributação era em cima da quantidade, num período que era de escravo registrado, então o explorador sabia de tudo isso e normalmente o português que vinha de uma área ou região que já tinha explorado, os africanos que vinham de regiões especialistas em mineração. Então, eu acredito muito nisso de que os [números] oficiais sejam bem menores e que talvez não chegue a tanto mais que era bem maior porque tem vestígios para tudo que é lugar da mineração.

De qualquer forma, Santana (2.008) aponta números importantes em relação à distribuição populacional do então norte de Goiás no período compreendido entre 1.739 e 1.800. No ano de 1.785 a população do norte goiano já seria composta, na sua maioria, por escravos negros, ou seja, dos 13.635 habitantes desta região, 4.509 eram livres e 9.126 eram escravos, perfazendo estes 66,9% do total da população, confirmando a forte presença do escravismo na cultura tocantinense.

Além destes números, não se deve deixar de destacar que a vida dos escravos era muito penosa: *As péssimas condições de trabalho deixavam os escravos à mercê de diversos males, como, gripes, pneumonias, pleurites, desvios na coluna e outras enfermidades próprias da garimpagem* (APOLINÁRIO apud PALACIN, 2.000, pg. 77).

Em Natividade, a extração do ouro também se ancorou na mão-de-obra escrava. Os vestígios dessa presença estão em todas as partes do território: desde a ruína da igreja nunca concluída até às formas das jóias.

No Tocantins o negro foi a base de mão-de-obra na mineração de ouro em Natividade, Arraias, Conceição, Chapada, Monte do Carmo. Trabalhou na cana, no fumo, no algodão, quando o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, ao lado do brigadeiro Felipe Antônio resolveu desenvolver a navegação mercantil no rio Tocantins com a Praça de Belém do Grão-Pará. O negro praticou a agricultura de subsistência, exercendo ofícios variados, fez o serviço doméstico. (SILVA, 1.996, pg. 101).

Negros Sudaneses

Segundo os inventários realizados em Natividade, grande parcela dos escravos que constavam desta documentação era de brasileiros, filhos de escravos sudaneses, especialmente Mina e Nagô. As etnias Mina e Nagô são reconhecidas por serem detentoras de técnicas de mineração, sendo as escravas Minas, bem como as de origem Moçambicana, famosas por seus balangandãs.

Os sudaneses eram, normalmente, adquiridos na Bahia, deslocavam-se em comboios do Recôncavo Baiano, via sertão do São Francisco em direção a Natividade. Os Bantos, por sua vez, no geral, afluíam para a região, vindos do porto do Rio de Janeiro (SANTANA, 2.008).

Sudaneses eram procedentes do Golfo de Benin, na África Ocidental: Nagô, Iorubá, Jejê, Mina, entre outros (APOLINÁRIO, 2.004). Os negros Minas eram freqüentemente, utilizados na mineração, por já trazerem da África métodos de extração aurífera. Neste continente, conheciam a mineração de ouro aluvional que coletavam na curva do rio Niger, nas áreas de Baimbuk e Buré, desde a Idade Média. Trouxeram importantes técnicas de mineração e possivelmente de joalheria (como era de costume na África Ocidental) para a vila de Natividade (APOLINÁRIO, 2.007).

A metalurgia africana, em vários aspectos, encontrava-se em um estágio tecnológico mais adiantado do que a dos europeus e os negros faziam parte dos:

[...] povos de língua ewê, do Togo e Daomé (do grupo kwa), segundo Pierre Verger, provenientes dos portos ao longo da Costa do Daomé, mas teria emigrado na opinião de Vivaldo da Costa Lima, da região da Mina (Gana) para a região de Anexô (entre os atuais Togo e Daomé) (APOLINÁRIO, 2.004, pg.46).

De acordo com Alberto Costa e Silva (1.996), as principais regiões originárias onde se explorava o ouro, por volta do século XVI, fosse de origem aluvional ou de rocha em profundidade, eram a Núbia, Banbuk (nos limites da Guiné-Conacri), Lobi (sobre o rio Volta Negro), o país dos Ashanti (no atual Gana) e o planalto oriental de Zimbábue.

Os Minas foram os escravos mais utilizados durante a faina extrativa das minas de Goiás, especialmente no século XIX. E, de fato, eram valorizados, na medida em que traziam da África várias técnicas de extração aurífera. Tanto assim que havia uma crença entre os luso-brasileiros que investiam nas áreas mineradoras do Brasil de que estes escravos tinham poderes de descobrir ouro. O fato é que há séculos, homens e mulheres da Costa da Mina conheciam as técnicas de mineração e também de fundição de metais preciosos. O que teria levado os traficantes luso-brasileiros a escolherem os negros e as negras Minas teria

sido principalmente o seu conhecimento sobre as técnicas de mineração e de metalurgia (APOLINÁRIO, 2.007).

Isto, apesar de que, segundo Paiva (2.002), o termo Mina suscite interpretações, pois a origem do mesmo está associada com o castelo de São Jorge da Mina. Este foi construído pelos portugueses em 1.482 na costa africana onde, na atualidade, localiza-se Gana. A região passou então a ser chamada de Costa da Mina. Os escravos embarcados nos portos existentes nessa região eram, então, chamados de Mina. Ou seja, levavam a denominação de onde eram embarcados, ainda que pudessem ser oriundos de outras regiões.

Os Minas, assim como outros povos africanos foram agentes de mediação cultural junto aos habitantes da capitania de Goiás. Mesmo que tenham existido adaptações, resignificações e hibridações culturais, os escravos e escravas da região da Costa da Mina tornaram-se atores singulares, ao criarem espaços de liberdade e de resistência ao moldarem e reorganizar as práticas culturais da sociedade escravista mineradora, entre elas o “saber fazer”. Acredita-se, portanto, que as mãos de escravos negros tenham contribuído para resignificar as formas, traçados e símbolos que passaram a adornar os corpos das senhoras de escravos, das brancas, das negras forras. Jóias que até os dias atuais fazem parte da cultura material e imaterial da sociedade nativitana.⁶⁷.

Portugal

Em Portugal, o uso da filigrana em objetos é bastante tradicional. No Brasil e em especial em Natividade este não é tão habitual, a filigrana se faz presente mais especificamente nas jóias. A herança portuguesa da técnica da filigrana atravessou séculos e tem se mantido viva pelas mãos de mestres ourives nativitanos, remetendo-se, além da herança portuguesa, também às origens etno-linguísticas da escravaria, sobretudo a dos negros e das negras Mina, provenientes da Costa do Ouro.

Segundo Sousa (2.000) a aprendizagem do ofício da ourivesaria em Portugal começava muito cedo e mais cedo ainda se o rapaz fosse filho de ourives, ou seja, por volta dos sete ou oito anos. Eles começavam por observar e copiar os passos de seu pai,

⁶⁷ A este respeito consultar, em particular, as obras de APOLINÁRIO (2.004 e 2.007).

preparando-o para o que seria sua futura profissão. Ferreira –Alves (1993, p. 24 In: Sousa 2.000, p. 21):

[...] o regimento dos Ourives de Ouro, de 1.740, refere que os filhos de ourives não precisavam dos oito anos de aprendizagem nem dos dois como oficiais, uma vez que desde piquenos serem creados no mesmo officio e terem mais individual noticia pela inclinação natural e practica que lhes dão seus pais de dia como de noite no actual exercício do mesmo officio.

Diferentemente do Brasil, a realização de contratos notariais entre o mestre de uma oficina e o responsável pelo aprendiz até o século XVIII era obrigatória para o processo de aprendizagem. Esta era uma exigência da corporação e dos estatutos que visavam garantir a educação moral e profissional do artista, bem como também proteger sua família. Mas a partir da crise que abateu sobre a ourivesaria no final dos oitocentos e início dos novecentos em Portugal, estas regras se modificaram, passando a valer mais os acordos ancorados na palavra e na honra dos vizinhos, como, de resto, ocorria em Natividade. Da mesma forma que lá ainda prevaleciam relações de parentesco, e os primeiros anos de aprendizado impunham dedicação e empenho e estes eram duramente cobrados. Exigia-se do aprendiz vontade de aprender, pois a ele cabiam, no início, os trabalhos de varrer a oficina ou limpar as mesas no processo de conhecimento dos instrumentos, ferramentas, materiais e técnicas básicas do ofício (Sousa, 2.000).

Segundo Sousa (2.000), muitos dos ourives portugueses continuam ainda hoje a executar técnicas antigas, de raízes perdidas e hoje ameaçadas por modismos ou pela industrialização das peças. Mas do mesmo modo que no Brasil, estes buscam em formas menos duras de exercerem o ofício. Na verdade, tudo aponta no sentido de que muitas das tradicionais técnicas já se perderam no tempo.

De todas as técnicas de ourivesaria utilizadas nas oficinas portuguesas, a filigrana foi aquela que conheceu a glória suprema em Portugal. Sousa (2.000, p. 34) aponta que:

[...] originária do Mediterrâneo Oriental e trazida pelos fenícios para a Península Ibérica, a partir do século VIII a. C., a filigrana foi desde então continuamente empregue na ourivesaria hispânica, usada sobretudo como elemento decorativo em peças já formadas. Contudo, ao longo do século XIX, a filigrana adquire um carácter autónomo no seio da ourivesaria portuguesa, com particular destaque de Gondomar e Povia de Lanhoso, as duas capitais da filigrana em Portugal; do Brazão de Gondomar pende o coração de filigrana, rival da caravela, ambos “ex-libris” do conselho.

As cruzes de malta, os corações e as caravelas são peças tipicamente portuguesas e [...] da povoa de Lanhoso célebres são as cruzes de caneção com resplendor filigranado, os relicários ou memórias, as argolas de bambolina e de requife, a contas olhos de perdiz juntamente com uma grande variedade de trancelins que contribuíram para enaltecer o trabalho destes ourives. (Idem, pg. 35)



jóias na casa de ourives em Gondomar
fotos Sandra Lima 2007



mestre ourives de Gondomar sr. José



jóias na casa de ourives em Gondomar -

As jóias usadas na corte portuguesa do século XVIII atingiram um elevado grau de esplendor. Nas jóias femininas, destacavam-se colares, brincos, alfinetes, anéis, braceletes e variados adornos para os cabelos, porém a tiara só surgiu em fins do século. As jóias masculinas revelavam um mundo dominado pela elegância que foi, possivelmente, indicando o período que pode ser considerado o último de esplendor da joalheria masculina ocidental: alfinetes de chapéus, relógios com correntes, fivelas para mantos e sapatos, botões e insígnias. Na segunda metade deste século surgiu o laço que, como o nome indica, é uma jóia desenhada em forma de laço de fita na qual se acrescenta um pendente. Produzido em

ouro ou prata e guarnecido com diamantes, o laço podia ser alfinete para roupas ou chapéus, brincos ou pendente no centro de um colar (PEDROSA, 2.008) ⁶⁸.

Do mesmo modo que em Natividade, Sousa (2.000, pg. 69) aponta que em Gondomar e Pova de Lanhoso, em Portugal, subsistem algumas oficinas tradicionais de caráter familiar, de dimensões reduzidas e empregando um número limitado de artesãos, quando não apenas o próprio proprietário. *Muitas delas e no que diz respeito à organização do trabalho e da produção, aproximam-se das suas congêneres do início do século.*



Oficina mestre ourives de Gondomar sr. fotos Sandra Lima 2007



mesa mestre ourives de Gondomar sr. fotos Sandra Lima 2007

A literatura portuguesa indica uma relação estreita entre o uso das jóias e dos metais preciosos e as relações amorosas. Em Portugal, citando SOUSA (2.000, pg. 21):

⁶⁸ Julieta Pedrosa. A JOALHERIA PORTUGUESA NO SEC. XVIII. <http://www.joiabr.com.br/artigos/jan04.html> . Consultado em maio 2008.

[...] trocam-nas os namorados em momentos únicos de sua relação como nas declarações de amor, na oficialização do namoro, no pedido de mão ou no dia do casamento; o ouro converte-se num símbolo de fidelidade e amor eterno da união conjugal.

Associação também presente em Natividade. Em geral as jóias são tratadas como “prendas” a serem ofertados ao bem amado ou amada.

É possível perceber também, da mesma forma que no Brasil, uma relação estreita da ourivesaria com as relações de poder e com os festejos religiosos. E segundo SOUSA (2.000), do mesmo modo que no Brasil as jóias eram usadas em Portugal, como símbolo de riqueza e ostentação, pois o ouro servia publicamente para avaliar a fortuna de uma família ou comunidade. Famosos ficaram os relatos que estudiosos e viajantes nos deixaram das festas religiosas e respectivas procissões solenes, onde os anjinhos vergavam com o peso do ouro e os andores e respectivas imagens carregavam os cordões, trancelins e todo um universo de peças do mesmo metal. Em dias de festa e romaria as mulheres ostentavam todo o seu ouro. No caso de Natividade isso ainda é muito evidente, nas festividades as mulheres e homens se vestem com suas jóias. Na festa da Padroeira, Nossa Senhora da Natividade por exemplo, ainda se usa enfeitar a Imagem da santa com jóias das famílias mais tradicionais e abastadas.

Até os anos setenta do século XX, as transformações operadas nos espaços portugueses não teriam sido muito significativas, mas mudanças pontuais são visíveis na atualidade, tais como o uso da energia elétrica, o afastamento de alguns instrumentos que se tornaram obsoletos como o pião e o maçarico bucal.

E a ourivesaria portuguesa nos últimos anos tem sofrido reveses, o que coloca em risco sua permanência. Aponta Sousa (2.000, p. 69) que:

Processos mecanizados têm sido introduzidos em muitas oficinas antigas ou recém-criadas, concorrendo com os instrumentos tradicionais que teimosamente vão se mantendo ... o futuro da ourivesaria tradicional parece incerto para alguns apesar dos esforços que tem sido feitos na protecção e divulgação desta actividade e pela criação de selos de garantia para a filigrana e cinzelagem. ... muitas destas oficinas irão desaparecer, com os seus actuais proprietários, outras serão criadas com um equipamento mais sofisticado e as restantes procurarão adaptar-se às novas

necessidades, abandonando os processos tradicionais por serem demais morosos e dispendiosos. Ao mesmo tempo surgem na ribalta jovens artistas com outra formação, criadores de peças que satisfazem os mais recentes gostos e sensibilidades.



Portuguesa - tradicionais brincos em Lisboa – fotos Sandra Lima 2007 Vitrine de jóias em Gondomar – – fotos Sandra Lima 2007

Por um lado, coloca-se, portanto a questão em relação à ourivesaria portuguesa: [...] *poderá a ourivesaria tradicional encontrar uma luz no diálogo entre o grupo e algumas das nossas oficinas?* Sousa (2.000, p. 69).

Mas por outro lado, muitos locais tradicionalmente focos de produção de jóias em filigrana em ouro e prata, em Portugal mantêm suas características próprias, o que evidencia sua peculiaridade e a beleza a sua arte, do mesmo modo que ocorre em Natividade.

E, em ambos os contextos, técnicas e processos milenares nos chegam da raiz dos tempos e conheceram lentas modificações no decurso da história e hoje são repetidos em pequenas oficinas tanto no norte de Portugal quanto em Natividade no norte do Brasil.

De qualquer forma, o que se quer aqui destacar é que existe toda uma similaridade no que toca à ourivesaria portuguesa e nativitana, também em relação às oficinas e ao processo de trabalho, não obstante as especificidades de cada uma delas.

Religião & Religiosidade

A técnica da ourivesaria insere-se em uma trama de pertencimentos que permeiam a vida da comunidade nativitana. Nesta trama destacam-se os reavivamentos e os rituais. E dentre estes, as festas religiosas e entre essas, a festa do Divino.

Neste sentido, afirma Catroga (2.001, pg. 48):

A memória só poderá desempenhar sua função social através de liturgias próprias, centradas em reavivamentos, que só os traços-vestígios do pretérito são capazes de provocar. Portanto, o seu conteúdo é inseparável dos seus campos de objetivação e de transmissão – linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos – e dos ritos que o reproduzem. O que mostra que, nos indivíduos, não haverá memória colectiva sem suportes de memória ritualisticamente compartilhados. ... É certo que a memória também pode operar a partir de traços inscritos na mente, mas a socialização do suporte exige revivificações rituais ...

Cada modelo de jóia possui um sentido especial, mas aquelas que expressam símbolos cristãos, as quais são usadas tanto por devotos quanto por não devotos, sobressaem. Os lugares que se remetem à prática e à experiência religiosa são muito importantes, ainda hoje em Natividade: a Igreja de Nossa Senhora da Natividade, a Igreja de São Benedito, e a Ruína Igreja de Nossa Senhora do Rosário, templos do período colonial e que são das mais importantes referências culturais da comunidade. Também o calendário local é marcado pelas Festas Religiosas, sendo as maiores celebrações a Festa do Divino, A Festa de Nossa Senhora de Natividade e a Festa do Bonfim, momentos especiais para se usar os crucifixos e as pombinhas do Divino, além de outras jóias.

A memória forja a coesão entre sujeitos individuais e coletivos. Como um dado sempre construído, ela informa não a imobilidade, mas ao contrário: escolhas são feitas pelos indivíduos no tempo. Assim, as jóias confeccionadas na cidade têm, geralmente, um caráter fortemente religioso e se revestem de símbolos do passado. Elas estão investidas de sacralidade, como pode ser percebido na fala da nativitana Simone Camelo Araújo

(entrevista realizada em 2.007). Nessa se destacam a importância do coração e da peixe e a origem articulada da ourivesaria em Natividade com a religiosidade vivenciada nos tempos da Colônia.

[...] as jóias mais tradicionais eram ligadas mais à religiosidade mesmo. Os símbolos maiores eram a questão do Divino ... O homem o Divino, e o peixe para mulher. Esses são os mais tradicionais. Peixe é um símbolo cristão, não é? Peixe é um símbolo cristão. É ... agora, hoje, hoje em termos de tradição, quando se fala em peças, a pessoa visualiza mais a questão do coração em filigrana. Mas o coração foi já uma referência ... ele se destacou porque ele é muito difícil de fazer ... quando os meninos da ourivesaria, passaram a fazer. Certo? Ai, deslanchou, tem muitas encomendas, porque os corações que eram, mais antigos, eram peças mesmo raras, não é? Então, quando os meninos da ourivesaria ... passaram a confeccionar que popularizou essa ... Ai quando você fala em peça tradicional, as pessoas lembram do coração. É, citam mais o coração. Mas a questão de tradição mesmo, as mais tradicionais é, as mais usadas, as mais confeccionadas, eram mais ligadas à religiosidade. Eram peças principalmente que as pessoas usavam mais nas festividades religiosas. Então é o crucifixo, o peixe ... vinha no brinco, não é? Vinha como pingente, não é? É, tinha, se confeccionava muito ... Por exemplo, se você não comprasse, o anelzinho na Sexta Feira da Paixão, certo? Sempre tinha que comprar ... aquele que tem uma cruzinha e um coraçãozinho, no anel. E era também tradição ... Há essa relação com, dentro dessa questão da religiosidade das peças. Entra aí a questão não só do Sagrado Coração de Jesus, mas levando um pouco mais adiante, a questão do amor entre os irmãos. Da fraternidade. Dessa relação de amor entre os irmãos. O coração simboliza isso. Daí vem a questão do crucifixo não é? Vem do ... do peixe o cacho de uva, não é? Nos brinquinhos não é? Todos são símbolos, que retratam aí a religiosidade de nosso povo ... a uva é o que produz o vinho não é? E o vinho, é o sangue do Cristo. Tanto é essa relação que você vê, não é? Nas ornamentações e tudo, sempre tem não é? O cacho de uva, que daí extraem o vinho, não é? Essa relação ... Agora, as peças que mais são procuradas hoje, pelos clientes é o coração. Eu acho que perdeu muito o peixe, o que a gente chama de peixe, é esse espaço, porque ficou muito tempo sem pessoas confeccionar, não confeccionava com boa qualidade, não é? Hoje o Wal confecciona muito bem, mas ficou um grande período sem confeccionar.

E de sua história pessoal, destaca:

[...] eu tenho um peixinho, que eu ganhei no dia que eu nasci ... Então o significado não é só aquela peixe ... o significado é que eu ganhei no dia em que eu nasci ... Eu recebi um símbolo cristão.

E o entendimento da religiosidade nativitana demanda elementos de compreensão, os quais dizem respeito à construção da religiosidade brasileira.

Religiosidade brasileira

Vários autores e autoras, tais como Queiroz (1.976) e Oliveira (1.985) destacam a particularidade da expansão do catolicismo no Brasil: número pequeno de sacerdotes em relação à extensão do território e conhecimentos religiosos parcos. Assim, deu-se no novo continente, uma reorganização e uma re-interpretação do catolicismo ultramarino.

Afinal, concordando com Chartier (1.991, pg. 16): *A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.*

Uma das características deste processo diz respeito a que o catolicismo sempre teve, sobretudo para as camadas populares, uma função mais social – reforço da solidariedade grupal - do que propriamente religiosa, concretizada através da festa, da novena, do batizado. O caráter dogmático, doutrinário, de aperfeiçoamento espiritual secundarizou-se em relação àquelas (OLIVEIRA, 1.985).

Neste sentido Holanda (1.995, pg. 150) refere-se ao catolicismo brasileiro em termos de [...] *uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade ...*

O sincretismo religioso brasileiro é, portanto, entendido por este autor (HOLANDA, 1.995, pg. 151) porque o brasileiro seria livre, abandonando-se [...] *a todo repertório de*

idéias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-as sem maiores dificuldades. E os diferentes cultos também transitavam entre si.

Tal como diria Brandão (1.988, pg. 50) [...] *no catolicismo, tal como o povo brasileiro o vive e significa, há uma pluralidade de modos de ser que configuram uma pluralidade de maneiras de participar.*

Assim, segundo Queiroz (1.988) em termos de religiosidade, no final do século XIX já podia ser identificado: na Amazônia se destacava a integração indígena com o catolicismo, enquanto onde houve presença de mão de obra escrava, interpenetrações afro-brasileiras. Exemplificando esta última, na reprodução fotográfica de Francisco da Costa, abaixo, pode-se observar que a mulher usa braceletes e cordões que Raul Lody (2.001) relaciona ao poder do candomblé.



Ermakoff, George: **O negro na fotografia brasileira do século XIX.** Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial, 2004.

Ademais, a dimensão de salvação cristã (vida pós-morte) também se secundarizou no país em relação à dimensão mágica: pedidos, solução de problemas, graças, milagres (saúde, afetos, trabalho). Pode-se afirmar que o catolicismo brasileiro é um catolicismo mágico. Além do mais, também se pode afirmar que se formou um catolicismo oficial e um catolicismo popular, ainda que esta distinção não seja apenas um fenômeno brasileiro.

No Brasil Colônia identifica-se um caminho bastante sinuoso quanto às jóias. Sabe-se que na Bahia, durante os séculos XVIII e XIX, as escravas portavam adereços como os balangandãs, formados por diversos objetos que tinham um cunho mágico, sobretudo de proteção. Figas, tambores, pássaros, flores, dentes feitos de ouro ou prata eram ornamentos/objetos que caracterizavam as escravas (que poderiam ser de ganho) e pretas forras da Bahia. As figas são tradicionais. Desde sempre essas foram utilizadas com o intuito de se obter proteção e boa sorte. Isto é um fato também em Natividade: elas continuamente foram usuais, em geral dadas às crianças ao nascerem, para sua proteção. São objetos que permanecem na cultura brasileira, ancorados em uma ancestralidade portuguesa, passando pelos balangandãs da Salvador colonial aos pingentes presentes na joalheria brasileira.

Abaixo, o primeiro balangandã traz um pequeno globo bastante próximo àqueles da flor de maracujá. O segundo traz o quase obrigatório coração.





Os dois balangandãs estão em: Ermakoff, George: O negro na fotografia brasileira do século XIX. Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial,

O uso de balangandãs à cintura servia para proteger contra maus olhados à portadora e alguns podem ter sido usados segundo preceitos religiosos (devoção ou proteção), mas este adorno sem importância para uns é um indicador da condição sócio-econômica para nós. Esses penduricalhos eram representações de fertilidade, sexualidade e de poder exercido pelas mulheres sobre o processo de formação da família e dos grupos sociais. A figa latina, representada por uma mão humana com o polegar colocado entre os dedos indicador e médio pode significar um ato sexual ou o órgão sexual feminino, por isto, foi usada para combater a esterilidade e lhe são atribuídos poderes contra o mau-olhado⁶⁹.

Neste sentido, a joalheria nativitana, pode ser compreendida também a partir da abordagem que Lody (2.001, pgs. 42 e 43) orchestra ao se referir à joalheria brasileira dos séculos XVIII e XIX:

Um ponto relevante no estudo da joalheria brasileira e em especial daquela de uso e representação da cultura africana e afro-brasileira está justamente no controle do Estado na época do Brasil colônia,

⁶⁹ OZANAN, Luiz. As jóias dos negros: usuários e artífices nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista da FADOM*, Divnópolis, n. 13, p. 61-77, 1º semestre de 2003.

ditando a visualidade do homem europeu, do negro, do crioulo, cabra, mulato e indígena. As condições sociais e econômicas já impõem um elemento de bens materiais que identificam e ao mesmo tempo rotulam indivíduos e grupos em diferentes faixas na sociedade complexa ... Apesar da nítida incorporação de técnicas mocárabes, como a filigrana em prata e ouro, bem como alguns modelos de correntões de pescoço, brincos e outros objetos de adorno corporal, a chamada joalheria crioula afro-brasileira sofreu ajuste em estilo, apoiando a caracterização da mulher africana, mulata ou crioula no Brasil. As peças estavam mais para os volumes e força quantitativa onde muito ouro e prata barrocamamente ajazavam corpos e trajes de gala, entre eles o de Beca ... as penças ou molhos de balangandãs ou de amuletos estão incluídos nesse exagero de adornos forçando o ideal de riqueza e poder dos senhores coloniais.

Os mitos fundantes de tradições de devoção popular a santos católicos têm vários elementos em comum: ancoram-se na combinação de elementos da cultura local & referências de mitos bíblicos, dogmas do catolicismo, o nascimento, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. Ademais, a este conjunto, juntam-se outros elementos da sociedade envolvente. O santo associa-se ao sagrado, insere-se em uma dimensão real, poderosa, significativa (TURNER, 1.974). O santo, enquanto espírito encarna o santo, enquanto imagem.

A Festa do Divino – culto à Santíssima Trindade ou o Divino Pai Eterno

Em Natividade, a maioria dos cidadãos possui uma jóia nativa, participa das festividades do Divino e muitas das jóias nativas remetem-se ao Divino.

A imagem do Divino percorre colos, mãos, dedos. Passa pelas ruas e becos da cidade, permeando seus arredores, incluindo o sítio de D. Romana, que apesar de não participar da

organização católica da festa, aí congrega devotos, e de seu sítio sai outra folia, como já informado anteriormente.

A festa é vivenciada e celebrada de forma intensa e ao mesmo tempo diversa por todos ou pela grande maioria dos nativitanos. Catolicismo brasileiro popular tradicional, centrado na crença nos milagres e na devoção aos santos. Vários cultos, devoções, rituais, como é o caso da festa do Divino congrega uma maioria católica, mas não se pode afirmar que exista uma unanimidade de sentidos: diferentes leituras por parte de diferentes categorias que dela participam. Trata-se de uma polifonia de sentidos, de interpretações e de vivências. Por um lado, a festa é uma tradição que resiste às reformas do catolicismo e da sociedade regional - local. Por outro, renova-se constantemente.

A intrincada relação do cotidiano, do ciclo anual marcado pelas festas religiosas, sobretudo a do Divino é explicitada por Simone Camelo Araújo, em entrevista concedida no dia 18 de maio de 2.007.

É interessante a questão da zona rural, não é? As folias têm um papel fundamental nisso, de ir até essas pessoas através das folias, então isso transforma, porque você tem quarenta dias, que são três momentos ... três momentos a cada noite, a cada dia, e durante todos os dias, as pessoas param todas suas atividades, não só elas, mas para receber o Divino, para estar falando do Divino, ouvindo o Divino. E não é só aquele dia que visita elas, tem todo os preparativos e normalmente quando sai da sua fazenda, você vai até a outra, então há todo um processo que as pessoas se envolvem com isso, então ele está realmente no cotidiano das pessoas.

Eu por exemplo, estou bem muito próxima, é uma relação muito forte, então desde o início, quando eu cheguei em Natividade, uma das coisas que me tocou foi quando eu vi a festa, porque eu não assistia a uma época longa ... e quando eu voltei em noventa, eu assisti a primeira festa.

Eu disse: eu acho que eu tenho uma grande contribuição a dar para essa festividade, porque eu vi que a festa estava assim descaracterizando, o Padre Joatan vinha fazendo um trabalho de resgate e precisava de algumas coisas importantes ... É, de apoio, então foi quando... A questão da confecção dos bolos por exemplo não é? Tinha muitas receitas que estavam na memória das tias que já estavam lá com oitenta anos e tal. 'Põe mais um pouquinho disso aí, um taquinho disso, põe uma pintada disso'. E disso a gente foi ... hoje se faz uma grande variedade de bolos e que se preservou. Natividade hoje, se não tivesse esses bolos na festa do Divino, talvez

tinha se perdido a confecção, de ponto de confecção de bolo, porque ela consegue mantendo mesmo aquela forma, não é? Fazendo as pessoas mais idosas, fazendo o licor.

Durante os festejos do Divino Espírito Santo todos os espaços se enchem de suas formas e presenças, destacando-se os bolos e biscoitos em formas de pombinhas, os quais enfeitam abundantemente as mesas do Divino, evidenciando a delicadeza do sentimento expresso na tradicional culinária nativitana.

A festa: espelho da complexidade social

Relatos muito interessantes, alguns deles incluídos em um dos vídeos elaborados pela equipe que realizou o INRC de Natividade ⁷⁰, apontam as complexas relações existentes entre poder – ostentação - hierarquia social & celebração - religiosidade, destacando-se, em todas as falas, a festa do Divino, enquanto espaço de visibilização máxima desta complexidade.

Mestre Jesumar Batista, por exemplo, destaca a *competição entre famílias*:

Os fazendeiros ... quando era assim perto da festa do Divino, vinham tudo impecável usavam jóias mesmo ... crucifixos, pulseiras ... Minha mãe usava um crucifixo de umas oitenta gramas ... assim desse tamanho. Tinha tipo uma competição entre as famílias ... quem usava as jóias mais bonitas ... pulseira escrava ... de quatro gomos ... de filigrana ... era lindo o negócio...

⁷⁰ Conferir: INRC/Natividade - Vídeo TO010007F1A2 nº42 - Ourivesaria.

Belarmino Rumão, folião do Divino e catireiro ⁷¹, refletindo a respeito do sentido do uso das jóias & ouro, destaca o poder que elas explicitam e sua articulação com a tradição em entrevista realizada em 2.007.

Foto Sandra Lima 2007



Aqui se via muito. Se vê muito ainda na época das festividades a gente vê muito as pessoas, por exemplo a família Araújo, a família Borges, a família Camelo, que são umas das mais tradicionais de Natividade que gosta de viver ... esse espírito imperial, eles gostam de se apetrecharem das jóias, é brinco, é colares diversificados, de modelos diversificados que seja um crucifixo, que seja um peixe, que seja um coração, que seja um, simplesmente uma jóia, mas eles

⁷¹ A CATIRA É UMA FORMA DE EXPRESSÃO MUITO SIGNIFICATIVA EM ALGUMAS REGIÕES DO PAÍS, COMO É O CASO DO ESTADO DE TOCANTINS, E EM ESPECIAL DA CIDADE DE NATIVIDADE. SUA ORIGEM É MUITO DISCUTIDA: ALGUNS DIZEM QUE ELA É AFRICANA, OUTROS TANTOS QUE É DE ORIGEM ESPANHOLA OU MESMO PORTUGUESA. MAS VÁRIOS ESTUDIOSOS DIZEM QUE ELA SE FORMOU A PARTIR DAS TRÊS INFLUÊNCIAS. ALGUNS DIZEM QUE OS BRASILEIROS HERDARAM DOS AFRICANOS, OUTROS INSISTEM QUE SE TRATA DE UM PRESENTE DA CULTURA INDÍGENA. INFORMAM ALGUNS HISTORIADORES QUE OS JESUÍTAS (RELIGIOSOS DA ORDEM DE SANTO INÁCIO DE LOYOLA) USARAM ESSA DANÇA PARA FACILITAR O ENTROSAMENTO DOS ÍNDIOS COM OS COLONIZADORES BRANCOS, O QUE REFORÇARIA A LEITURA DE SUA ORIGEM PORTUGUESA. A DANÇA DA CATIRA NÃO SE LIMITA APENAS EM BATER PALMAS E SAPATEAR. AFIRMA-SE QUE NAQUELE MOMENTO DO EVENTO, O DANÇADOR SE ESQUECE DE COISAS RUINS, TRAZENDO ASSIM MUITA ALEGRIA E DESCONTRAÇÃO, ALÉM DE A DANÇA SERVIR TAMBÉM COMO IDENTIDADE PARA OS INTEGRANTES DO GRUPO. AS CANTORIAS PRESENTES NA CATIRA SÃO UM TIPO DE MODA DE VIOLA ENTOADAS, GERALMENTE, POR DOIS VIOLEIROS, OU POR UM VIOLEIRO E UM TOCADOR DE PANDEIRO. A TEMÁTICA ENFOCADA PODE SER RELACIONADA AO DIA-A-DIA, AO TRABALHO, A AMORES, A DESAMORES, SAUDADES, LUGARES, ECOLOGIA. A DANÇA EM GERAL É MUITO CHAMATIVA EM VIRTUDE DO SEU VIGOR E DA SINCRONICIDADE DA MÚSICA E DOS PASSOS. ELA SE COMPÕE DE UMA SÉRIE DE PALMAS E DE SAPATEIOS RITMADOS, QUE OS CATIREIROS EXECUTAM EM DUAS FILEIRAS – UMA EM FRENTE DA OUTRA, FORMANDO PARES. COMO APONTAM ALGUNS AUTORES, O CATIREIRO PROCURA SEMPRE “PISAR AS CORDAS DA VIOLA”, EXPRESSÃO QUE EVIDENCIA A SINCRONIA ENTRE O TOQUE DO INSTRUMENTO E O BATER DE PÉS E MÃOS. NA VERDADE, COM SAPATEADO OU IMPROVISACÕES DE VERSOS, A CATIRA MARCA, NO SEU DESENNOLAR, TODA UMA SAGA DA CHAMADA MÚSICA CAIPIRA E SEU CANTO, EM PRIMEIRA E SEGUNDA VOZ, QUE HOJE É UMA DAS BASES VOCALIS SE APROXIMANDO MUITO DA MÚSICA SERTANEJA. EM NATIVIDADE ELA É DANÇADA EM CÍRCULO, FORMANDO PARES, E AO SOM DAS MÃOS E DOS PÉS; OS MÚSICOS, QUE SÃO MUITAS VEZES REPENTISTAS E TROVADORES, CANTAM E DANÇAM AO SOM DO PANDEIRO, DA VIOLA E DA CAIXA. OS CATIREIROS COMPÕEM A FOLIA, QUE É PARTE IMPORTANTE PRINCIPALMENTE NA FESTA DO DIVINO. DIZ O SR. BELARMINO QUE ELES LEVAM A MENSAGEM DO DIVINO. A DANÇA TRADICIONAL SEMPRE ESTEVE LIGADA À CULTURA LOCAL E AINDA É MUITO PRATICADA PELOS NATIVOS DA CIDADE. CONSULTAR FICHA/INRC – NATIVIDADE - TO010007F4002 – CATIRA.

estão sempre. Na época da festa do Divino eles estão sempre enfeitados das suas jóias. Isso para quê? No meu ponto de ver para lembrar que a festa do Divino é uma festa e império, é uma festa de rei e rainha. Então ainda que as pessoas que usem aquelas jóias não tenham conhecimento do sentido aonde eu vejo, mas que pelas raízes das festas, pelas raízes tradicionais, é isso que eu senti. Aquela, toda aquela produção é para lembrar o império, lembra rei, rainha, um pouco isso que eu vejo ... A ourivesaria tem um sentido muito profundo na vida do povo de Natividade ... até porque na época da festa do Divino, da Padroeira, as pessoas se enfeitam de ouro, mostrando o poder ... porque o ouro representa poder ... então as pessoas que tem poder aquisitivo, que tem condições de ter jóias se enfeitam naquela época para destacar a tradição ... o que Natividade muito produziu que é o ouro e acima de tudo a sua cultura artesanal. Então o pessoal se enfeita para homenagear o Divino e mostrar o seu poder ...

Por sua vez, Padre Joatan Bispo de Macedo em entrevista realizada em 2.007, também se refere ao uso das jóias & ouro e suas relações com a religiosidade & celebrações do Divino e, simultaneamente, o poder & ostentação (*desfilar as jóias*) de seus portadores:

Quando é que o povo vergava suas jóias ... no dia da festa do Divino e da Padroeira, missa era dias de um desfilar das jóias ... então a relação está no valor do ouro ... é um dia importante... é bom que se leve o ouro, ele então traduz esse sentimento que está no homem, de um louvor a Deus ... de um sei lá mais elevado ... talvez nem todos que levassem o ouro no pescoço percebessem tudo isso ... mas creio que a relação é essa ... celebrar o sentido maior da festa ... do Templo ... do triunfo ... o ouro é como se fosse um sentido pleno do final da vida ...

Simone Camelo Araújo (entrevista realizada em 2.007) também reafirma as articulações existentes entre, por um lado o uso de jóias & ouro, com a religiosidade & festa do Divino:

[...] além da questão da culinária ... nós temos também essa questão do uso das jóias ... então tem peças do Divino ... às vezes se cria peças novas ... sempre se mostrando o Divino Espírito Santo como centro ... então é a época que nós nos vestimos todos do Espírito Santo ... nós usamos as jóias. Se confeccionam o biscoito ... você

vive aquela festa ... o Divino Espírito Santo ornado ... Então na festa do Divino, ela não só usa o Divino como pingente ... mas usa todas aquelas jóias ... jóias com filigrana ... em detalhes ... coração ... crucifixo ... a peixa ... Vem todas as características com esse ornamento ... O uso do ouro traduz este sentimento de louvor a Deus ... a relação é esta para celebrar o sentido maior da vida do povo, que vai para a mesa do Divino são as pombinhas do Divino ... Temos também o uso das jóias ... você vive o Divino Espírito Santo ornado ... com todas as características que mostram como o povo se ornamenta ...

As Irmandades religiosas e as festas

O pertencimento às irmandades religiosas é um dado que consta dos inventários realizados em Natividade e que deve ter tido aí grande importância como ocorreu em outras partes do país, em particular em Minas Gerais, ainda que as fontes históricas existentes a respeito sejam escassas. Em uma sociedade marcada pela cultura católica forjada no Concílio de Trento, a normatização era considerada sua pedra de toque: estrutura social cujas diferenças eram marcadas pelo privilégio e pela nobreza. Como fortemente caracterizada pela escravidão, a posse de escravos e de propriedades diversas era, portanto, forte traço distintivo. Desta forma, os indivíduos que ascendiam socialmente buscavam os mesmos bens daqueles melhor localizados na hierarquia sócio-econômica, na medida em que tais bens apontavam o lugar social ocupado.

Um aspecto significativo do saber tradicional com influências africanas é indicado por Lody (2.001, pg. 17):

[...] está no trabalhar os metais e foi a vinda com os escravos para a mineração do ouro, em Minas Gerais, que centenas de homens da África Ocidental, em especial os Fanti-Achanti (exímios conhecedores da arte de fundir o bronze, seguindo a conquista milenar da 'cera-perdida'), sustentaram, pelo trabalho, a exploração colonial no Brasil ... As técnicas básicas da fundição e do martelar são visíveis na variada joalheria dos séculos XVIII e

XIX ... Também neste universo de produtos artesanais africanos e afro-brasileiros, onde os metais estão presentes constata-se a ocorrência de objetos de couro recobertos por ouro, em conjuntos semelhantes às pencas de prata que ajazavam as cinturas das mucamas e devotas de algumas irmandades religiosas na Bahia do século XIX.

E, de fato, neste contexto, foi importante o papel que as irmandades tiveram no Brasil colonial. As irmandades religiosas se constituíam, segundo Hoornaert (1.991), como um canal fundamental de expressão de interesses individuais e conjuntos, já que era quase impossível reunir-se fora do ambiente propriamente religioso.

Elas cumpriam um papel singular naquela sociedade. Participavam do tom ordenador do catolicismo tridentino e ao mesmo tempo atuavam em termos de sociabilidade para negros e pardos. Tinham o papel, entre outros, de ajuda mútua, criando, por exemplo, fundos de amparo. As irmandades também participavam como demarcadores de diferenças sociais. Assim, por exemplo, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário era uma irmandade de negros (SILVA, 2.004). E nestas tiveram origem várias manifestações tais como o reisado, as quais vão conservar seus “reis” e “rainhas”, personagens com lugar de prestígio, respeito, de realce, durante as festividades e comemorações.

Além do mais, estas também cumpriam um papel fundamental no período colonial em termos de sociabilidade para grupos de negros, que ia além da dimensão festiva ou de folgança: definição identitária e composição das relações de poder presentes em sua existência, para além dos limites impostos pelo escravismo. Assim, [...] *os seus festejos não foram simples válvulas de escape do dia-a-dia, e sim um ponto de partida para a reinvenção de uma existência em que grassava a escravidão* (EUGÊNIO, 2.002, pg. 46). Segundo este autor, o volume dos recursos financeiros investidos nestes eventos era tão grande que chamava a atenção inclusive das autoridades.

Mas também as festas e procissões, como pontualiza Del Priore (1.994, pg. 49),

[...] na Colônia ou no Velho Continente, permitiam, sem dúvida, a todas as camadas sociais o divertimento, a fantasia e o lazer. Mas não só. Havia vários sentidos nas funções aparentemente irrelevantes da festa, dando persistência a certas maneiras de

pensar, de ver e de sentir. A mistura do sacro e do profano valia para diminuir e caricaturizar o pagão, o inculto, o diferente do europeu branco e civilizado.

Assim, esta autora lembra quanto os sermões proferidos nos púlpitos nestas ocasiões criticavam as atitudes devassas que iam contra os valores morais ideais. Afinal, os eventos festivos agregavam multidões.

Na Colônia, o clero, e em particular os jesuítas, tentavam impor a fé e os rituais católicos para as gentes da terra e depois, para os negros. Intenção moralizante no sentido de regular a participação das camadas populares nos eventos públicos, oficiais ou religiosos. Esses eventos, os quais deveriam ser pautados por obediência e por ponderação foram encarados como momentos propícios para a diversão coletiva. Segundo Tinhorão (2.000, pg. 67): *Essa passagem da representação ritual para formas quase declaradas de diversão coletiva se daria por uma espécie de transbordamento das festas litúrgicas do calendário religioso do interior das igrejas para as ruas.*

No período colonial os cultos tinham, sobretudo, o objetivo de afirmar os dogmas católicos e o poder metropolitano. Expandir as celebrações religiosas para além do espaço da igreja significava realçar tal poder para a população em geral. Mas o sair às ruas, através da festa, implicava em uma ruptura no cotidiano, funcionando, de certa maneira, como válvula de escape, em particular para os mais pobres e os escravos. Portanto, momento para extravasar e vivenciar divertimentos que nem sempre coincidiam com as práticas religiosas oficiais.

E os negros estavam presentes na maioria dos eventos, mesmo que como serviçais em festas de brancos. Mas aqueles também faziam suas próprias comemorações, as quais tanto combinavam sons africanos com práticas católicas, como era o caso das irmandades negras, quanto tentavam reproduzir de forma mais fiel a herança africana. Este era o caso de terreiros de candomblé, os quais se formavam clandestinamente em várias cidades. Os brancos e mestiços não eram bem aceitos nestas comemorações, ainda que tenham sido incorporados paulatinamente. Portanto, tratava-se, sobretudo, de um encontro de “pares”. Além do conteúdo religioso, estes eventos religiosos eram momentos privilegiados para a sociabilidade, além de diversão. Assim, as irmandades se desenvolveram, construindo igrejas imponentes e festividades de vulto.

Entretanto, o Governo adotou medidas coibitivas às reuniões de negros, a partir da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1.808, somada ao temor de um levante negro. A decadência e a pobreza das irmandades de “homens pretos” a partir da segunda metade do século XIX devem-se, em boa medida, a estas proibições e ao desinteresse dos senhores por suas festas e sua conseqüente retirada de apoio material. As festas tenderam a desaparecer nas cidades maiores, tendo se mantido com mais força nas regiões interioranas.

Além do mais, agrega-se a este movimento as diretrizes assumidas pela Igreja Católica no Brasil no final do século XIX e mais precisamente, a partir da proclamação da República em 1.889 e as conseqüentes medidas de separação Estado-igreja. Instaura-se o processo conhecido como de romanização do catolicismo brasileiro. Ou seja, o distanciamento entre os agentes clericais e os fiéis passou a ser atribuído à “ignorância religiosa do povo”, a qual devia ser combatida. Daí a valorização da ortodoxia romana, e o objetivo de adequar o catolicismo local ao modelo romano: espiritualidade centrada na prática dos sacramentos; senso da hierarquia eclesiástica; obediência às suas autoridades; frequência regular dos sacramentos. Se em 1.889 havia no país uma arquidiocese e onze dioceses, em 1.930 o número de jurisdições eclesiásticas tinha se elevado a oitenta e oito (OLIVEIRA, 1.985). As bases locais, isto é, as associações religiosas, as capelas, as paróquias, as dioceses, são integradas, verticalmente, às instituições eclesiásticas.

E o clero, o qual deveria ser o “purificador do catolicismo brasileiro”, além de ter uma moral inquestionável, deveria capitanear o processo de enquadrar as manifestações religiosas à ortodoxia. Portanto, certas práticas religiosas, consideradas supersticiosas passaram a serem combatidas em nome de uma “doutrina autêntica” e de uma “moral cristã”. As práticas remanescentes do catolicismo rústico, marcado pelo fervor para com os santos, os cultos devocionais e festivos promovidos pelas irmandades, conduzidos com pequena participação de agentes clericais passam a ser condenadas. Os padres foram convocados a assumirem, no nível local, o controle sobre tais práticas e direcioná-los segundo os princípios da Santa Sé.

Durante o período colonial o relacionamento entre padres e irmandades não era de todo harmônico, mas as novas orientações institucionais solaparam as bases da maioria delas. Uma vez mais, e agora com maior força, os clérigos condenavam o caráter lúdico dos

eventos: a bebida, o jogo, a dança, a licenciosidades, tentando reduzir a comemoração à celebração da missa no dia da festa.

Simultaneamente, os padres foram recuando gradual e discretamente as imagens tradicionalmente cultuadas pelas irmandades. Primeiro para os cantos, depois para a sacristia até o encerramento em cômodos escuros e empoeirados junto com outros apetrechos também abandonados. Os lugares de destaque e o altar-mor passaram a serem ocupados por imagens tais como a do Sagrado Coração de Jesus, Imaculada Conceição, São José, Nossa Senhora de Perpétuo Socorro, cujo culto favorece a prática dos sacramentos e maior subordinação à hierarquia eclesiástica.

Além do que, passaram a serem estimuladas, por todo o país, as associações religiosas a elas vinculadas (Apostolado do Coração, Congregação Mariana, Liga de Jesus), onde o leigo perde poder de decisão, em relação às irmandades, passando a atuar sob a tutela dos agentes eclesiásticos. Nesta direção, muitas das tradicionais celebrações promovidas pelas irmandades tendem a ser menosprezadas e mesmo a serem lidas como folclore. Houve situações em que as manifestações vinculadas às *Irmandades do Rosário* foram, inclusive, proibidas pelas paróquias, consideradas “práticas profanadoras do espaço sagrado”. Várias irmandades acabaram por interromper suas atividades e outras se submeteram à organização paroquial e ao controle clerical, vivenciando sua própria religiosidade de forma bastante autônoma.

A respeito das irmandades em Natividade, praticamente não se encontraram documentos. Uma vez mais, há que ser recorrer à memória oral, a qual, segundo Ecléa Bosi (1.994, pg. 55) é [...] *uma imagem constituída pelos materiais que estão, agora, à disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual ...* E mais. A autora considera ainda que a memória é trabalho, isto porque o tempo presente “trabalha” o material do passado. Esse labor mnemônico manifesto discursivamente, permite ao pesquisador o acesso ao universo de representações que sustentam epistemologicamente os narradores e a lhes desenhar seu perfil identitário.

E, uma vez mais, se recorre a Simone Camelo Araujo. Em entrevista realizada em 2.007, afirmou a necessidade da realização de pesquisas sobre o tema, ainda que dados de realidade e a memória informem a comunidade sobre a existência das mesmas:

Eu não sei, mas deve ter alguma coisa, não lembro ... No Iphan deve, vai ter muita coisa, tem coisas escritas também sobre isso, sobre essa ruína, documentos do Iphan, do tombamento com toda justificativa, pode ver com a Luciana lá no escritório do Iphan tem escritas as justificativas ... Eu vejo assim com relação a esta questão que deveria buscar sobre esta edificação e sobre a questão das irmandades... Das irmandades, se realmente há um questionamento, não é? O quê que se fala é dar aquele ponta pé inicial, para depois a comunidade continuar. Saber disso, fazer esta investigação isso através de pesquisa em livros aí a questão de Portugal, teria que ver não é? Sobre as irmandades. É importante isso.

E mais especificamente, com relação à igreja do Rosário, afirma: ⁷²

Então foi encontrado além das ossadas aqui dentro, que eram de pessoas mais importantes, não é? Normalmente se enterrava na capela mor, tinha também na nave, foi encontrado também na nave da igreja enterrada, então algum ... E essas igrejas, eles falam, de acordo com os historiadores, vocês que são aí ... Falam que normalmente nessas cidades com grande movimento ... que Natividade Imagine no início do século XVIII, a quantidade de vestígios que tem na serra e quantidade de ... que foi construída aqui. A gente realmente atesta que existiam muitos escravos e se fala que junto com esses escravos tinham sempre as irmandades que vinham, que eram negros livres que normalmente eles puxavam pra este lado de construção de igrejas e que essa igreja de devoção dos negros era um templo que era para os negros, construído por eles pra eles.

Entrevistadora: Claro, por que não podiam entrar em nenhuma outra igreja...

É justamente. Então quê que acontece ... esse Templo, eles falam que foi construído essa parte da capela mor principalmente por existir aqui uma irmandade. Mas nós não temos nada de registro, porque nós tivemos na nossa paróquia padres e pessoas que não cuidaram e que destruíram registros.

Entrevistadora: Queimaram ...

Queimaram livros e perdemos muitos de nossos registros, nós não podemos falar que realmente existiu uma irmandade.

⁷² Ver Entrevista gravada com Simone Camelo Araújo em 23 de agosto de 2.0007. Entrevista/INRC – Natividade - TO010007F1A2A nº34 a 85.



Foto Raphael Mendes 2007

E o Portal Iphan ⁷³ reafirma a não localização, até o momento, de documentos comprobatórios da articulação da Igreja de São Benedito em Natividade com a correspondente Irmandade. Mas, indica a forte possibilidade da mesma:

Acredita-se que foi construída pelos escravos e possivelmente pela irmandade de São Benedito, mas ainda não foi encontrado nenhum documento oficial que comprove a existência dessa irmandade em Natividade ... O período histórico e a devoção ao santo fazem-nos acreditar que a igreja tenha sido construída e freqüentada pelos negros que vieram para região para trabalhar nas minas de ouro.



Foto Raphael Mendes 2007

⁷³<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13373&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticiab>. Informação capturada em maio de 2.008.

De qualquer forma, enfatize-se a informação que surgiu em um dos inventários (1.805) realizados em Natividade com vistas à realização do INRC. No caso da negra alforriada Ana Francisca Barreto, consta uma casa, um laço de ouro lavrado, dois pares de brincos, um par de botões de ouro, uma fivela de prata, balança de pesar ouro, uma bouceta, além de conter a informação de que pertencia à Irmandade da Nossa Senhora do Rosário.

Assim, a inexistência de documentos sobre as irmandades em Natividade deve estar associada ao processo acima descrito de maior controle institucional e de crescente secundarização por parte da igreja, de práticas e de organizações religiosas mais autônomas e populares. Além desta informação existente sobre a negra Ana Francisca Barreto, há que se enfatizar que no Casario que compõe o conjunto arquitetônico, destacam-se, afora outras construções, a Igreja Nossa Senhora da Natividade ou Igreja Matriz e a Igreja de São Benedito e a ruína da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. As irmandades ligadas a estes dois últimos são das mais citadas no país.

Apesar das proibições e coerções exercidas em torno da religiosidade espontânea brasileira, esta continuou a existir, ancorada na forte devoção aos santos e associada à festa, ora mais, ora menos à margem das paróquias. O controle sobre as práticas religiosas populares, ainda que tenha crescido, não chegou a se firmar como monopólio (OLIVEIRA, 1.985).

Simone Camelo Araújo, em entrevista concedida no dia 18 de maio de 2.007, comenta que quando voltou a Natividade, na década de 1.990, além do fato da festa estar se *descaracterizando*, reafirma a atualidade da tensão entre o popular e o institucional, em particular no que toca à bebida alcoólica:

[...]. hoje o padre e a igreja com essa linha de não querer álcool, não é? Pediu para que se retirasse a questão da bebida alcoólica, mais foi uma coisa importante porque estava distribuindo chope, em 1991 era distribuir chope, era caminhão de chope e não dava conta. Imagina o calor daquele igual a ontem! Fala que tinha um caminhão de chope, ai ia tudo ... então estava se caminhado pelo mais fácil, era o que conseguia o mais fácil e estava difícil. Então o Padre Joatan está trabalhando muito essa questão, que tinha que ter a presença das folias como uma importante peça dentro dessa festividade, ele exige isso até hoje, tanto é que esse ano, ele falou: Olha Simone ... a gente esteve sentado ali ontem, quando estava organizando, a tarde e vai ter uma reunião agora nesse período

antes da festa, não está ainda a data marcada, mais vai ter a reunião de todas as pessoas que estão envolvidas, para fazer uma análise da festa, nós temos que colocar. Ele falou assim: olha Simone, não são estatutos, mas criar algumas normas que faz com as pessoas ... Porque fica assim, ele fala, mas aí tem as pessoas já estão na festa há muito tempo, que tem as pessoas importantes na questão de despachar a folia, de arcar com esse custo e também tem a gente que vem fazendo um trabalho de registrar, de tentar ajuda nisso, aí ...

Por sua vez, como a sociedade colonial era formada não só por brancos, mas também por índios, por negros, por pardos, dimensões simbólicas hegemônicas eram, de certa forma, partilhada por todos. Se por um lado a “mandinga”, o “mal-olhado”, as “feitiçarias”, a “macumba” eram uma constante ameaça, sobretudo causada por negros, a defesa contra eles, inclusive por parte dos Srs. e Sras. também parece ter sido uma prática generalizada.

Assim, parece que a estrutura inicial da sociedade brasileira, assentadas, sobretudo, nas relações Casa Grande-Senzala pode, em boa medida, ajudar a explicar a disseminação de artefatos e de práticas de proteção. Outrossim, também podem explicar a expansão do espiritismo kardecista no país, sendo, inclusive o Brasil considerado, na atualidade como o maior país kardecista do mundo, seu grande difusor.

Na Europa, em particular na França, onde surgiu, aquele se apresentava como uma doutrina para pessoas instruídas. Mas práticas tais como tomar um “passe” (terapia de transmissão de energia através da imposição das mãos sobre o paciente, no sentido de libertá-lo de “energias ruins”), mais fáceis do que adotar uma doutrina complexa, com muitos princípios, como é o espiritismo kardecista, foi a dimensão que aqui mais frutificou. Realizando-se em sentido contrário ao que pretendia Kardec: abolir o misticismo da religião. Fernandes (2008, pg. 101) sugere que a população, no geral, tentou se apropriar deste espiritismo como mais um item de sua magia:

[...] sua recepção nas elites muito se deu por influência do ambiente mágico que aqui existia e do medo de outros estamentos da população, que eram “verdadeiros” portadores da magia. A percepção era de que se o “sinhô” descontentasse a um deles, a resposta vinha como um mal-olhado ou alguma macumba para prejudicar os da casa grande. Naturalmente, instalou-se uma “luta

entre grupos” no terreno mágico. Então, quando o espiritismo aqui chegou, foi recebido com alegria pelos setores privilegiados, que viam nele uma espécie de “anti-mandinga”: se o negro mandasse um espírito contra o Sr. ou a Sra., era só evocá-lo em uma sessão e doutriná-lo ... Se acontecesse de cair sobre ele um mal-olhado, era só tomar um passe etc. Em suma, a maneira a qual as elites se manifestaram para incorporar o espiritismo foi transformá-lo em um amuleto contra a magia popular.

E no contínuo movimento de intercruzamento religioso no Brasil, pode-se afirmar que o espiritismo kardecista que chegou ao país no século XIX, provocou mudanças nos cultos aqui existentes, principalmente os de origem *gegê-nagô*. Elementos da doutrina são crescentemente presentes nos cultos afro-brasileiros, particularmente na umbanda.

E o campo religioso brasileiro na atualidade pode ser caracterizado por sua pluralidade, diversidade e trânsito. O que foi confirmado por pesquisas recentes realizadas por Negrão (2.008) na cidade de São Paulo. Adesões rápidas ou não definitivas a uma determinada membresia; vivências dúplices ou múltiplas do simbólico e abertura para futuras incursões em outros universos simbólicos (além da existência dos totalmente indecisos porque todas as religiões são boas, caminhos alternativos que conduzem ao mesmo Deus e daqueles que afirmam que “a minha religião eu mesmo faço”).

A dinâmica do campo religioso brasileiro caracteriza-se, segundo este autor, por: distanciamento dos adeptos religiosos da vivência eclesial e dos sacramentos; desqualificação das instituições e a inexistência de *habitus* religiosos; os *mutantes* tendem a recusar uma membresia definida e se valem do que lhes parece mais adequado ou conveniente (sendo a Igreja, no geral, considerada autoritária e dogmática) em direção a uma vivência religiosa individualizada e solitária; experiência simultânea de crenças e de práticas ou de religiosidades pessoais, as quais agregam valores, práticas, crenças de tradições religiosas diversas; recuperação da magia e exaltação dos sentidos que colocam o homem em contato com o cosmos; estética que se comunica com as emoções (harmonização com a natureza, equilíbrio emocional, saúde); dimensão de auto-ajuda (terapias que recuperam energias e auxiliam no cotidiano).

Tradição & Modernidade; Permanência & Mudança

Eu acho que artesanato é a tecnologia de ponta de um contexto em determinado processo histórico ... é um momento de sua trajetória, e não uma coisa estática.

A. Magalhães (1.979, pg. 172 apud LONDRES, 2.006).

Pois justamente o que distingue as produções pré-industriais da produção industrial é sua diversidade, em função de sua adequação ao meio-ambiente, às necessidades do momento, a um universo simbólico, etc. (LONDRES, 2.006, pg. 93).

A ourivesaria e, em particular, a filigrana, revela-se importantíssima para a comunidade nativitana. Entre outros, congrega tradição e modernidade. Para Javier Lifschitz (2.007, pg. 69),

[...] de um lado, a tradição é um meio organizador da memória coletiva sujeita à preponderância da cultura oral, ao ritualismo das práticas locais e à existência de agentes que operam como guardiães do conteúdo histórico, moral e emocional de símbolos do passado investidos de sacralidade. De outro, nas práticas modernas predominam o conhecimento especializado, a mercantilização dos saberes e de suas aplicações, os sistemas abstratos de ação e uso instrumental da técnica.

Na coletividade nativitana, a prática da ourivesaria possui o caráter bifronte que este autor (LIFSCHITZ, 2.007) propõe para as neocomunidades: uma face olhando o passado e a outra, a dimensão presente/futuro. Nos caminhos formados desde o século XVIII, a cidade de Natividade vive às voltas com o ouro, mesmo tendo, a partir do século XIX, se dedicado, com ênfase, à pecuária.

Confirma-se o movimento de agregação do novo, modificando a prática e preservando-a, tendo como referência o tradicional. Afinal, tal como posto pelo Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial, um dos eixos para se refletir sobre patrimônio imaterial, é a idéia de

continuidade histórica (a qual deve substituir a de autenticidade, tal como é comumente utilizado no campo da preservação): [...] *identificada por meio de estudos históricos e etnográficos que apontem as características essenciais da manifestação, sua manutenção através do tempo e a tradição à qual se vinculam* (IPHAN, 2.006, pg. 19). Ou dito de outra forma, conforme a Resolução no. 001, de 03 de agosto de 2.006 [...] *toma-se tradição no seu sentido etimológico de “dizer através do tempo”, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com seu passado* (IPHAN, 2.006, pg. 35). [...] *‘continuidade histórica’ no melhor e mais atualizado sentido da ‘traditio’* (IPHAN, 2.006, pg. 74).

Algumas das adequações que ocorreram em Natividade no decorrer do tempo são evidenciadas no depoimento de Simone Camelo Araújo em entrevista realizada em 09/08/2.007:

Na realidade o coração pequeno, aí você trabalha, ou você enche filigrana ou você faz um detalhezinho, ou você coloca, parecendo que, parecendo a imagem de uma santa, então... é um coração santo, é, com um anjo, as costas, com a asa, então, esse coração, você trabalha ele de várias... é como se fosse um bordado. Você tem ... ali uma peça, e você preenche ele, não é? ... Vai trabalhando, então tem esse daqui, aí se você coloca um outro detalhezinho mais encima aí ele já ganha um ornamento e eles [os ourives] vão trabalhando nisso. Agora, o que mais se faz na oficina, é o coração que a gente chama de coração português, e o coração nativo. São duas peças que mais são procuradas. O português, a gente deu o nome de português. O meu irmão fez uma visita a Portugal, e trouxe, ele trouxe um coração. E ele era mais cheio, na filigrana. Então por isso os meninos [aprendizes], vão conversando não é? Coração português. O nativo porque era um coração que era parecido com o confeccionado há vários anos, que vinha se confeccionando. Aí deu-se o nome de nativo. Porque na realidade se falava aquele coração ... aquele que é assim, assim assado. E aí, quando a gente trabalhou no projeto da ourivesaria, nós começamos a definir porque, até porque você vender no mercado fora, você tem que ter um nome, um número, uma referência, para colocar na Internet, o coração tal, para saber, Ah! É esse! É dessa forma! Colocar em catálogos não é? Mas na realidade as pessoas não falavam, é o coração antigo, por exemplo. O que eu lembro bem, que a corrente, que é o modelo português, a gente chamava de coração, é, corrente

antiga. A corrente modelo antigo. Falava modelo antigo todo mundo sabia, que era o modelo português. Certo? Hoje a gente chama de português, na oficina Mestre Juvenal. A lanjeoula, colar, não é? Mas os corações têm uma variedade de modelos. Você faz pequenininho para criança, você faz ele em brinco, enche, preenche, você faz ... tem vários. Se você for pegar ... pegar de várias pessoas, você vê que tem um detalhezinho, que o modifica, não é? Você não daria o nome não é? É mesmo um coração. As pessoas, não, é um coração, o outro é um coração, qual é o tipo? Ai o que a gente nomeou, são esses que são mais confeccionados

As pulseiras nativitanas também conhecidas como escravas, antes associadas a valores religiosos, ainda são encomendadas aos atuais ourives. Mas, no geral, por parte de turistas, evidenciando que na atualidade, o valor que lhe é atribuído tende a ser mais estético e artístico.

Neste sentido o Sr. Alfredo Batista Borges, ex-ourives, em entrevista realizada no dia 09 de agosto de 2.007, lembra as dificuldades do ofício, mas enfatiza as maiores facilidades existentes para o exercício da atividade na atualidade:

Eu vejo hoje como uma facilidade, se tivesse naquele tempo ... Ele fura aquelas peixinhas como ele furava tudo no dedo assim ôh! Esfregando. Se tivesse uma máquina para furar hoje! Era um trabalho bem feito que ele fazia ... se você esfregar uma ponta de ferro numa outra de ouro até fura, moça. Hoje tem a broquinha, você faz chiiip, num instantinho está pronto, moça ... Por isso, que tem hora, que eu não quero mais não. Mas imagine, derrete o ouro, não é? Se você ir na beira da ... lá, que só tem um pau que faz o cadilho. O copinho que recebe o ouro. Que agüenta. Só dá em grotas, em grotas em beira de serra. Resistente. Aquele pau, você queima a casca dele, vira assim uma cinza. A hora que soca, mistura com pedra, barro de ... tudo proporcional. Tanto, tanto, tanto direitinho, não é? Para quando secar tudo, você faz tudo no dedo, proporcional assim. Mete o dedo. Faz o copinho desse tamanho. Aquilo seca, e depois de bem seco ... Ai você bota no fogo, assa e fica branquinho. É a única coisa que agüentava derreter o ouro. A única coisa que agüentava derreter, apurar o ouro, era ele, o [cadinho???]. Já hoje tem tudo diferente. Tudo é. Não sei nem falar o nome de hoje, mais. Pois é minha filha. Mas isso ai tem tanta história na vida, meu irmão. Muito bom.

As mudanças no ritmo e no estilo desta arte modificaram de certo modo a ótica da ourivesaria nativitana, mas ela não perdeu algumas de suas características mais essenciais.

A jóia artesanal tradicional de Natividade é o rosto visível de um orgulho passado que dá sentido ao futuro. Com as artes e ofícios ancestrais os ourives nativitanos vêm buscando aprender e a redescobrir o encanto das tradições, a emoção e bom gosto da arte popular, a fina magia do talento perseverante e redescoberto. Junto a isso a busca da criação de novos desenhos que venham ampliar o mercado. Pois é na simbiose da tradição com a modernidade, do rural com o urbano, que pode ser encontrada a linha mestra da identidade local de suas jóias. A preservação desse patrimônio é fundamental para a reinvenção da riqueza da memória coletiva local.

Na composição da identidade nativitana estão marcas construídas no tempo. Sua história representada e re-significada nas tramas do cotidiano, em suas formas de expressão, de ofícios, de celebrações, traduzem-se em suas jóias e festividades, as quais entrelaçam passado e presente, e, em particular, na festa do Divino pode-se identificar o que é próprio da sociedade colonial e o que permanece na pós-colonial.

Na comunidade nativitana, a festa do Divino, assim como a ourivesaria, foi circundada pelo esquecimento, pela perda. Na sociedade globalizada, os elementos tradicionais funcionam como elos com o passado, e o lança para um novo tempo, um futuro, uma nova territorialidade, já que a regionalização das manifestações se dilui crescentemente. Segundo Durval Muniz Albuquerque Jr. (1.999, pg. 79) [...] *os artistas ... tradicionalistas vão apoiar a visibilidade e a dizibilidade regional no trabalho com a memória. É, na verdade, uma tarefa de organização do próprio presente, este presente que parece deles escapar, deles prescindir.*

É interessante salientar que não há, no discurso do resgate, do pedido registro da ourivesaria como patrimônio imaterial, por parte dos nativitanos, uma atitude tradicionalista anti-moderna. As forjas estão se direcionando para outros horizontes, outras produções. O amálgama do passado com o presente & futuro produz outro artigo imagético, uma nova expressão onde as jóias e o Divino retornam como fortes códigos culturais.

As narrativas que aqui se mostram tão importantes no que toca à relação passado & presente, tradição & transformação informam um outro pertencimento igualmente crucial para o estudo e a reflexão sobre o patrimônio: a nação está sendo permanentemente

elaborada nestas formas que as coletividades apontam para si. Não se fala necessariamente em grandes contornos da nação, mas essa trama, tecida dia após dia: [...] *as narrativas nacionais estão sendo sempre contadas e recontadas, assim como ocorre com os mitos* (GONÇALVES, 2.005, pg. 21).

As relações entre as narrativas apontam para uma outra direção, e, ainda uma vez mais, é importante ressaltar o caráter híbrido da sociedade brasileira, dos vários discursos e de seus mitos de fundação. Em Natividade, o ouro foi o responsável pela criação da cidade, mas os mitos se aprofundam em experiências diversas. D. Romana é uma destas experiências, que, à primeira vista, se parece com o que é o elemento folclórico: ela vive um tempo próprio, articulando o local com contatos com extra-terrestres.

Estas várias formas de expressão e manifestação presentes em Natividade evidenciam a imensa riqueza cultural desta coletividade que se une e se divide em suas diversas formas de representação e de re-significações. Enfim, o patrimônio encontra-se relacionado diretamente à propriedade, contudo, sua principal característica baseia-se naquilo que é herdado. Nesta simbiose entre passado e presente, entre objetos e símbolos, objetos e pessoas que possuem identidades complementares; tornam-se [...] *objetos e sujeitos ... materiais e imateriais, naturais e culturais ... masculinos e femininos* (GONÇALVES, 2.005, pg. 18).

Recuperação e Re-significação

A foto da negra incluída no início do item *Religiosidade Brasileira* mostra a jóia à sua cintura, em cordões que a contornavam, além das voltas de colares ao pescoço e do crucifixo, as pulseiras indicam desenhos que se assemelham àqueles também produzidos atualmente, em Natividade.

Tal como já afirmado, após a morte do Mestre Juvenal em 1.979, deu-se, em boa medida, um lapso no processo de confecção de jóias em filigrana em Natividade. Mestre Jesumar, que foi aprendiz daquele que é considerado o grande Mestre, mudou-se para Goiânia, onde ensinou dois jovens aprendizes que se transformariam nos Mestres Wal e Bisa, nativitanos que também haviam se mudado para esta cidade. A partir do final da

década de 1.980 iniciou-se um trabalho de resgate da ourivesaria nativinana, tendo sido fundada em 1.992, a Associação Comunitária Cultural de Natividade – ASCCUNA.

Vale lembrar que em termos de ações coletivas no país, esta década foi marcada por transformações nas práticas dos movimentos políticos anteriores. Ou seja, identifica-se um estilo diferente de se organizar as comunidades locais, distanciando-se do Estado e de suas práticas clientelistas e assistencialistas, introduzindo novas demandas que não mais circulavam em torno dos bens e serviços relativos à sobrevivência cotidiana (GOHN, 2.004).

Assim, a ASCCUNA pode ser pensada em termos do movimento social envolvente: uma modalidade de ação coletiva que reivindica o empoderamento do indivíduo como sujeito participante da construção de sua cidadania. Concordando com as críticas de Melucci (1.989, pg. 52), até a década de 1.970, a ação coletiva foi tratada em termos de crises ou contradições estruturais e a ênfase foi posta nas relações sistêmicas, em detrimento da lógica dos atores. Afinal,

[...] a ação tem que ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são 'sistemas de ação' que operam num 'campo sistêmico' de possibilidades e limites.

Esta orientação se fortalece durante a década de 1.980, conciliando a importância das oportunidades objetivas com as orientações de caráter mais subjetivo dos atores. Assim, os participantes das ações coletivas tenderam a não privilegiar, no geral, como orientação principal, os ganhos econômicos, as relações custo-benefício, e sim bens não mensuráveis e imateriais, tais como a solidariedade e identidades diferenciadas. Neste sentido os movimentos sociais tendem a se concentrar em torno do campo cultural e na vida cotidiana, secundarizando-se, em boa medida, as relações entre o sistema (político-econômico) e as ações coletivas.

Assim, seguindo as reflexões de Melucci (1.989), os movimentos sociais nas três últimas décadas têm se direcionado às necessidades de auto-realização. Os atores sociais não mais se diferenciam, sobretudo, pela localização na sociedade em termos de classe social, mas também por condições sociais e culturas específicas.

E por meio da referida Associação foi obtido apoio financeiro da ULBRA/Palmas e da Embaixada Britânica no Brasil.. Objetivava-se, fundamentalmente, o incremento do número de aprendizes. Pôde-se, assim, retomar a produção de algumas peças em filigrana que não eram mais confeccionadas. Simultaneamente, se conseguiu algumas ferramentas de um antigo ourives (Altino Sena Fernandes). Foi possível impulsionar o resgate de peças, tais como a peixa, o anel escravo, o coração de filigrana, a pulseira escrava.

Quando Mestres Wal e Bisa retornam à Natividade em 1.990, uniram-se a Simone Camelo Araújo, presidenta da referida Associação, no resgate da filigrana em ouro e prata. Estes, hoje, junto com Mestre Jesumar, vêm treinando jovens aprendizes na arte da filigrana, o que tem contribuindo decisivamente para a preservação desta arte. Pouco a pouco, estes Mestres estão resgatando as antigas técnicas para a execução das jóias que vinham se perdendo pela ausência de ourives que com elas trabalhassem.

Assim, em 1.996 implantou-se o projeto “Ourivesaria Mestre Juvenal”. Este consistia em um projeto de apoio às jóias artesanais de Natividade, sob a responsabilidade da ASCCUNA, em ação paralela com os projetos de restauração patrimonial que estavam em curso na cidade. Um dos objetivos do projeto era ensinar os jovens nativitanos a arte da ourivesaria, e garantir a sustentabilidade da produção artesanal das jóias nativitanas, bem como verificar sua viabilidade como empreendimento joalheiro. Entretanto, este não foi bem sucedido como se esperava, resultando do mesmo apenas dois aprendizes. Posteriormente se agregaram os demais, hoje eles tem oscilado em torno de doze a quinze aprendizes.

No processo de resgate da ourivesaria e das peças mais antigas e tradicionais, um fato foi significativo. Simone Camelo Araújo, ao buscar contato com familiares de antigos ourives, ganhou dos filhos do Mestre Altino de Sena Fernandes, pequenas ferramentas de ferro decisivas para a confecção da “peixa”. O resgate da elaboração dessa peça, principalmente em razão da articulação de seu corpo, foi difícil para os atuais ourives, conforme assinala Mestre Wal em entrevista realizada no ano de 2.007:

Com minha sociedade de Bisa e minha, Simone nos chamou para resgatarmos as jóias ... se tínhamos interesse de resgatar os peixinhos ... eles já não eram mais feitos ... ninguém fazia mais os peixinhos ... foi uma das peças que nós mais apanhamos para aprender a fazer ... Hoje não estamos 100.0%, mas estamos dentro

de uma qualidade razoável. Nisso ela resgatou e resolveram ensinar mais pessoas ... Hoje ensinamos doze alunos na oficina escola.

Os Mestres, além de Simone Camelo Araújo, começaram a realizar, com determinação, o resgate de técnicas e de práticas tradicionais. Ao voltarem para Natividade, passaram a empreender uma nova representação da cidade, re-elaborando pontos do passado, relendo a própria história, reconstruindo sua territorialidade. Re-significando a festa do Divino e a própria ourivesaria. Estas, em boa medida, complementam-se, indicando não a fossilização da comunidade, mas novas construções sociais, novos olhares sobre antigos saberes. Esta ação está vinculada diretamente à noção de patrimônio, na qual, de acordo com Cecília Londres (1.997), o tempo e o espaço estão contidos, o primeiro como re-elaboração do passado e o segundo, enquanto fruição.

A autora lembrando as idéias de André Chastel, enfatiza, ao refletir sobre o patrimônio, a [...] *eficácia da tomada de consciência local como fator primordial ...*, e traz à baila as dimensões não tangíveis das práticas, da vida coletiva, das relações sociais e territoriais.

Desde a sua criação em 1964, o Inventário Geral se situou numa linha decidida claramente moderna, mas com a particularidade de se estabelecer graças à pesquisa 'in situ', no contato com os habitantes, os usuários, os interessados. Por essa via, em todos os lugares, a ligação com os trabalhos de tecnologia concreta ficaram fáceis, e sobretudo, mostrou-se na eficácia da tomada de consciência local como fator primordial de valorização, de apreciação, de preservação dos bens de cultura. (Chastel apud LONDRES, 1.998, pg. 29)

Tal como afirma Márcia Sant'Anna (IPHAN, 2.006), no Brasil, a percepção de que conhecimentos e práticas culturais são bens de valor patrimonial & elementos fundamentais na construção de identidades não é recente. Mas esta ganhou consistência teórica e espaço institucional na década de 1.970. Para tanto, foi central a noção de referência cultural. Esta teria introduzido o entendimento de que a constituição de patrimônios culturais deve *fazer*

sentido e ter valor para outros sujeitos sociais, além dos representantes do Estado, especialmente para aqueles que os produzem ou os mantêm.

Segundo a autora,

Ou seja, a construção de patrimônio cultural deve estar baseada em processo e incluir e considerar a dinâmica de atribuição de valor e significado.

A noção de referência cultural implicou, ainda, uma nova visão de conservação e gestão do patrimônio. Nessa perspectiva, a participação das comunidades na definição e implementação das ações de preservação é essencial. O princípio do trabalho de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial é compartilhar responsabilidades e informações. É desenvolver em estreito contato com os grupos sociais, que produzem, reproduzem e transmitem esse patrimônio, os projetos de mapeamento, identificação, registro e fomento à valorização e à continuidade de bens culturais (IPHAN, 2006, pg. 09).

Destaque-se que no processo de reconhecimento da jóia nativitana como uma expressão importante do patrimônio cultural brasileiro, foram fundamentais o tombamento do conjunto urbanístico arquitetônico e paisagístico da cidade (1987) e a aprovação em 2004, por parte do Programa Monumenta, do Projeto de Apoio às Jóias Artesanais de Natividade, uma ação ... *paralela ao projeto de restauração do patrimônio histórico* (IPHAN, 2006 –a, pg. 29).

Na atualidade, de acordo com os levantamentos realizados, há cerca de quinze pessoas que se ocupam e se dedicam ao ofício da ourivesaria, vinculadas às duas ourivesarias que existem na cidade. São elas: a ourivesaria dos Mestres Joaquim Waldeides de Carvalho (Mestre Wal) e Abisania Ferreira Gomes (Mestre Bisa), que tem hoje nove aprendizes e a ourivesaria dos Mestres Jesumar Batista Borges e João Bosco Nascimento que se ocupa de três aprendizes. O resgate da ourivesaria vem se dando, sobretudo, através do treinamento destes. A comercialização das peças produzidas efetiva-se nestas mesmas oficinas.

Neste movimento de reorganização e de re-elaboração, que conta já com quase vinte anos, pode-se referir a Natividade como uma comunidade de espírito (LIFCHITZ, 2.007). E suas jóias como um símbolo desta condição.

Mas se a “peixa” de Natividade esteve, historicamente, associada ao simbolismo cristão, hoje, para os moradores do centro histórico, trata-se, fundamentalmente de um símbolo de identificação, de caracterização das mulheres nativitanas. E as mudanças de significado dão-se também a partir da demanda, como lembra Simone Camelo Araújo, em entrevista realizada no dia 09 de julho de 2.007.

Peixe é um símbolo cristão não é? Peixe é um símbolo cristão. É... agora, hoje, hoje em termos de tradição, quando se fala em peças, a pessoa visualiza mais a questão do coração em filigrana. Mas o coração foi já uma ... se destacou porque ele é muito difícil de fazer quando os meninos da ourivesaria, passaram a fazer. Certo? Ai, deslanchou, tem muitas encomendas, porque não são os corações que eram, mais antigos, eram peças mesmo raras não é? Então, quando os meninos da ourivesaria ... passaram a confeccionar, que popularizou essa. Ai quando você fala em peça tradicional, as pessoas lembram do coração. É, citam mais o coração. Mas a questão de tradição mesmo, as mais tradicionais, as mais usadas, as mais confeccionadas, eram mais ligadas à religiosidade. Eram peças principalmente que as pessoas usavam, mais nas festividades religiosas. Então é o crucifixo, é a questão do, do peixe ... Aí, isso vinha no brinco, não é? Vinha como pingente, não é? É, tinha, se confeccionava muito ... por exemplo, se você não comprasse o anelzinho na Sexta Feira da Paixão ... sempre tinha que comprar aquele que tem uma cruzinha e um coraçãozinho, no anel. Era também tradição.

Há um consenso em torno da intrínseca associação da ourivesaria de Natividade com a religiosidade da população, mas na atualidade, ainda segundo Camelo Araújo na mesma entrevista acima citada:

Agora as peças que mais são procuradas hoje, é, pelos clientes, é o coração. Eu acho que perdeu muito o peixe, o que a gente chama de peixa ... é esse espaço, porque ficou muito tempo sem pessoas confeccionar, não confeccionava com boa qualidade, não é? Hoje o Wal confecciona muito bem, mas ficou um grande período aí que ficou sem confeccionar. Então, é, por exemplo, repassando eu já vi um dos meninos da oficina lá, um desses mais novos, já, já...

Sublinhe-se que Mestres Jesumar, Wal e Bisa, em suas falas, reconhecem a necessidade da preservação das práticas tradicionais e, simultaneamente, indicam que as pessoas gostam de novidades, daí a necessidade de se introduzir modelos novos. Neste sentido, segundo Mestre Jesumar, por exemplo, o anel Celebridade, o anel Nova Geração, o pingente Pedra Rendada foram criados pela necessidade de renovação. A técnica de cravação, não era utilizada pelos antigos ourives porque não era conhecida. E na atualidade, uma peça tão tradicional, como é o caso do coração de filigrana, pode vir acrescida de pedraria porque o Mestre Jesumar aprendeu a técnica de cravação quando morou fora de Natividade. Além do que, esta também é dominada pelos Mestres Wal e Bisa. Outra jóia à qual pode ser acrescida pedra é a Flor de Maracujá, seja na forma de brinco, pulseira ou colar.

A ourivesaria em filigrana é essencialmente uma técnica da joalheria e característica da arte popular. E hoje em Natividade são feitas tanto peças que buscam resgatar as técnicas e os modelos tradicionais, quanto peças artísticas, porém que apresentam novos *designs*, e jóias de *designs* modernos e menos artesanais. Na verdade, tem se dado, simultaneamente, estímulos para o aperfeiçoamento técnico na confecção das jóias e o resgate dos modelos tradicionais.

As mudanças também podem ser identificadas na divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, nas relações de gênero. As mulheres não participavam do processo até a poucos anos. A elas tocava, sobretudo, tecer as linhas de bordar telas, em particular o ponto de cruz. Na atualidade, na oficina dos Mestres Wal e Bisa, há duas mulheres aprendizes.

A este respeito afirma o Sr. Alfredo Batista Borges, ex-ourives em entrevista realizada no dia 09 de agosto de 2.007:

Hoje eu acho que quem devia trabalhar com ourivesaria eram as mulheres, porque mulher é delicada. Porque naquele tempo elas não agüentariam ... Naquele tempo não agüentava, porque a peça é quente e o dedo de vocês são finos. Se um martelo pegar num dedinho desses daqui, arranca um pedaço. (risos). É o seguinte, porque hoje está tudo diferente, certo? Hoje não acha mais nem azeite para fazer canteia. Era tudo no maçarico. Hoje nós não achamos mais. Adaptação é tudo de hoje. Hoje você usa o maçarico,

não é? E mais para frente vai chegando, vai dar uma tremedeira, o mesmo caso que o Mestre Juvenal.

Memória e Identidade

A PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto presidencial no. 6040, datado de 07/02/2007) define populações tradicionais como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

Natividade é um município e uma coletividade que inclui, por exemplo, populações tradicionais, como é o caso da comunidade remanescente de quilombo aí existente. Por um lado, referindo-se ao município, não se trata de uma população tradicional, tal como definido pela referida Política Nacional. Mas, por outro, sugere elementos aproximativos, na medida em que a população local utiliza conhecimentos, inovações, práticas geradas e transmitidas pela tradição e que são fundamentais, ainda que não sejam condicionantes de sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

Não se trata de grupos culturalmente diferenciados, nem de uma comunidade no sentido muitas vezes utilizado, ou seja, como uma realidade de certa forma “imaginada” onde as tramas sociais e os laços existentes entre as pessoas seriam sólidos, marcados pela solidariedade, pelo aconchego, pela quase ausência de conflitos.

E uma das propriedades do patrimônio cultural (material, imaterial, histórico, artístico, arquitetônico) diz respeito ao fato de expressar particularidades, marcas de distinção. Estas, por sua vez, se ancoram em situações ou contextos específicos de um grupo social, de uma

comunidade. Ou seja, um bem patrimonial tem uma densidade histórica específica, a qual lhe é própria. Práticas sociais que têm a marca de conflitos, de hierarquias, de dissensos, de consensos, acordos. Por sua vez, o patrimônio cultural sempre espelha valores coletivos, os quais se efetivam, se materializam em manifestações concretas. Ou seja, a relação existente entre patrimônio cultural e coletivo, é inerente, são inseparáveis. Os saberes, os ofícios, os fazeres tradicionais são, em maior ou menor grau, compartilhados por um coletivo, sendo que estes, por sua vez, se associam aos outros valores, práticas, crenças do repertório cultural deste coletivo, isto é universo simbólico compartilhado. O próprio conceito de referência cultural se assenta na idéia de significações compartilhadas, o que possibilita comunicação e coesão entre diferentes pessoas, atores sociais.

Não é inerente aos próprios objetos, às práticas, aos lugares a sua associação com a identidade social. É o labor cultural de construção de sentidos e de significações sobre os mesmos, o que lhes atribui sentido patrimonial. Este é parte importante do conjunto complexo que permite a elaboração de fronteiras simbólicas entre nós e os Outros. Ou seja, substância basilar no processo de construção de território, de tradição, de identidade social. Assim, o patrimônio cultural reforça a idéia de pertencimento ao coletivo, a identidade social.

E no movimento de atribuição de sentido patrimonial e de materialização de identidades, destaca-se o papel essencial do saber histórico, tal como afirma Rüsen (2.001, pg. 156):

[...] ao longo da cadeia de gerações, as experiências e as interpretações são conservadas e consolidadas, para o fim de preservação e da estabilização da comunidade e do pertencimento a ela, de sua especificidade e da autopercepção positiva.

É neste sentido que Catroga (2.001, pg. 51) confere à memória papel importante no desejo das pessoas de estabelecer e de estreitar laços identitários. Assim, os ritos de recordação são destacados enquanto instrumento eficaz de ativação e salvaguarda da memória coletiva, cuja tarefa última, segundo o autor, [...] *é a de criar sentido e perpetuar o*

sentimento de pertença e de continuidade, num protesto, de fundo metafísico, contra a fluxão do tempo.

E este autor indica ainda a relação de interdependência existente entre memória e identidade também em sua dimensão pragmática e normativa:

Em nome de uma história ou de um patrimônio comum, ela (a memória) visa inserir os indivíduos em cadeias de filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros, e impor, em nome da identidade do eu, ou da perenidade do grupo, deveres e lealdades endógenas. Para isso, o seu efeito ritual tende a traduzir-se numa mensagem. E esta, ao unificar recordações pessoais, ou memórias coletivas, constrói e conserva uma unidade que domestica a fugacidade do tempo num presente que dura (CATROGA, 2.001, pg. 50).

A duração da memória coletiva depende e se limita à duração do grupo. Desse modo, todas as lembranças nascidas no interior do mesmo apóiam-se umas sobre as outras, e não em recordações exteriores. Daí a inter-relação constituinte existente entre a memória individual e a coletividade. As lembranças permanecem coletivas, e estas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais nós estivemos envolvidos, e com objetos que nós vimos (LÉVY, 1.993)

Ainda assim, se pode distinguir memória individual e coletiva na construção da história. Nesse sentido Halbwachs (1.990) estabelece a distinção entre duas memórias – a autobiográfica e a histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história individual faz parte da história em geral. Ainda segundo este autor, a memória autobiográfica apresenta-se em um quadro bem mais contínuo e denso, enquanto a histórica representaria o passado sob uma forma resumida e esquemática. Por sua vez, a memória coletiva não se confunde com a histórica. Esta seria a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados, classificados conforme as particularidades do grupo social, da comunidade, as sociedades.

Em Natividade, revelou-se uma espécie de mapa de coesão social, ancorada nas escolhas feitas pelos habitantes desta localidade ao longo de sua trajetória. Se a memória é construída pela tensão entre identidade e diferença, este mapa é de certa forma, a revelação

destas marcas. Seus habitantes destacaram a ourivesaria em sua relação fundante com a religiosidade, com a memória e com a identidade nativitana.

Desenho de jóias

Representação Gráfica

Em função da necessidade de reproduzir as jóias graficamente, foi necessária uma acuidade na escolha dos meios de sua representação gráfica. Ao longo deste trabalho, se mostrou apropriado que a representação gráfica das peças de filigrana deveria, além da verossimilhança, estabelecer uma coerência entre o método da representação e a natureza do trabalho artesanal das jóias.

Isto significa que os modelos de representações gráficas do ambiente do desenho industrial não se mostraram adequados ao objetivo de apresentar as jóias de filigrana em função de se constituírem, preponderantemente, em um instrumental destinado ao desenvolvimento de protótipos e projetos de caráter industrial, que devem ser repetidos de modo semelhante, sem marcas individuais. A filigrana, por sua vez, é uma técnica exclusivamente artesanal que até o presente momento não foi possível ser reproduzida industrialmente, em todas as suas características. Deste modo, a linguagem da representação gráfica em 3 dimensões, característica do design de jóias industrial e semi-industrial, se mostrou a antítese do modo de fazer da joalheria nativitana, em particular da filigrana.

Na pesquisa realizada, a técnica que se mostrou mais fidedigna para reproduzir os detalhes das jóias de Natividade foi a ilustração à bico de pena. Foi selecionada uma paleta composta por tons de cinza, de modo que nas ilustrações fossem evitadas áreas e linhas totalmente brancas ou totalmente pretas. Com a escala em tons de cinza associada a esta técnica, foi possível apresentar o finíssimo fio de filigrana numa escala maior que o tamanho natural, mantendo suas características de leveza e delicadeza únicas.



Luciana Bastos Gomes 2008



Luciana Bastos Gomes 2008



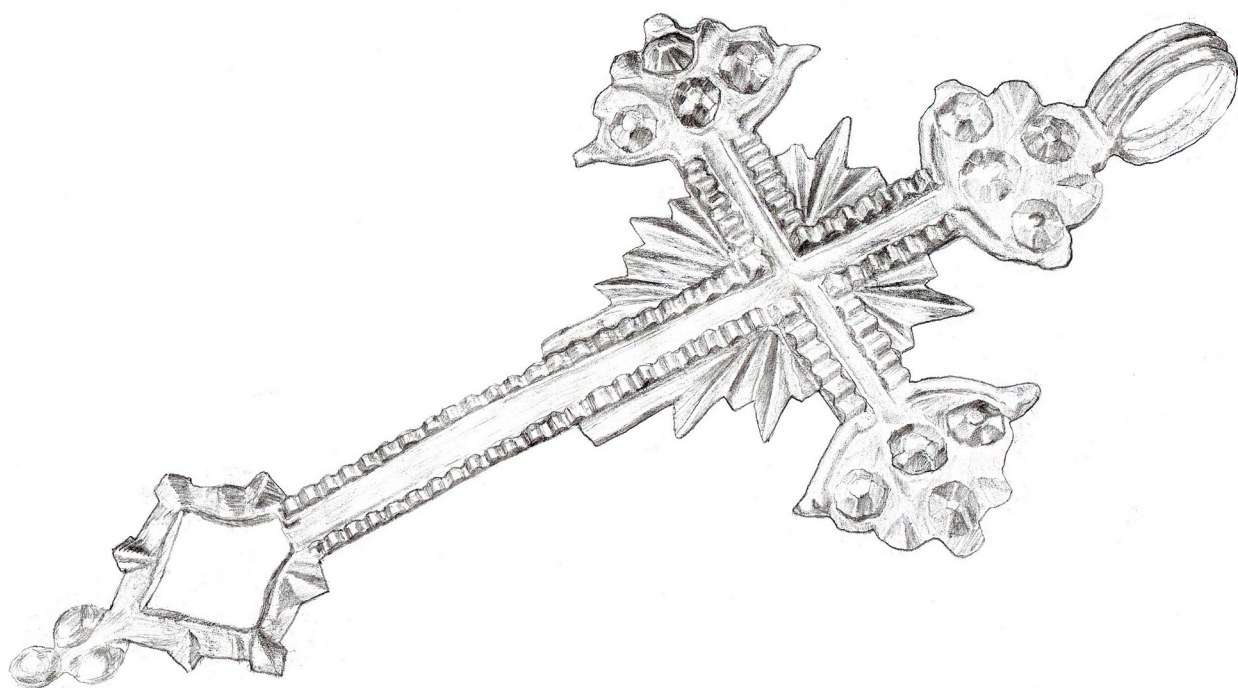
Santiago Mourão 2008



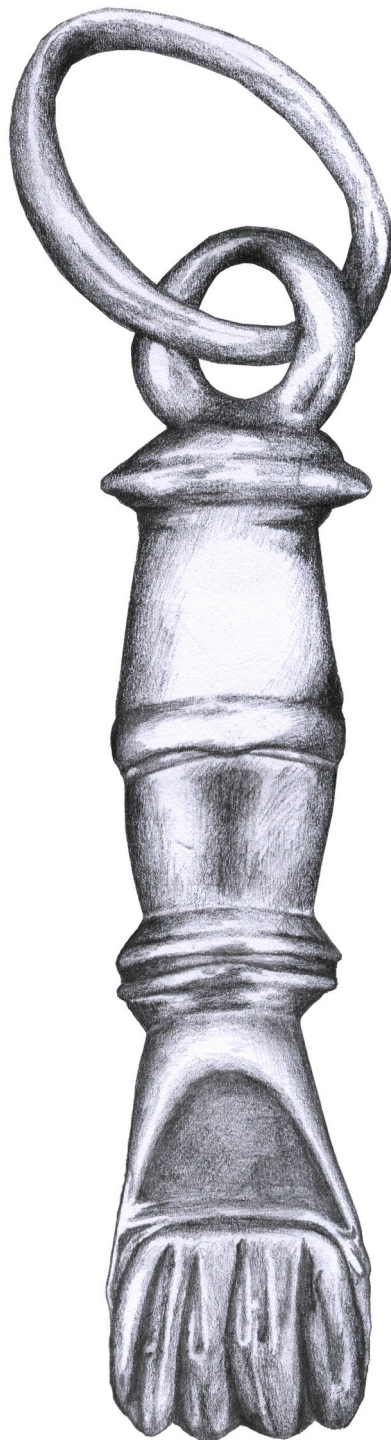
Luciana Bastos Gomes 2008



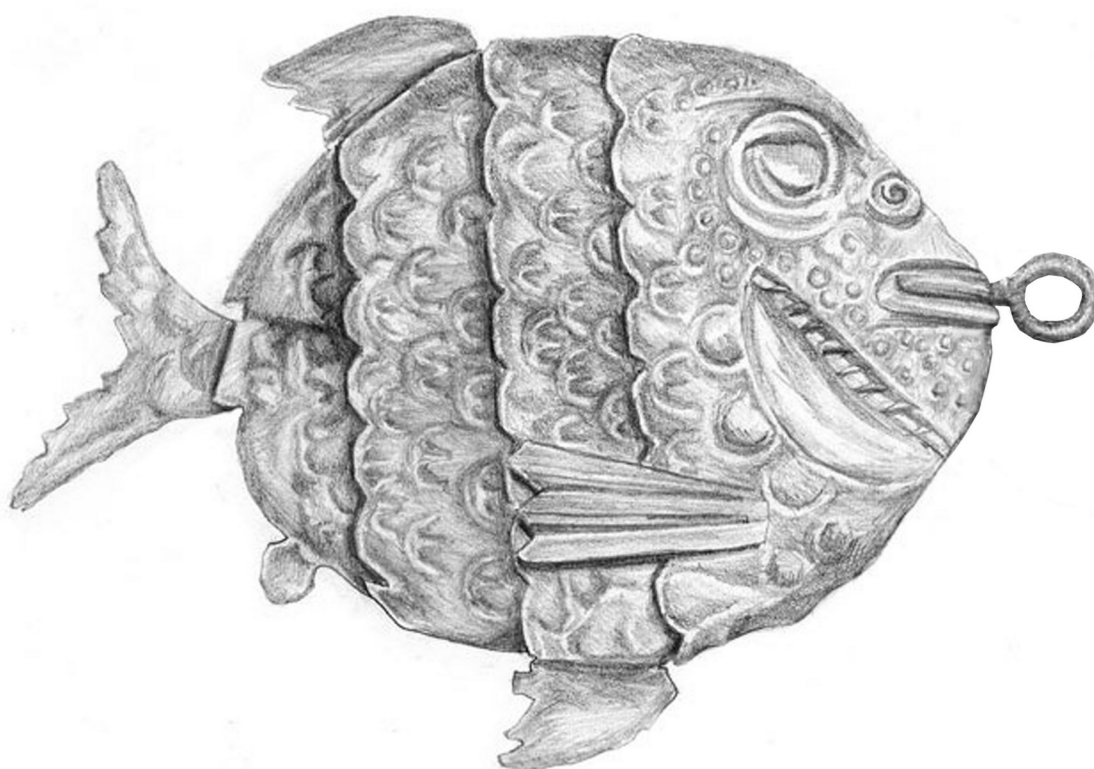
Luciana Bastos Gomes 2008



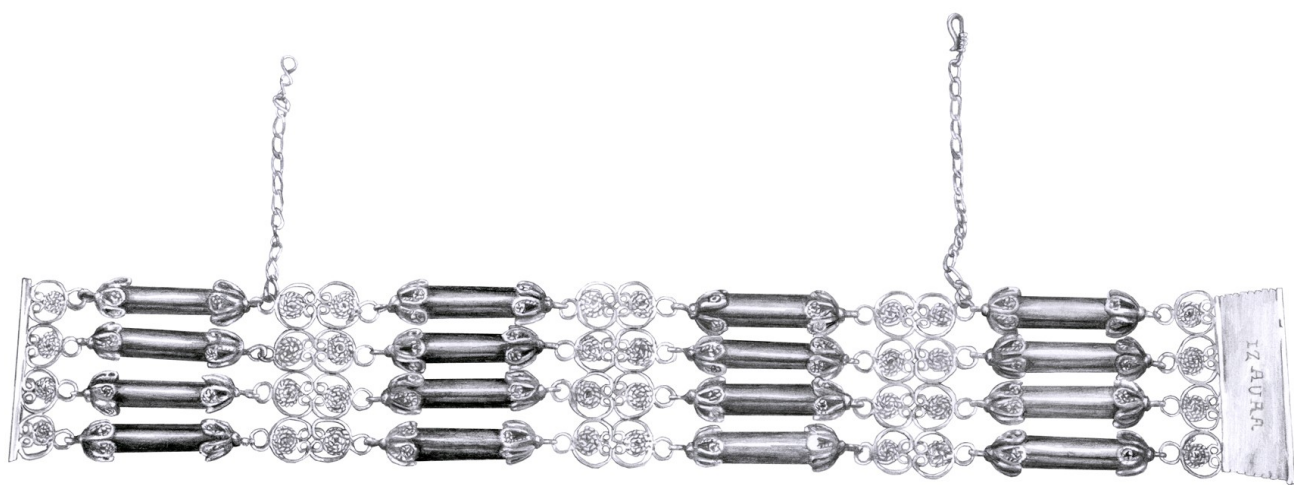
Santiago Mourão 2008



Luciana Bastos Gomes 2008



Santiago Mourão 2008



Luciana Bastos Gomes 2008



Luciana Bastos Gomes 2008

Plano de Salvaguarda Salvaguarda

A partir do ano de 2000 a forma de salvaguarda dos bens imateriais ou intangíveis passou a ser o registro. Este processo se acentuou quando o conceito de patrimônio histórico e artístico começou a ser denominado como patrimônio cultural, a partir da compreensão de que a herança cultural da humanidade sobrepõe-se aos valores apenas históricos ou artísticos, afinal, esta herança é formada por elementos naturais (a natureza) e intangíveis (o saber-fazer), dos quais resultam os elementos tangíveis (os bens materiais). Esta abordagem parte da concepção de que é a partir das manifestações da cultura popular que esta herança se forma, em especial, através, principalmente, das tradições transmitidas por meio da cultura oral.

O reconhecimento como patrimônio imaterial cultural brasileiro, de grande relevância, da ourivesaria em ouro e prata de Natividade no Tocantins, ultrapassa as fronteiras do estado sobretudo quando associado às outras manifestações culturais da região. De jóias em ouro e prata, estas, enquanto expressão artística passaram à categoria de ícone da identidade cultural da cidade e do estado.

Viajar por Natividade significa trilhar o caminho de um universo cultural multifacetado e marcado pelo convívio entre o tradicional e o moderno, entre o antigo e o novo, entre o que resistiu os rigores do tempo e o que se adaptou às ondas globalizadoras. Embarcando num transporte que corta a estrada e cuja primeira parada é junto aos saberes e aos modos de fazer da comunidade e, bem assim, aos ofícios mais conhecidos pela população como o da ourivesaria: dos homens e mulheres que produzem arte a partir do ouro e da prata, traduzida em peças de jóias artesanais.

Concluindo o percurso, no sentido da jóia nativitana, a imagem que fica é a do profano e do sagrado, dos cheiros, dos sabores, dos sons, dos ritmos e dos dons, da métrica e das palavras, características encontradas nas diferentes formas desta arte presente também nas manifestações do patrimônio imaterial espalhadas pelo município de Natividade.

Diferentemente de outros grupos produtores de bens culturais que, a despeito de sua relevância para a formação nacional, se encontram marginalizados da dinâmica social e econômica hegemônica, a ourivesaria nativitana vem conquistando, a partir dos anos de 1.990, a consciência de sua importância no processo de construção da identidade cultural da cidade e do estado do Tocantins.

Essa consciência vem se manifestando na interlocução direta da Associação Comunitária Cultural de Natividade – ASCCUNA, da qual os ourives fazem parte, com os poderes públicos e a comunidade em geral, na busca do atendimento às suas demandas.

Desde 1.992 principalmente, uma série de iniciativas vem sendo adotadas por parte da ASCCUNA, dos ourives e das instâncias políticas locais no sentido de trazer contribuições para o resgate da ourivesaria, sobretudo da prática da filigrana.

Em 1.996 é realizada a Primeira oficina de treinamento para jovens ourives: projeto “Ourivesaria Mestre Juvenal”, em parceria da ASCCUNA com a ULBRA/Palmas, em ação paralela com os projetos de restauração patrimonial em curso na cidade.

Nos anos de 1.998 a Ourivesaria Mestre Juvenal ganhou impulso com a elaboração e aprovação do projeto que consiste na montagem da oficina educacional com seis bancadas de aprendizes, aquisição das ferramentas, máquinas e equipamentos necessários, em parceria com a Embaixada Britânica no Brasil. Com a oficina montada, foi elaborado um breve histórico das jóias artesanais de Natividade pela parceria da ASCCUNA com o SEBRAE Tocantins e o Governo do Tocantins/ SETAS – Secretaria de Trabalho e Ação Social e com a participação dos Mestres, foi elaborado o conteúdo dos cursos do projeto.

Em de agosto/1.999 a jul/2.000, doze aprendizes, dentre eles, cinco participantes do curso de noções fundamentais, avançaram técnicas tradicionais sob a parceria da ASCCUNA com o SEBRAE Tocantins e o Governo do Tocantins/ SETAS – Secretaria de Trabalho e Ação Social. Não só os alunos, como também os Mestres, tiveram oportunidade de conhecer novas tecnologias. Ao adquirir os equipamentos, um dos Mestres participou de um curso de fundição em março de 1.999 em São Paulo.

Já em 2.002, através da ACINA – Associação Comercial, Industrial e Prestacional de Natividade e da FACIET – Federação do Comércio e Indústria do Estado do Tocantins, foi realizado de 20 a 30 de maio de 2.002 o contato com a cidade de Gondomar, Portugal – terra das jóias de ouro em filigrana: visita realizada por uma comitiva de empresários e presidentes de Associações Comerciais do Estado do Tocantins. Esta visita foi retribuída em 25 de outubro do mesmo ano, à cidade de Natividade por representantes da Associação de Gondomar para possíveis parcerias. Foi entregue pela ASCCUNA um projeto de intercâmbio na confecção e pesquisa da arte das jóias em estilo português aos representantes do país, mas que ainda não foi executado.

Em 2.004 o Programa Monumenta aprovou um projeto de apoio às jóias artesanais de Natividade . Projeto com a responsabilidade de execução da Fundação Cultural do Estado do Tocantins, em ação paralela com os projetos de restauração patrimonial que estavam em curso na cidade.

De 2.006 a 2.008 amplia-se a prática da ourivesaria na cidade de Natividade, com o crescimento da demanda por seus produtos e a participação em feiras. Em junho/2008 houve a participação de dois ourives apoiada pelo Governo do Tocantins / Agência de Desenvolvimento do Turismo no Salão do Turismo – São Paulo, stand *Jóias do Brasil*, do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais – IBGM, espaço importante de intercâmbio entre os diversos ourives e demais segmentos ligados à joalheria , bem como foi possível mostrar e comercializar o trabalho realizado na cidade.

A iniciativas como estas se somam os projetos vinculados à ourivesaria, que deverão ser executados em dois imóveis localizados na Praça Leopoldo Bulhões. Estes imóveis são os antigos prédios da cadeia e da prefeitura, que vem sendo restaurados pelo Programa Monumenta. Na antiga prefeitura deverá ser criado um centro de comercialização de produtos artesanais diversos e dentre eles a ourivesaria, e neste local passará a ser a nova sede da Ourivesaria Mestre Juvenal. A este projeto se soma o projeto da antiga cadeia, onde até fevereiro de 2009 deverá ser instalado um museu que terá seu foco no ouro, ou na ourivesaria, projeto financiado pelo MINC e que está sendo executado pela Fundação Cultural do Tocantins.

Agora em 2008 ocorreu a conclusão do INRC – Inventário Nacional de Referência Cultural para solicitação de Registro do Ofício da Ourivesaria nativitana no Livro de Registro dos Saberes, instrumento legal de reconhecimento e preservação deste ofício enquanto um bem cultural de natureza imaterial. E desde o início do processo de inventário foram identificados diversos elementos essenciais do ofício de ourives, relativos a um conjunto de questões, igualmente fundamentais para a sua continuidade. O primeiro deles diz respeito ao acesso e à preservação das fontes de matérias-primas, que são extraídas nos garimpos da região; O segundo refere-se à facilitação de crédito, para a formação de um capital de giro por parte dos ourives, pois em razão da falta deste e à irregularidade da produção é difícil de se encontrar produtos acabados nas oficinas, o que impossibilita, por exemplo, a manutenção de um mostruário. Isso dificulta sua comercialização, pois os clientes, principalmente os que comprem na forma de varejo, e os vindos de fora, não se conformam de fazer apenas uma encomenda, não podendo levar a jóia no momento da

compra; O terceiro, às condições de infra-estrutura e de organização das atividades de produção, pois suas ferramentas são caras sendo muitas vezes importadas; O quarto está relacionado a formação de novos ourives é importante, pois há a necessidade não só de se incrementar a produção, mas também de se criar um estatuto jurídico para a Ourivesaria. iniciativa importante seria a criação de uma bolsa-aprendiz; O quinto, por sua vez, está relacionado ao reconhecimento da participação dos artesãos e seus auxiliares tanto na economia regional como na construção da identidade cultural brasileira.

Se apresentam ainda, aspectos relacionados às alterações nas condições tradicionais da prática do ofício, pela pressão da crescente urbanização da área e da valorização cultural, artística e turística do produto. Registre-se ainda o quanto uma recuperação da ourivesaria seria acompanhada por uma visibilidade da presença e da participação negra na construção da história local e nacional, sempre preterida na construção da história oficial.

. Nesse âmbito da salvaguarda, é necessário que sejam observados e tratados, pelas instituições públicas das instâncias municipal, estadual e federal, os seguintes pontos:

- o processo de trabalho, com a participação de um maior número de aprendizes e a crescente especialização da prática da ourivesaria;
- as condições de acesso à matéria-prima, com as implicações derivadas do cumprimento da legislação ambiental e mineral;
- a ampliação e melhoria das oficinas garantindo-lhes melhores condições para a execução de seu trabalho e comercialização;
- o acesso às políticas públicas de saúde e aposentadoria, uma vez que os ourives precisam se manter em atividade até idade muito avançada;
- a capacitação e o fortalecimento da organização da categoria e as questões relativas às relações interpessoais, à liderança e à representatividade política, no âmbito da comunidade e da Associação dos ourives nativitanos – com a criação de um estatuto da Associação;
- o valor cultural agregado pelo Registro e a afirmação da identidade do produto;
- o valor cultural agregado pelo Registro e a formação de preços dos produtos;
- a importância da certificação de origem do produto visando à sua proteção contra imitações da concorrência (garantia do registro de direitos autorais);
- participação em eventos relacionados à ourivesaria para intercâmbio, divulgação e venda dos produtos;

- intercâmbios principalmente com Portugal e a África no sentido de estreitar as trocas de informações e experiências;
- Criação de um Fundo de Manutenção e Conservação para despesas gerais. (5 % das vendas ocorridas em evento patrocinados).

Cada um desses aspectos é vital para a permanência desta arte e apresenta relevantes desdobramentos, necessitando de ações específicas para o seu encaminhamento e soluções. Embora identificadas, a princípio as principais questões pertinentes à salvaguarda do ofício, estas precisam ser avaliadas, re-elaboradas, re-pensadas e medidas a partir dos interesses dos diretamente envolvidos. É necessário considerar as limitações sociais, culturais, econômicas e legais, bem como suas necessidades, expectativas e formas de percepção dos problemas. Importante considerar também, sua participação na construção de alternativas que superem possíveis entraves à atividade, e ao regate, reconhecimento e comercialização de seu produto.

Com esse entendimento, o Iphan buscou a parceria da UFT – Universidade Federal do Tocantins, que vem executando este trabalho, na perspectiva da continuidade deste ofício, ou mesmo, da identificação de material alternativo com características similares, de maneira a assegurar a salvaguarda do ofício. Mas por ser este um processo social em transformação, o saber e o fazer dos ourives necessariamente continuará a sofrer re-interpretações e re-significações ao longo do tempo.

O Registro dos bens e do seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Brasileiro é apenas uma das etapas da política de preservação dos bens culturais de natureza imaterial, como apontado no início. E para que haja continuidade dos bens que venham a ser registrados é necessário um compromisso por parte do poder público no sentido de apoio a produção destes bens, possibilitando assim sua continuidade. Este processo vem se realizando em Natividade por meio da ação conjunta dos ourives, das lideranças locais, do poder público local, da igreja e da comunidade e deverá ter sua continuidade por meio da implementação de Planos de Salvaguarda, a serem cada vez melhor trabalhados e criados de forma conjunta e articulada com os produtores desses bens e demais parceiros empenhados na preservação cultural e na valorização social de todos os envolvidos.

Considerações finais

O Decreto 3.551/2000 institui que a inscrição de um bem,

[...] em um dos Livros de Registro terá sempre como referência sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, assim como sua continuidade histórica, tomada aqui no melhor sentido de tradição, isto é, de práticas culturais que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo para o grupo um vínculo do presente com o seu passado (IPHAN, 2.006, pg. 26).

Este dossiê se refere ao pedido de registro no Livro dos Saberes, do Ofício de Ourives na cidade de Natividade – Tocantins. Isso se justifica principalmente porque ele evidencia um conhecimento e um modo de fazer enraizado no cotidiano desta comunidade.

O estudo das jóias e amuletos, que são mais que ornamentos, podendo ser considerados símbolos de conquista (além da proteção contra o mal olhado) é muito interessante quando observado pelo lado da aceitação do branco por tais ornamentos, mesmo que não tenham a mesma investidura nos negros e mestiços, pois demonstra uma certa forma de resistência e em alguns casos, demonstra uma vitória dos costumes de várias nações, permanecendo no Brasil quase que inalterados (OZANAN, 2.003, pg. 65).

Nas falas dos nativitanos explicitam-se os conteúdos definitórios de patrimônio imaterial, ou seja, bens que simbolizam o que as comunidades, os indivíduos e os grupos reconhecem como patrimônio cultural. Segundo o IPHAN-INRC (2.000, pg. 11):

Indagações sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos, passaram a pôr em destaque a dimensão social e política de uma atividade que costuma ser vista como eminentemente técnica. Entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história “oficial”, em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral

Parte-se de que nas manifestações concernentes ao patrimônio imaterial não se pode desconsiderar a cultura material, a qual se refere a [...] *todo segmento do universo físico socialmente apropriado* (MENEZES, 2.008). Trata-se de se perceber o sentido material e imaterial dos objetos-bens e identificar o saber-fazer que os mesmos contêm.

A ourivesaria nativitana, ancorada em técnicas que atravessam o tempo, está de acordo com definições da Unesco de patrimônio cultural imaterial:

O conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integram esta modalidade de patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o “saber-fazer” dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais (ABREU, 2.003, pg. 77).

Ou ainda:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos, e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural ⁷⁴.

⁷⁴ <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>. Visitado em 21/11/2.007.

A ourivesaria nativitana exhibe todos estes elementos acima indicados. O registro deste bem, não só a preservará como um bem cultural da coletividade, mas extrapolará os seus limites municipais, vindo ao encontro do dinâmico jogo de heranças e tradições, da economia e da arte da região e da nação.

Muitas das técnicas utilizadas na ourivesaria são técnicas antiqüíssimas. As transformações dos processos tradicionais de fabrico são partes da própria definição de tradição, a qual é constantemente criada e recriada. Se, por um lado, é legítimo vermos que os artífices procurem formas novas de trabalho, por outro, urge registrar em texto e imagens estas formas ancestrais.

Em “A retórica da perda”, José Reginaldo Santos Gonçalves (1996) apresenta várias questões que envolvem a discussão sobre o patrimônio cultural. Há sempre, segundo o autor, uma questão que envolve discursos de perdas; inúmeras perdas concernentes mesmo à história, que, no âmbito da duração, acaba por promover a transformação incessante de objetos e valores. As discussões sobre o patrimônio envolvem, portanto, um desafio sobre a permanência e a transformação.

Françoise Choay (2001) afirma que o termo patrimônio remete às estruturas familiares, às estruturas estáveis, que se enraizam no espaço e no tempo. O patrimônio histórico, segundo a historiadora, remete, por sua vez, ao usufruto de uma comunidade,

[...] constituído pela acumulação contínua de uma comunidade e de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2001, pg. 11).

Na cidade de Natividade o significado da ourivesaria e de seus objetos, encontra-se, assim, em um universo que informa necessária e diretamente o passado. Segundo Marcelo Rede, os artefatos trazem à tona:

[...] processos cognitivos encarnados ... estão eles marcados por uma inserção física no universo material. A exterioridade, a concretude, a opacidade, em suma, a natureza física dos objetos materiais trazem marcas específicas à memória Basta lembrar

que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente (REDE, 1.996, pg. 268 - 269).

Sem dúvida, as jóias de Natividade podem ser lidas como “processos cognitivos encarnados”. Neste, são centrais a memória e as escolhas feitas pela comunidade. Pode-se, ainda, estender a compreensão de “processos cognitivos encarnados” a lugares, como as ruínas e a própria serra, onde estão os marcos fundadores da cidade. Cabe, desta forma, uma aproximação entre o que propõe o texto de Ulpiano T. B. de Menezes (2.008) e o de Marcelo Rede (1.996) à proposta de Pierre Nora (1.977) para os “lugares de memória”. Nos inventários para os processos de preservação, estão as escolhas feitas pelas comunidades, onde elas localizam fisicamente seus emblemas⁷⁵.

A ourivesaria de Natividade remete a essa relação entre o passado e o presente, via a memória, trazendo elementos da tradição, os quais se articulam a um movimento de busca de inovação a partir de novos desenhos e modelos de jóias somados ao resgate dos modelos tradicionais, confirmando-se a consideração da Resolução no. 001, de 03 de agosto de 2.006, segundo a qual um bem cultural de natureza imaterial [...] *são as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social* IPHAN, 2.006, pg. 35). Confirmando, ademais, as proposições de Halbwachs (1.990). Segundo este autor os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras do grupo social. Em Natividade a relação entre a memória individual e a coletiva pode ser identificada através das escolhas feitas na relação passado/presente, a qual anuncia o futuro. Afinal, a noção de patrimônio convive com a “duração” e o dado central diz respeito às escolhas feitas pela coletividade no tempo.

Assim, o pedido de Registro no Livro dos Saberes da arte em questão, no sentido do reconhecimento da tradicional prática da Ourivesaria nativitana como Patrimônio Imaterial do Brasil, vem de encontro ao interesse da população de Natividade, no estado do Tocantins. Ademais, reitere-se:

- a) tem se dado um processo acelerado de perda das fontes vivas;

⁷⁵ Texto extraído de: IPHAN, Relatório Analítico/INRC – Natividade, 2008.

- b) foi identificada uma escassez notória de dados, de informações, de sistematização dos dados existentes, tanto sobre o município, quanto em torno da região;
- c) Natividade representa, em boa medida, a cultura que se formou em torno do ouro no território e no espaço onde se localiza;
- d) Há uma escassez significativa de investigação sobre a ourivesaria no Brasil;

Uma concepção ampliada de patrimônio cultural abre possibilidades para o entendimento do conceito de cidadania, implicando o reconhecimento dos direitos culturais de diferentes grupos que compõem a sociedade e, portanto, direito à memória. Afinal, a identificação e valorização do patrimônio cultural, e em particular aquele que é denominado como imaterial, pode propiciar o fortalecimento do espaço público, onde diferentes grupos sociais, comunidades e suas manifestações culturais & identitárias podem ser reconhecidos e valorizados como representações legítimas da cultura nacional. De resto, o reconhecimento do direito ao passado está ligado intrinsecamente à cidadania.

[...] ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade, como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambigüidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se a encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares. Não teme restaurar e preservar o patrimônio edificado sem pretender conservar o “antigo” ou fixar o “moderno”. Orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, como o sentimento de “fazer parte” de sua feitura múltipla (PAOLI, 2.007, pg. 05).

Memória, de acordo com Le Goff (1.990) seria um elemento central do que normalmente se chama de identidade (individual ou coletiva). Sua busca seria uma das atividades fundamentais tanto dos indivíduos quanto das sociedades. Ela é seletiva: [...] refazer, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado (BOSI, 1.998, pg. 17).

Registre-se ainda o quanto uma recuperação da ourivesaria seria acompanhada por uma visibilidade da presença e da participação negra na construção da história local e nacional, sempre preterida na construção da história oficial.

Neste sentido são bastante sugestivos os escritos do naturalista George Gardner sobre Natividade e região, quando ai esteve no início de 1.840 (GARDNER, 1.975, pg. 160):

[...] A região ... fora revolvida à cata de ouro; mas os que outrora empregaram seus escravos nestes labores acham agora mais proveitoso empregá-los em plantações. Há ainda uns poucos pretos velhos forros que ganham escasso meio de vida com lavagem de ouro ...

E falando sobre as pequenas lavras de ouro que ainda se encontrava, afirma Gardner (1.975, pg. 163):

Os escravos nisto empregados não dão aos senhores tudo o que encontram, porque são obrigados a sustentar-se e vestir-se, e pagam aos seus empregadores certa soma fixa em dinheiro, uns seis xelins por semana. Muitos deles têm sido bastante afortunados para comprar sua alforria ... Pouco tempo antes de nossa chegada, um escravo achou um pedaço de ouro puro, de mais de dez onças de peso, mais do eu suficiente para conseguir-lhe a liberdade.

E Mestre Bisa, em uma de suas entrevistas conta que ele seria o primeiro ourives negro a ser reconhecido como Mestre, desvelando a dificuldade do reconhecimento da importância negra na construção desta arte. A cata de ouro e o trabalho artístico sobre ele parecem se constituir como uma das dimensões fundamentais, além, por exemplo, da religiosidade, nas práticas cotidianas da resistência histórica de negros e de negras na região.

Na atualidade, não somente há aprendizes negros, como aprendizes mulheres.

A formação de novos ourives é importante, pois há a necessidade não só de se incrementar a produção, mas também de se criar um estatuto jurídico para a Ourivesaria. Mas para que isso aconteça, são necessários ao menos vinte sócios, o que ainda não se conseguiu até o presente (2.008) em Natividade. Devido à irregularidade da produção e do ainda relativamente pequeno número de joalheiros é difícil de se encontrar produtos acabados nas oficinas, o que impossibilita, por exemplo, a manutenção de um mostruário.

Isso dificulta sua comercialização, pois os clientes, principalmente os que compram na forma de varejo, pessoas não residentes, não se conformam de fazer apenas uma encomenda, não podendo levar a jóia no momento da compra.

Bibliografia Citada

ABREU, Regina. 2003. Tesouros humanos vivos ou quando as pessoas transformaram-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do ‘Mestre de Arte’. IN: ABREU, R. e CHAGAS, M., Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: DP & A.

ABREU, Martha. 1999. O império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp.

APOLINARIO, Juciene Ricarte. 2007. Escravidão Negra no Tocantins Colonial. Vivências escravistas em Arraias (1.739-1.800). 2. Ed. Goiânia: Kelps.

APOLINARIO, Juciene Ricarte. 2004. Vivências escravistas no norte de Goiás no século XVIII. IN: GIRALDIN, Odair (Org.) A (Trans)formação histórica do Tocantins. 2. ed. Goiânia: UFG; Palmas:UNITINS.

AQUINO, Napoleão A. 2008.: Tocantins: Cidades e Urbanismo em Três Modelos Históricos Trabalho apresentado na ANPPAS. Universidade Federal do Tocantins (UFT). Disponível em:<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA428-05032006-211835.DOC> consultado em maio 2008.

ARANTES, Antônio. 2001. Patrimônio Imaterial e Referências Culturais. Patrimônio Imaterial. Revista Tempo Brasileiro, no. 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

BERTRAN, Paulo. 1996. Notícia Geral da Capitania de Goiás. Goiânia: UCG-UFG.

BERQUÓ, E. 1986. Pirâmide da solidão. Campinas: Nepo/Unicamp, mimeo.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1988. Ser católico: dimensões brasileiras - um estudo sobre a atribuição de identidade através da religião. IN: SACHS, Viola et. al., Brasil e EUA: religião e identidade nacional. Rio de Janeiro: Graal.

BRAUDEL, Fernand. 1997. Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. Tradução de Telma Costa, volume 3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes.

BRAUDEL, Fernand. 1978. História e ciências sociais. IN: Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva.

BRIOSCHI, L. R. 1999. Caminhos do ouro. IN: BACELLAR, C. de A. P. & BRIOSCHI, L. R. Na estrada do Anhanguera. Uma visão regional da história paulista.

BOSI, Ecléa. 1998. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras.

CARDOSO, Priscila. 2001. Filigrana Portuguesa. Porto: Lello Editores.

CASTELLS, Manuel. 2006. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel. 2000. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.

CATROGA, Fernando. 2001. Memória e História. IN: Sandra Jatahy Pesavento (org.). Fronteiras do milênio. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

CHARTIER, Roger. 1991. O mundo como representação. Revista Estudos Avançados. São Paulo, v. 5, n. 11.

CHASTEL, André; BABELON, Jean-Pierre. 1994. La notion de patrimoine. Paris: PUBLICAÇÃO: [S.l.] : Liana Levi.

CHOAY, Françoise. 2001. A alegoria do patrimônio. Trad. De Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP.

CHUVA, Márcia R. Romeiro. 1985. Estudo para o tombamento de Natividade. DCT/SPHAN.

DEL PRIORI, Mary L. M. 1994. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense.

ELIAS, Norbert. 1994. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

ERMAKOFF, George. 2004. O negro na fotografia brasileira do século XIX. Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial.

EUGÊNIO, Allisson. 2002. Tensões entre os visitantes eclesiásticos e as irmandades negras no século XVIII mineiro. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, no. 43.

FERNANDES, Paulo C. da Conceição. 2008. As origens do espiritismo no Brasil: diálogo, razão e resistência no início de uma nova experiência (1850 – 1914). Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, Departamento de Sociologia.

FERREIRA - ALVES, Joaquim. 1993. A ourivesaria portuense nos séculos XVII e XVIII. Subsídios para sua história. Museu, IV serie, nº1, Porto.

GARDNER, George. 1975. Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1.836-1.841. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo.

GEERTZ, Clifford. 2006. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes.

GONÇALVES, José Reginaldo. 2005. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, n.23. jan-jun.

GONÇALVES, José Reginaldo. 1996. A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

GOHN, Maria da Glória. 2004. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola.

HALBWACHS, M. 1990. A memória coletiva. Rio de Janeiro: Vértice.

Hall, Stuart. 2.000. Quem precisa de identidade? In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1995. Raízes do Brasil. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras.

HOORNAERT, Eduardo. 1991. Formação do catolicismo brasileiro. 3. Ed. Petrópolis: Vozes.

IPHAN. 1987. Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico - cidade de Natividade. Tombamento Federal. Brasília: Ministério da Cultura.

IPHAN. 14ª Coordenação Regional - Natividade-TO. 1.985. Pedido de Tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Natividade/Goiás. Brasília: Ministério da Cultura.

IPHAN. 2006. Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura, 4. ed.

IPHAN, 2.006-a Jóias artesanais de Natividade. Brasília: Iphan/Monumenta, (Preservação e Desenvolvimento).

IPHAN, 2.008. Relatório Analítico/INRC – Inventário Nacional de Referência Cultural - Natividade, 2008.

KOSELLECH, Reinhgardt. 2.006. Futuro passado. Rio de Janeiro: Contraponto.

Le GOFF, J. 1990. História e Memória. Campinas: Unicamp.

LEROI-GOURHAN, André . s/d. **O Gesto e a palavra**. 1- Técnica e linguagem. Lisboa: Edições 70.

LÉVY, P. 1993. As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. 2.006. Neocomunidades: reconstruções de territórios e saberes. Revista Estudos Históricos - Bens Culturais, Jul-dez.

LODY, Raul. 2001. Jóias de axé. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

LONDRES, Cecília. 1.997. O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc.

LONDRES, Cecília. 1.998. A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário. IN: Motta, Lia. & Silva, Maria Beatriz Resnde. Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN/MinC.

LONDRES, Cecília. 2006. Referências culturais: base para Novas Políticas de Patrimônio. IN: Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN/MnC. 4. ed.

MAGALHÃES, A. 1979 . E triunfo? Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2 ed.

MAUSS, Marcel. 1.984. Ensaio sobre a Dádiva. Lisboa: Edições 70.

MELLUCCI, Alberto. 1989. Um objetivo para os movimentos sociais? Movimentos Sociais: questões conceituais. Revista Lua Nova. São Paulo, no. 17.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. 2.008. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>. Último acesso em 20/06/2.008

MINISTÉRIO DA CULTURA, 2.005. Sítios Históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Programa Monumenta.

NEGRÃO, L. N. 2008. Pluralismo e Multiplicidades Religiosas no Brasil Contemporâneo, Revista Sociedade e Estado, vol. 23, no. 03. Brasília: UnB, Departamento de Sociologia (prelo).

NERY, Raquel da Costa. 2008In: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000400008&script=sci_arttext Último acesso em 18 de 05 de 2.008.

NORA, Pierre. 1997. Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 3 vols.

OZANAN, Luiz. 2003. As jóias dos negros: usuários e artífices nas Minas Gerais do século XVIII. Revista da FADOM, Divinópolis, n. 13, 1º semestre.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. 1985. Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes.

PLANO DIRETOR DE NATIVIDADE. 2.005. Governo do Estado de Tocantins e Prefeitura Municipal de Natividade.

PAIVA, Eduardo França. 2.001. Escravidão e universo cultural na colônia. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2.001.

PAOLI, Maria Célia. 2007. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. <http://www.fae.ufmg.br/laepeh/PREFEITURA/memoriahistoria.pdf> . Último acesso em 10/06/2.008.

PARENTE, Temis Gomes. 2.007. Fundamentos históricos do Estado de Tocantins. Goiânia: UFG.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1976. História, história oral e arquivos na visão de uma socióloga. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) História oral. Rio de Janeiro: Diadorim.

REDE, Marcelo. 1996. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. IN: Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material. São Paulo. Volume 04, jan-dez.

RÜSEN, Jörn. 2.002. Razão histórica. Brasília: EdUnB.

SANTANA, Fabian Serejo. 2.008. Trabalho escravo em propriedades rurais: correntes de exploração no Tocantins. Disponível em [http:// www.2sch.clio.pro.br/fabian%20serejo %santana.pdf](http://www.2sch.clio.pro.br/fabian%20serejo%20santana.pdf). Último acesso em junho de 2.008.

SILVA, Alberto Costa. 1993. A enxada e a lança. A África antes dos portugueses. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 136.

SANTOS, Cláudia Borges dos. 2006. Jóias de Natividade: Confluências e conflitos. Monografia de conclusão de curso apresentado no curso de Comunicação Social, Campus Universitário de Palmas, Universidade Federal do Tocantins, Palmas – To.

SANTOS, Paulo. 2.001 Formação de cidades no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

SOUSA, Ana Cristina. 2000. Metamorfose do ouro e da prata – a ourivesaria tradicional do nordeste de Portugal. Porto: Centro regional de artes tradicionais.

SILVA, K. V., VASCONCELOS, M. M., SAMPAIO, J, da C. 2.004. Relações sócio-culturais barrocas nas irmandades de cor nas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. IN: Dossiê Cultura e Sociedade na América portuguesa colonial, v. 05, no. 12, out/nov. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>

TINHORÃO, José Ramos. 2000. As festas no Brasil colonial. São Paulo: Editora 34.

TOCANTIS, Estado de. 2000. Informe de Recursos Minerais produzido pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Diretoria de Geologia e Recursos Minerais/Departamento de Recursos Minerais/Superintendência Regional de Goiânia.

TURNER, V. W. 1974. Pilgrimages as Social Processes. IN: Dramas, Field and Metaphors. Ithaca: Cornell University Press.

WILLIAMS, Raymond. 1989. O campo e a Cidade: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras.